

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Gabriel Pereira Pezzini

ESTIMAÇÃO DE IDEOLOGIA VIA DADOS DO TWITTER
Interpretação para o caso brasileiro e aplicação para Movimentos de Renovação Política

Belo Horizonte
2024

Gabriel Pereira Pezzini

ESTIMAÇÃO DE IDEOLOGIA VIA DADOS DO TWITTER

Interpretação para o caso brasileiro e aplicação para Movimentos de Renovação Política

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos

Coorientador: Rafael Câmara de Melo

Belo Horizonte
2024

320 Pezzini, Gabriel Pereira.
P522e Estimação de ideologia via dados do Twitter [manuscrito]
2024 : interpretação para o caso brasileiro e aplicação para os
integrantes de movimentos de renovação política / Gabriel
Pereira Pezzini. - 2024.
117 f. : il.
Orientador: Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos.
Coorientador: Rafael Câmara de Melo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.Ciência política – Teses.2. Ideologia - Teses.
3.Partidos políticos - Teses. I.Santos, Manoel Leonardo.
II. Melo, Rafael Câmara de. III.Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
IV.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FAFICH - COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - SECRETARIA

ATA 14ª/2024 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO GABRIEL PEREIRA PEZZINI

Realizou-se, no dia 01 de julho de 2024, às 10:30 horas, por videoconferência, a defesa da dissertação, intitulada "ESTIMAÇÃO DE IDEOLOGIA VIA DADOS DO TWITTER. Interpretação para o caso brasileiro e aplicação para os integrantes de Movimentos de Renovação Política", elaborada e apresentada por GABRIEL PEREIRA PEZZINI - número de registro 2021660570, graduado no curso de FÍSICA. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Rafael Câmara de Melo - Coorientador (UFMG), Prof. Felipe Nunes dos Santos (DCP/UFMG), Prof. Cesar Zucco Junior (FGV), Prof. Bruno Bolognesi (UFPR). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 01 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Câmara de Melo, Usuário Externo**, em 01/07/2024, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos, Professor do Magistério Superior**, em 03/07/2024, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Nunes dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 07/07/2024, às 20:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cesar Zucco Junior, Usuário Externo**, em 11/07/2024, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Bolognesi, Usuário Externo**, em 22/08/2024, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3311640** e o código CRC **CA5DFE8E**.

*A meu pai,
Cássio, que partiu há um ano,
mas cuja presença se fará sentir eternamente*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar, em primeiro lugar, minha imensa gratidão a toda minha família, em especial à minha mãe, Mônica, meu padrasto, Orlando, à minha avó, Thereza, e aos meus irmãos Guilherme, Ana Luísa e Luara, sem o apoio dos quais tal conquista não teria sido possível. Agradeço também, de maneira profunda, a meu pai, Cássio, que infelizmente nos deixou durante a realização do mestrado. Durante toda minha vida, as extensas discussões intelectuais telefônicas, e, mais tarde, virtuais, deixaram em mim uma marca indelével, alimentando um desejo pelo conhecimento que certamente teve impacto concreto na minha decisão de buscar uma pós-graduação.

Agradeço a meu orientador, Manoel, e meu coorientador, Rafael, por guiarem o meu ingresso no campo da Ciência Política, além de promoverem, por via de discussões, um maior amadurecimento das hipóteses de pesquisa e indicarem referências de qualidade na literatura científica. Agradeço a ambos, sobretudo, pela disponibilidade para discutir o andamento do projeto sempre que necessário e pela paciência quando não me foi possível cumprir as etapas com a celeridade necessária devido a diversas interposições da vida.

Estendo o meu agradecimento aos professores do Departamento de Ciência Política, uma vez que, por meio de aulas expositivas, atividades avaliativas e organização de seminários, todos contribuíram de maneira inestimável para minha formação acadêmica e amadurecimento intelectual, mesmo que ainda haja um interminável caminho a ser trilhado. Menção especial à professora Magna Inácio, que me auxiliou quando manifestei interesse em adentrar um programa de pós-graduação em área do conhecimento tão distinta daquela de minha formação original.

Agradeço a Felipe Nunes, Bruno Bolognesi e César Zucco Jr., que, para além de terem sido fontes para o meu trabalho, aceitaram o convite para fazer parte da banca de avaliação desta dissertação.

Agradecimento aos amigos que fiz durante o curso, com os quais as trocas de ideias foram muitas vezes essenciais para o desenvolvimento do projeto. Destaco a ajuda imprescindível de Artur Quirino, que muito auxiliou na construção do projeto de pesquisa e com quem trabalhei diversas vezes estruturando bancos de dados que foram, em parte, utilizados neste trabalho. Também agradeço às amizades que fiz na caminhada da vida e que estiveram ao meu lado tanto nos bons momentos quanto naqueles de dificuldade.

Por último, mas não menos importante, agradeço a todas as instituições que contribuíram para a minha formação acadêmica e profissional e à CAPES, por ter financiado essa pesquisa por meio de bolsa.

RESUMO

Em Ciência Política, diversas ferramentas têm sido utilizadas para a construção de modelos espaciais representativos do espaço ideológico de atores políticos, dentre as quais se destacam a análise de votos em Plenário; a codificação de textos políticos; e a aplicação de surveys a elites políticas, especialistas ou ao eleitorado em geral. Conquanto esses diferentes métodos possuam forças e fraquezas que os tornam complementares, todos eles padecem de um mesmo problema: na maior parte do tempo, os resultados gerados pelos mesmos permitem tão somente a aferição de pontos ideais de atores consolidados, quer sejam partidos registrados, quer sejam indivíduos que tenham exercido pelo menos um mandato eletivo. Nesse sentido, as plataformas sociais despontam como fontes de dados com o potencial de conectar as elites a outros grupos, como candidatos estreados, movimentos sociais, grupos de pressão e usuários comuns. Este trabalho está dividido em três partes. Na primeira delas, são revisadas e comparadas as principais abordagens para a aferição do espaço político, com análise das correlações entre as mesmas. No segundo capítulo, é apresentado o método de estimação de pontos ideais via Twitter, com o objetivo de explicar os determinantes dos valores obtidos. São utilizadas as contas ativas e acessíveis dos deputados federais em 2015 e 2022 e registrados os perfis seguidos por pelo menos trinta desses legisladores. Os modelos resultantes das duas bases sugerem um espaço político que contém influências da ideologia, do comportamento com relação ao governo e da polarização estrutural da disputa pelo Poder Executivo. São testadas hipóteses, com os pontos ideais obtidos via Twitter como variável dependente e a saliência dos partidos na competição presidencial, a ideologia obtida por outros meios e a taxa de governismo como variáveis independentes. Por último, o terceiro capítulo visa, em primeiro lugar, aferir o posicionamento dos Movimentos de Renovação Política surgidos a partir da segunda metade da década passada, os quais, embora possuam identidade própria, precisam lançar seus candidatos pelas legendas existentes, o que leva suas lideranças a uma relação ambígua de cooperação e conflito com os dirigentes partidários. Desta forma, o segundo objetivo do capítulo final é testar a significância de alguns fatores para a escolha de filiação partidária dos integrantes dos movimentos de renovação, dentre os quais a proximidade ideológica entre candidato e partido. Para aferir o posicionamento ideológico de usuários sem mandato político, a relação de perfis seguidos pelos integrantes desses movimentos é projetada no modelo obtido na etapa anterior, ao que se segue teste de hipóteses a respeito da ideologia dos candidatos individuais, dos movimentos a que pertencem e dos partidos aos quais os novos postulantes escolhem se filiar para a disputa eleitoral.

Palavras-chave: ideologia; pontos ideais; partidos políticos; movimentos de renovação política

ABSTRACT

In political science, various tools have been utilised to build spatial models in order to quantify the ideological positions of political actors, the most common of them being roll-call data analysis, codification of political texts and the application of surveys to political elites, experts or the electorate in general. While these different methods have strengths and weaknesses that turn each of them complementary to others, they all share a common shortcoming: most of the time, the results can estimate only the ideal points of either political parties or individual politicians who have been elected into office at least once. In this sense, social platforms stand out as a new data source with the potential to connect elites to other groups, like debuting candidates, social movements, pressure groups or common users. This dissertation is divided in three parts. In the first of them, the existing methodologies are revised and compared to each other, and the correlations between each pair of sets are analysed. Chapter 2 presents a method for ideal points estimation using Twitter data, with the goal of explaining the determinants of the values obtained by it. The accounts of legislators from the Brazilian Chamber of Deputies in 2015 and 2022 are utilized, and profiles followed by at least 30 of them being fed into the model. The resulting models suggest a political space influenced by ideology, pragmatic alignment to government and structural polarization related to the competition for the Executive. Hypotheses are tested, with Twitter ideal points serving as dependent variables and presidential saliency of political parties, the ideology estimated by other means and rate of adhesion to government at the floor independent variables. Lastly, the third chapter aims, in first place, to estimate the position of the Political Renewal Movements created from the second half of the last decade, which, although having their own identities, need to launch candidates through the existing political parties implies an ambiguous relation of cooperation and conflict between their leaders and those of the established parties. Thus, the second objective of the last chapter is to test the significancy of some factors determining the party choice of members of renewal movements, among them their ideological proximity to the various political parties. To infer ideological position of users without a political mandate, the list of profiles followed by members of these movements are projected onto the model developed at chapter 2, what is followed by the test of hypotheses about the ideology of individual candidates, the movements which they belong to and the parties to which these new electoral competitors choose to affiliate.

Keywords: ideology; ideal points; political parties; political renewal movements

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Comparativo entre os métodos clássicos para comparação de pontos ideais.....	35
Quadro 2 - Lista dos perfis mais à esquerda e mais à direita seguidos pelos deputados federais segundo a classificação de pontos ideais via Twitter.....	64
Quadro 3 - Candidatos eleitos dos Movimentos de Renovação Política presentes na amostra.....	87
Figura 1 - Pontos ideais médios dos partidos obtidos pelo Survey da ABCP, pelo PREPPS e pela Pesquisa Legislativa Brasileira.....	44
Figura 2 - Pontos ideais médios dos partidos obtidos pelo PELA, por Optimal Classification e taxa de governismo dos partidos na 56a legislatura.....	45
Figura 3 - Estimativas de pontos ideais de partidos brasileiros.....	51
Figura 4 - Estimativas de pontos ideais via perfis do Twitter para bancadas dos partidos em três momentos diferentes	54
Figura 5 - Correlações entre as variáveis de ideologia, conforme survey da ABCP de 2018, taxa de governismo em Plenário e ponto ideal por estimativa via Twitter.....	58
Figura 6 - Autovalores do algoritmo Optimal Classification para a bancada eleita em 2022.....	62
Figura 7 - Correlações entre as duas primeiras dimensões da estimativa via Optimal Classification e as duas variáveis no modelo de regressão logística relativas às contas dos legisladores individuais	63
Figura 8 - Confiança da população brasileira nos partidos políticos.....	73
Figura 9 - Taxa de renovação da Câmara dos Deputados, por eleição.....	74
Figura 10 - Quantidade de candidatos na amostra por região do Brasil.....	89
Figura 11 - Distribuição dos candidatos oriundos de MRPs por partido político.....	91
Figura 12 - Esquema de projeção dos membros de MRP no modelo espacial dos deputados eleitos em 2022.....	94
Figura 13 - Pontos ideais de deputados federais eleitos e candidatos de MRPs obtidos via Twitter.	97
Figura 14 - Ponto ideal dos candidatos por MRP e por partido	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Sumário das estimativas de pontos ideais incluídas na análise.....	38
Tabela 2 - Correlação de Pearson entre os conjuntos de pontos ideais obtidos pelos métodos elencados.....	39
Tabela 3 - Correlação de Spearman entre os conjuntos de pontos ideais obtidos pelos métodos elencados.....	40
Tabela 4 - Média das correlações de Pearson e Spearman, respectivamente, entre as diferentes famílias de métodos.....	40
Tabela 5 - Resultados dos modelos de regressão linear indicados pela equação 1.....	47
Tabela 6 - Resultados de modelo de regressão linear conforme especificado na equação 2.....	59
Tabela 7 - Movimentos de Renovação Política: sumário da amostra obtida via Twitter.....	87
Tabela 8 - Resultados de modelo de regressão linear conforme especificado na equação 2.....	99
Tabela 9 - Resultados de modelo de regressão logística conforme especificado na equação 3.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS

ABCP	Associação Brasileira de Ciência Política
CA	Correspondence Analysis
CEL	Centro de Estudos Legislativos
CHES	Chapel Hill Expert Survey
DC	Democracia Cristã
DEM	Democratas
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
MARPOR	Manifestos Project
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MRP	Movimentos de Renovação Política
NOVO	Partido Novo
OC	Optimal Classification
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PELA	Proyecto Elites Latinoamericanas
PL	Partido Liberal
PLB	Pesquisa Legislativa Brasileira
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Progressistas
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PREPPS	Political Representation, Elites and Political Parties Survey
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade

PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
RAPS	Rede de Ação Política pela Sustentabilidade
REDE	Rede Sustentabilidade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNIÃO	União Brasil
VPR	Movimento Vem pra Rua

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 MODELOS ESPACIAIS DE IDEOLOGIA: HISTÓRICO, REVISÃO E ANÁLISE COMPARATIVA.....	17
1.1 Acepções de ideologia.....	18
1.2 O desenvolvimento de modelos espaciais na Ciência Política.....	22
1.2.1 <i>Surveys de elites.....</i>	<i>23</i>
1.2.2 <i>Análise de votações em Plenário.....</i>	<i>25</i>
1.2.3 <i>Expert surveys.....</i>	<i>27</i>
1.2.4 <i>Análise de textos políticos.....</i>	<i>29</i>
1.2.5 <i>Outros métodos.....</i>	<i>31</i>
1.3 Comparação entre métodos tradicionais.....	32
1.4 Comparação de modelos espaciais para o caso brasileiro.....	37
1.5 Determinantes dos pontos ideais obtidos por votos em Plenário.....	45
2 ESTIMAÇÃO DE PONTOS IDEAIS VIA TWITTER: UMA INTERPRETAÇÃO PARA O CASO BRASILEIRO.....	48
2.1 O uso de dados do Twitter para a estimativa de pontos ideais.....	48
2.2 Modelo.....	51
2.3 Dados.....	52
2.4 Ideologia, governismo, polarização eleitoral: os determinantes dos pontos ideais obtidos via Twitter.....	53
2.5 Análise da estrutura subjacente do modelo espacial obtido.....	60
2.6 Discussão.....	66
3 PROJETANDO NOVOS ATORES POLÍTICOS EM MODELOS OBTIDOS VIA TWITTER: O CASO DOS MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO POLÍTICA.....	69
3.1 Contexto histórico.....	70
3.2 Casos selecionados.....	76
3.2.1 <i>Movimento Acredito.....</i>	<i>77</i>
3.2.2 <i>Livres.....</i>	<i>80</i>
3.2.3 <i>RenovaBR.....</i>	<i>82</i>
3.3 Dados e hipóteses.....	85
3.4 Metodologia.....	92
3.5 Resultados.....	96
3.6 Discussão.....	101
CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109

INTRODUÇÃO

Ideologia é um dos conceitos centrais em Ciência Política, qualquer que seja o campo de pesquisa. Seja na investigação sobre o funcionamento de instituições políticas, no estudo do comportamento do eleitorado ou das estratégias de comunicação que as elites políticas adotam para influenciar a decisão de voto do mesmo, na aferição de impacto de políticas públicas, no debate sobre teorias da democracia ou em discussões sobre relações internacionais, sempre estará presente a ideia de que indivíduos agem, ou pelo menos justificam suas ações, com base num sistema de crenças que abrange ideias sobre como o mundo funciona e como os recursos socialmente disponíveis devem ser repartidos entre os indivíduos.

Assim sendo, para estudos quantitativos, é relevante operacionalizar a ideologia como variável composta por um único número ou por um vetor no qual o número de coordenadas corresponde à quantidade de dimensões existentes no espaço ideológico a ser mapeado. Às coordenadas correspondentes a cada ator político individual dá-se o nome de ponto ideal, e a essa abordagem, de modelo espacial de ideologia.

Um dos grandes problemas enfrentados pelos métodos tradicionais é a escassa disponibilidade de dados para a aferição de posicionamento ideológico de atores que não sejam partidos e políticos detentores de mandato. Nesse sentido, a presença de dados acessíveis de variadas pessoas físicas e jurídicas nas redes sociais abre uma avenida promissora para a mensuração da posição de atores como veículos de imprensa, influenciadores digitais, grupos de interesse, movimentos sociais, candidatos estreates, dentre outros.

Sendo assim, este trabalho tem dois objetivos principais. O primeiro deles é aprofundar a discussão sobre uma nova metodologia para a aferição de pontos ideais, baseados na coleta de dados de atores políticos em plataformas sociais na Internet, como iniciado por Barberá (2015) e adaptado para o contexto brasileiro, com modificações, por Souza, Graça e Silva (2017). A mídia social escolhida para tanto é o Twitter, recentemente renomeado X algum tempo após sua aquisição pelo bilionário Elon Musk. Trata-se de uma rede social cujos dados, há até pouco tempo, estavam gratuitamente disponíveis para pesquisa por meio de sua API, o que a tornou bastante popular para trabalhos de Ciência Política.

O segundo é utilizar a ferramenta para discutir um fenômeno que vem chamando a atenção da mídia e da academia desde as eleições de 2018: os Movimentos de Renovação

Política. Tratam-se de grupos que têm modos de operação variáveis. Dois deles, o RenovaBR e a RAPS, são escolas de candidatos financiadas por empresários, que promovem cursos cujas disciplinas abrangem assuntos ligados tanto à disputa eleitoral quanto à produção de políticas públicas. Outros, como o Acredito e o Livres, são associações regidas pelos seus próprios integrantes, com orientação programática declarada. Há ainda entidades que buscam fomentar candidaturas de grupos sub-representados na política institucionais, tais como mulheres, negros ou lideranças do movimento LGBTQIA+, como o Ocupa Política, o Muitas e o Juntas, frequentemente por meio de candidaturas coletivas. O que une organizações com agendas e formas de organização tão díspares é o desejo de lançar de maneira competitiva estreates políticos e o fato de que essas, ao invés de fundarem seus próprios partidos, lançam cada uma delas seus candidatos por mais de uma das legendas existentes, fato que promove uma relação ambígua entre essas e as agremiações partidárias: por um lado, especialmente no caso do pleito de 2018, era grande a demanda popular por renovação dos quadros políticos, e essas novas lideranças podem ser para os partidos um caminho para angariar votos e, dessa forma, evitar o ocaso. Por outro, elas assumem muitas funções características de partidos políticos, como recrutar candidatos, formá-los programaticamente, fazer a conexão com base militante, eleitorado e financiadores e estabelecer diretrizes ideológicas com possível impacto sobre o comportamento parlamentar, o que leva a tensões entre movimentos, integrantes individuais e os partidos a que pertencem.

Antes de introduzir uma nova tática para aferição de posicionamento ideológico e aplicá-la a um novo problema, no entanto, é necessário discutir algumas das ferramentas já existentes para tanto no campo da Ciência Política, já que qualquer nova abordagem deve ser validada, ou pelo menos comparada, com aquelas vigentes.

Para isso, o primeiro capítulo será dedicado à discussão acerca do conceito de ideologia, sua operacionalização como variável quantitativa e, sobretudo, as formas clássicas de se produzir estimativas de pontos ideais, com foco nas bases de dados existentes para o Brasil de *expert surveys*, *surveys* de elite e análise de votações no Plenário da Câmara dos Deputados. Os métodos disponíveis serão comparados entre si, e algumas hipóteses serão testadas acerca da influência da ideologia e do governismo nos pontos ideais obtidos pela análise de votações no Plenário daquela casa legislativa.

Feito isso, o capítulo 2 introduzirá a estimação de pontos ideais por via de dados do Twitter. O método desenvolvido por Souza, Graça e Silva (2017) e aplicado pelos autores às bancadas de deputados federais de 2015, será replicado para a legislatura da Câmara dos Deputados de meados do ano de 2022. São construídos modelos unidimensionais com as

contas do Twitter de deputados federais e aquelas seguidas por pelo menos trinta deles. Os pontos ideais obtidos para os partidos coincidem, em boa medida, com aqueles aferidos pelas abordagens elencadas no capítulo 1, mas há a presença de alguns desvios importantes, sendo o mais relevante dele o fato de que nos dois casos os partidos que protagonizam a disputa presidencial ocupam os extremos do espectro. Desta forma, o principal objetivo nessa etapa da dissertação é analisar os determinantes dos valores computados para os deputados federais brasileiros. A análise dos pontos obtidos não permite concluir que se trata de mera polarização entre governo e oposição, o que leva à elaboração de uma nova interpretação, a qual é testada empiricamente: o modelo obtido, sobretudo nos extremos, reflete a estrutura de disputa entre governo e oposição, que em 2015 ainda era dominada pelo dipolo PT/PSDB, sendo que esse último foi substituído pelo bolsonarismo a partir de 2018.

O terceiro e último capítulo desta dissertação lida com a segunda meta: o estudo dos Movimentos de Renovação Política. Três desses movimentos (Acredito, Livres e RenovaBR) têm as contas de suas lideranças cívicas localizadas no Twitter, sendo incluídas apenas aquelas que se candidataram a deputado federal ou estadual. É computado, a partir do mesmo princípio utilizado no capítulo 2, um modelo espacial para os deputados federais eleitos em 2022. Os candidatos dos movimentos são, então, projetados nesse espaço, sendo os resultados discutidos e hipóteses acerca dos determinantes da escolha de partido político por candidatos de renovação testadas.

Por fim, o presente estudo é concluído, apontando direções para pesquisa futura. São discutidas as implicações da perda de acesso a dados das plataformas para a comunidade acadêmica e para estudos sobre o impacto das mídias sociais na democracia e no processo político como um todo.

1 MODELOS ESPACIAIS DE IDEOLOGIA: HISTÓRICO, REVISÃO E ANÁLISE COMPARATIVA

A presente dissertação busca estimar pontos ideais de atores políticos relevantes através dos vínculos por eles formados nas mídias sociais e aplicar a metodologia a novos problemas, o que pode trazer vantagens importantes no referente a viabilizar a aferição quantitativa de ideologia de atores sem mandatos representativos, como candidatos estreatantes, movimentos sociais e grupos de interesse. Ademais, como diferentes arenas impõem restrições estruturais e cálculos estratégicos distintos aos atores, aferir o posicionamento ideológico dos mesmos por via de perfis em plataformas digitais tem o potencial conveniente de observar seu comportamento de uma perspectiva mais afastada das pressões oriundas das lideranças partidárias e do Poder Executivo, de maneira que o método se torna um complemento interessante para aprofundar a discussão sobre pontos ideais mesmo de políticos com mandatos, que têm sua ideologia usualmente mapeada por surveys de elite, expert surveys e análise de votos legislativos.

Não é possível, no entanto, introduzir uma nova abordagem sem antes revisar a produção teórica, metodológica e empírica concernente a ideologia, sua operacionalização e aferição por diferentes bases de dados e técnicas computacionais.

Os objetivos deste primeiro capítulo, portanto, são: i) revisar os múltiplos significados do conceito de ideologia e justificar sua operacionalização através da abordagem de pontos ideais; ii) documentar o histórico teórico e empírico da construção e utilização de modelos espaciais em Ciência Política; iii) elencar as medições disponíveis para o caso brasileiro e realizar a escolha daquelas que vão orientar este trabalho; iv) comparar as medições realizadas por vias diferentes, de modo a salientar seus principais pontos de convergência e divergência e tecer hipóteses acerca das causas dos desvios observados, sem necessariamente testá-las de maneira mais profunda; e, por fim v) testar até em que medida os pontos ideais obtidos por informação comportamental (no caso, os pontos ideais obtidos por via de votos em Plenário) refletem o comportamento estratégico ante ao governo e a tendência ideológica das bancadas partidárias, de forma a antecipar pontos que serão discutidos nos capítulos subsequentes.

Para isso, a seção 1.1 traz uma discussão sobre o conceito de ideologia na literatura de Ciência Política, sua evolução histórica e as propriedades empiricamente aferidas dos sistemas de crença que costumeiramente justificam a operacionalização da ideologia como uma variável numérica de uma, ou, mais raramente, duas ou mais dimensões. Já a seção 1.2 busca revisar a fundamentação teórica dos modelos espaciais de ideologia e comportamento político e

catalogar as diferentes fontes de dado e os métodos computacionais utilizados para a mensuração de pontos ideais, bem como os exemplos de emprego dos próprios para o caso brasileiro. Em **1.3**, são feitas comparações, por meio de descritores estatísticos simples, das medições de pontos ideais de elites políticas brasileiras feitas por surveys de especialistas, surveys aplicados a parlamentares e análise de votações nominais na Câmara dos Deputados. Em **1.4**, é testada a relação dos pontos ideais obtidos por execução do Optimal Classification para os votos no plenário da 56ª legislatura da Câmara (2019-2023) com as outras formas de medição e com a taxa de governismo de cada partido ao longo do mesmo período. Por fim, em **1.5**, são discutidos os resultados encontrados ao longo do capítulo, suas implicações para as análises desenvolvidas no restante do trabalho e apontadas direções pertinentes para esforços de pesquisa subsequentes.

1.1 Acepções de ideologia

Poucos conceitos em Ciência Política são, ao mesmo tempo, tão centrais e tão controversos e polissêmicos quanto o de ideologia. O próximo capítulo lida com a aferição de indicadores de posicionamento ideológico de atores políticos por via de seu comportamento numa plataforma social, o que carrega consigo implicações pertinentes a respeito da definição de ideologia em seu escopo e sua operacionalização o como variável independente. Por um lado, as contas alvo de análise são aquelas das elites, atores centrais na definição da agenda de políticas públicas, o que induz a tomada de opinião por parte do eleitorado. Por outro, não é possível ignorar o fato de que plataformas na internet são, acima de tudo, ferramentas de comunicação política, servindo de elo entre classe política e eleitorado. Como o grau de estruturação dos sistemas de crença e o conteúdo dos mesmos podem variar de maneira significativa entre as duas partes, torna-se pertinente discutir as diferentes acepções de ideologia utilizadas na Ciência Política e justificar o uso, no contexto desta dissertação, do modelo espacial como forma de operacionalização do conceito

Hinich e Munger (1992) revisaram três definições para o termo dadas ou operacionalizadas por diferentes autores proeminentes na Ciência Política: para Douglass North (1981), dentre outras referências, ideologias seriam conjuntos de ideias com implicações normativas para o comportamento individual e a organização da sociedade. Já em Downs (1957), elas figuram como *atalhos informacionais* através dos quais os indivíduos entendem a política e comunicam sobre a mesma. Por fim, Sartori (1969) as concebe como um conjunto de crenças marcadas pelo dogmatismo. Posto de forma simples, pessoas demasiadamente ideológicas

reinterpretariam os fatos para que esses se adequem ao seu sistema de valores, em contraposição aos indivíduos pragmáticos, que seriam flexíveis e abertos às conveniências da realidade objetiva. Em seguida à enumeração dessas três acepções, os autores enunciam sua própria definição concisa, mais próxima daquela anunciada por North: ideologia seria, para Hinich e Munger, um conjunto de ideias internamente consistentes capazes de impor restrições e imposições ao comportamento humano. Para eles, afim de ser chamado de ideologia, um sistema de valores deveria i) estabelecer o que é bom e ruim, do ponto de vista ético; ii) ditar como os recursos da sociedade devem ser distribuídos; e iii) definir a quem pertence ou em qual instituição reside o poder político. Para o comunismo, por exemplo, o bem comum está associado à autorrealização individual através da participação ativa do trabalhador na sociedade, os recursos devem ser alocados de acordo com a máxima *de cada um de acordo com sua capacidade e a cada um de acordo com sua necessidade* e o poder deve estar nas mãos de um partido representativo do proletariado.

Knight (2006) procedeu análise do conteúdo de todos os artigos publicados na *American Political Science Review* nos primeiros séculos de existência daquele jornal, de forma a documentar o uso e definição de “ideologia” ao longo do tempo por diferentes autores na Ciência Política, chegando a duas conclusões importantes: a primeira delas, de que o termo sempre se referiu, de maneira mais ou menos coerente, a um conjunto de ideias políticas inerentes a um indivíduo ou a um grupo social específico. A segunda, de que o significado predominante da palavra passou por pelo menos três etapas mais ou menos bem definidas. Na primeira delas, políticos e pensadores do século XIX, como Napoleão ou Karl Marx, empregavam a expressão com acepção negativa, caracterizando “ideólogos” como sujeitos de crenças rígidas prejudiciais à correta percepção da realidade. Num segundo momento, que coincide com a expansão dos direitos políticos na Europa e na América do Norte e com o surgimento do comunismo e do fascismo, “ideologia” passou a se referir a qualquer sistema de valores capaz de disputar espaço na opinião pública e nas instituições políticas. Por fim, a partir da década de 50, surgiu o modelo espacial de ideologia, consagrado sobretudo pela análise pioneira de Downs (1957), que adotou a abordagem de Hotelling (1929) e Smithies (1941) para descrever a interação estratégica entre as preferências do eleitorado e o posicionamento programático das elites políticas. A revolução comportamentalista e o surgimento de metodologias quantitativas cada vez mais robustas para pesquisas em Ciência Política levaram à popularização e à predominância de tal acepção entre acadêmicos desse campo de estudo a partir da segunda metade do século passado.

No modelo downsiano, partidos criam ideologias para vencer eleições, ao invés de dis-

putar eleições para fazerem avançar agendas ideológicas. O eleitorado já seria caracterizado a priori por uma distribuição contínua de preferências (por exemplo, por políticas públicas mais redistributivas ou menos redistributivas). O objetivo dos partidos políticos seria o êxito eleitoral. Para tanto, os mesmos precisam se posicionar de maneira ótima no mercado de votos, e com esse intuito criam sua agenda programática visando, por um lado, serem atrativos para o maior número possível de eleitores e, por outro, se distanciarem de seus concorrentes ao fazerem a opção por nichos que ainda se encontrem carentes de opções políticas palatáveis. Ao longo do tempo, partidos podem ajustar sua agenda conforme as transformações do mercado, modificando progressivamente o pacote ideológico que serve de atalho cognitivo para os eleitores.

Essa concepção da competição política, no entanto, é parcialmente criticada por Hinich e Munger (1992), para os quais o comprometimento absoluto para com a vitória e a sinalização ideológica seriam atitudes contraditórias. Partidos não podem deslocar suas preferências de política pública sem incorrer em custos eleitorais, dado que promessas de campanha são sujeitas ao risco moral de descumprimento após o pleito. Dessa forma, políticos precisam sinalizar algum nível de fidelidade à agenda programática que propõem, o que implica no transparecimento de certa rigidez ideológica. Além disso, eleitores valorizam outras características dos candidatos que não a pauta política dos mesmos, como postura de liderança, capacidade de gerir crises, bom caráter e consistência. Por fim, os autores questionam se as ideologias são escolhidas pelos candidatos ou se a competição política seleciona as ideologias mais competitivas.

É preciso lidar, de toda forma, com a contradição aparente entre a definição de ideologia como um conjunto de valores, por um lado, e, por outro, como a possibilidade de quantificar o posicionamento da elite e do eleitorado num *espectro*: de que forma conjuntos de ideias a respeito da apropriada organização do mundo social poderiam, ao mesmo tempo, gozar de coerência interna e ser passíveis de ordenação num espaço contínuo? Admitir a existência de um modelo espacial equivale a assumir que indivíduos possam combinar conteúdos de matrizes ideológicas distintas.

Distinção feita na literatura para auxiliar no esclarecimento e na evidenciação da diferença entre as duas acepções é aquela, exposta em Ellis e Stimson (2012), entre *ideologia operacional*, o conjunto de posições de um indivíduo sobre temas políticos e sociais, e *ideologia simbólica*, as palavras-chave utilizadas para denotar posicionamentos frequentemente correlatos (esquerda e direita, conservador e progressista, liberal e autoritário, etc.) e que são fontes de identidade para segmentos expressivos da população. Da vertente operacional, modelos

quantitativos podem ser aferidos de maneira apenas indireta, por via de técnicas que captem o número e o conteúdo de dimensões subjacentes às preferências políticas dos atores analisados. Já o campo simbólico, por ser composto de adjetivos usualmente em relação de antonímia uns aos outros, convida ao autoposicionamento dos entrevistados em escalas de intensidade. “Numa escala de zero a dez, você se considera mais de esquerda ou mais de direita? Mais liberal ou mais intervencionista na economia? Mais conservador ou mais progressista nos costumes?”. A validade da ideologia simbólica enquanto preditora efetiva da operacional é, naturalmente, tão maior quanto melhor for a correspondência entre a primeira e os posicionamentos dos atores em questões políticas concretas. Com respeito ao grande público, é recorrente desde Converse (1964) certo ceticismo em relação à sua capacidade de associar rótulos abstratos a preferências por políticas públicas específicas. Já membros da elite política usualmente conseguem posicionar a si próprios e a seus colegas de maneira razoavelmente acurada na escala esquerda-direita, como apontado em Melo, Santos e Câmara (2020) ao analisar dadas de *surveys* de elites integrantes de três países latino-americanos.

A abstração espacial, de qualquer maneira, parece permear o glossário político desde que os termos “esquerda” e “direita” vieram a existir na Assembleia Nacional criada pela Revolução Francesa. Para Benoit e Laver (2006, p. 12), “é de fato muito difícil analisar debates políticos reais sem utilizar linguagem e raciocínios posicionais”.

Ademais, estudos empíricos frequentemente dão suporte à concepção espacial não apenas enquanto construto preditivo, mas modelo explicativo válido para as escolhas de eleitores ou de elites políticas: normalmente, um baixo número de variáveis subjacentes (mais comumente, uma ou duas) é suficiente para explicar as preferências individuais em temas tão díspares quanto o tamanho do estado de bem-estar social, a legislação penal, a imigração, a regulamentação do aborto ou questões sobre proteção do meio ambiente.

De acordo com Jost, Federico e Napier (2009), cientistas políticos e psicólogos sociais atribuem a robustez do modelo espacial a fatores distintos. Enquanto os primeiros creditam às elites o papel de formular *ideologias*, ou pacotes simplificados de justificativas para preferências de políticas públicas (Converse, 1964; Hinich e Munger, 1994), os últimos, por sua vez, tendem a relacionar preferências políticas a características de personalidade, uma vez que essas também tendem a ser aglutinadas em poucas variáveis por modelos psicométricos, em particular o de Cinco Fatores (McCrae e John, 1992). As duas vertentes explicativas, de qualquer maneira, não são mutuamente excludentes.

Esta dissertação foca no posicionamento político das elites – os deputados com mandato vigente e candidatos integrantes de certos movimentos. Não está no objetivo deste trabalho in-

investigar ou hipotetizar como distintos conjuntos de valores com implicações na condução de políticas públicas interagem entre si, criando, por padrões de cooperação e competição, o *espaço* ideológico como usualmente concebido pela Ciência Política e pelo jargão público.

De qualquer forma, faz sentido, no escopo da presente pesquisa, operacionalizar a variável independente *ideologia* por via de modelo espacial, dada a existência de fortes indícios de que poucas dimensões – mais frequentemente apenas uma – estruturam as disputas políticas nas democracias modernas. Isso nos facultaria dialogar com a extensa literatura da disciplina utilizadora dessa abordagem, considerada por Cox (2001) “a besta de tração teórica dos estudos legislativos modernos”, dando a este trabalho uma base científica sólida a partir da qual é viável a construção de proposta metodológica e o teste de hipóteses acerca de observações do mundo político brasileiro recente.

1.2 O desenvolvimento de modelos espaciais na Ciência Política

Segundo Bakker, Carroll, et al. (2014, p. 1), o objetivo de qualquer modelo espacial é produzir uma representação geométrica de variações quantitativas entre unidades de análise. Quando a representação espacial é gerada, quanto mais similares são dois elementos, mais próximos um do outro ficam os pontos que simbolizam o par. No caso da obtenção de um mapa a partir de uma tabela que contenha a distância entre cidades de um país, é sabido a priori o número de dimensões relevantes (duas) e seus significados (latitude e longitude). Já em campos das ciências sociais, o conteúdo das dimensões deve ser aferido a partir daquilo que já se conhece do objeto de pesquisa ou por via do teste de novas hipóteses.

No âmbito da Ciência Política, o primeiro autor a chamar atenção para a aplicação de um modelo espacial na predição do comportamento de elites políticas foi Harold Hotelling (1929). Em sua acepção, da mesma forma que estabelecimentos comerciais tendem a se concentrar no centro das cidades, de forma a reduzir o deslocamento mediano dos consumidores, políticos tendem a convergir para as preferências do eleitor mediano – fato que explicaria a aparente similaridade de plataformas entre candidatos diferentes e a evasividade dos próprios ao responderem a questões controversas advindas do público ou da imprensa. Downs (1957) tomou a ideia de Hotelling para criar uma teoria a respeito da decisão de voto do eleitor e o comportamento estratégico dos partidos políticos durante o processo eleitoral. No modelo downsiano, as preferências de cada eleitor são representadas por uma função de utilidade, uma curva contínua que descreve o nível de satisfação obtido por aquele cidadão específico. Assume-se que essa função de utilidade tem apenas um máximo. O valor de posicionamento da po-

lítica pública que maximiza a utilidade aferida pelo eleitor é chamado de *ponto ideal*. Os partidos, por sua vez, buscam convencer o máximo possível de eleitores desenvolvendo *ideologias* (pacotes abstratos de ideias representativos de seu posicionamento quanto a diversas políticas públicas) capazes de apelar a mais eleitores que seus concorrentes. Para isso, o ponto ideal associado à ideologia partidária deve ter maior proximidade média com relação aos eleitores que aquele de partidos rivais. Implicações importantes, como o teorema do eleitor mediano, que já havia sido enunciado anteriormente por Duncan Black (1948), surgem como corolário dos pressupostos downsianos de escolha racional.

Ao longo do tempo, diversas estratégias foram criadas para aferir pontos ideais de elites políticas e, sobretudo, de partidos políticos, não apenas no intuito de testar empiricamente o modelo de Downs, como também de compreender outros fenômenos, como o comportamento dos integrantes dos três Poderes dentro das instituições formais, a evolução da agenda política ao longo do tempo, a aferição do nível de polarização no Legislativo, dentre outros. Destacam-se, dentre as abordagens, os *surveys* de elites, os *expert surveys*, a codificação linguística de manifestos partidários e a análise de votações em Plenário, sendo apropriado descrever o desenvolvimento histórico e a aplicação de cada um desses quatro métodos no Brasil e no mundo, bem como destacar suas potencialidades e limitações.

1.2.1 *Surveys de elites*

Não parece haver maneira mais evidente de determinar o ponto ideal de políticos profissionais do que perguntar aos mesmos onde eles se inserem numa escala numérica em que o menor valor representa, a título de exemplo, o extremo esquerdo da distribuição e o valor superior, o extremo direito.

Em termos práticos, entretanto, a aplicação dessa ferramenta encontra obstáculos importantes. Primeiramente, uma escala de 1 a 10 representando “esquerda” e “direita” pode ter significados diferentes para participantes diferentes. É possível que respondentes façam um julgamento menos preciso dos partidos mais distantes de seu próprio ponto ideal. Modelos de ideologia com duas ou mais dimensões enfrentam ainda a possibilidade de que a saliência de uma delas seja maior para um indivíduo que para outro. Ademais, ainda no caso de espaços multidimensionais, surge a questão da métrica apropriada para estabelecer a distância entre dois elementos: deve-se utilizar a métrica euclidiana, que usa o teorema de Pitágoras para obter a distância entre elementos, ou a métrica de Manhattan, que simplesmente soma as distâncias em cada dimensão?

Estratégias para contornar os problemas da diferença de percepção do espectro ideológico incluem pedir ao entrevistado que posicione outros atores na mesma escala ou simplesmente que julgue a proximidade de certo partido ou liderança em relação a seus próprios pontos de vista. O escalonamento de Aldrich e McKelvey (1977) procura estimar os valores verdadeiros dos pontos ideais dos estímulos mesmo com a existência de distorções introduzidas pelos entrevistados, partindo da premissa de que essas são compostas por translação e multiplicação dos valores reais dos estímulos.

Abordagem complementar consiste em incluir no *survey* questões de opinião sobre temas politicamente relevantes, como o papel do estado na regulação da economia e na redistribuição de renda, a intensidade ideal das punições aos criminosos, a legalização do aborto ou das drogas, a postura desejável da política externa frente a potências relevantes, dentre outros. Desses itens, que compõem a ideologia operacional dos sujeitos entrevistados, é possível aferir o número de dimensões subjacentes ao espaço ideológico implícito pela amostra e quantificar o nível de correspondência de cada dimensão com aquelas de ideologia simbólica inclusas no mesmo questionário por meio de técnicas como a análise de fatores. Melo, Santos e Câmara (2020) demonstraram, para os dados obtidos pelo PELA (Alcántara, 1994-2021) para Brasil, Chile e Uruguai, correspondência significativa entre a ideologia dos deputados e a resposta dos mesmos em questões sobre estado versus mercado, papéis do estado e valores morais.

Ainda assim, outros problemas permanecem, sendo um dos mais prementes uma taxa de resposta potencialmente baixa por parte dos legisladores, seja por interesse próprio, seja por determinação do partido. Segundo Benoit e Laver (2006), existiam relatos de ordem da liderança do Partido Trabalhista britânico para que seus mandatários não respondessem a pesquisas de opinião sem sua prévia autorização. Políticos têm, ademais, incentivos para não serem sinceros ao se posicionarem, evitando, por exemplo, se colocarem nos extremos do espectro. Menos de um terço dos eurodeputados aceitaram responder a esforço de pesquisa desse tipo no ano 2000, sendo que o Parlamento Europeu é tipicamente mais aberto à investigação científica que legislaturas nacionais (Benoit e Laver, 2006, p. 63).

No Brasil, dois *surveys* de elites políticas têm sido utilizados para, dentre outras coisas, determinar os pontos ideais de deputados federais: o Estudo Legislativo Brasileiro, conduzido desde 1989 por César Zucco e Timothy Power, e o Projeto de Elites Parlamentares Latino-americanas (PELA), cujas ondas no Brasil são realizadas pelo Centro de Estudos Legislativos da Universidade Federal de Minas Gerais (Alcántara, 1994-2021).

1.2.2 Análise de votações em Plenário

A condução de pesquisas que pudessem testar as premissas da abordagem espacial foi se tornando mais popular à medida em que novos métodos de análise estatística foram sendo desenvolvidos e, de maneira crítica, o avanço da tecnologia possibilitou o acesso disseminado e de baixo custo a computadores pessoais com alto poder de processamento. Desenvolvimento crucial nesse sentido foi o algoritmo NOMINATE por Poole e Rosenthal (1983) e seus aperfeiçoamentos posteriores, culminando na criação do método DW-NOMINATE (Poole e Rosenthal, 1997) para a estimativa de pontos ideais de membros do Congresso americano e de outras casas legislativas ao redor do mundo. Subsequentemente, outros modelos surgiram como alternativa, a exemplo do IDEAL (Clinton, Jackman e Rivers, 2004), que é baseado na Teoria da Resposta ao Item bayesiana, e do *Optimal Classification* (Poole, 2005).

Os métodos podem ser divididos em paramétricos (NOMINATE, IDEAL) e não paramétricos (*Optimal Classification*). Os primeiros tratam o voto do legislador de maneira probabilística, assumindo uma função de utilidade em parte determinística – normal no caso do NOMINATE e quadrática inversa no caso da TRI bayesiana – e em parte aleatória. Já métodos não paramétricos não partem de premissas sobre as formas das funções de utilidade ou a distribuição dos erros.

O NOMINATE ganhou diversas versões. A versão dinâmica (D-NOMINATE) permite que os pontos ideais dos legisladores variem ao longo do tempo, tornando viável a comparação entre legislaturas diferentes. O W-NOMINATE trata-se de uma versão estática, otimizada para ser factível seu processamento em um computador pessoal. Seu nome, *weighted*, advém do fato de que cada dimensão incluída na análise pode ter peso variável. O DW-NOMINATE é uma combinação de ambos. Foi desenvolvida uma variante do último capaz de fazer comparações entre pontos ideais da Câmara dos Deputados e do Senado norte-americanos através dos escores de legisladores que tenham transitado entre as duas casas. Além desses, foi desenvolvido o α -NOMINATE, que supõe uma função de utilidade intermediária entre a normal e a quadrática inversa.

O *Optimal Classification* (OC), por sua vez, não faz suposições fortes a respeito nem da função de utilidade, nem do erro associado à sua componente determinística, sendo, por isso, um método não paramétrico, que se baseia apenas em posicionar os legisladores no espaço de forma a minimizar os erros – o número de vezes em que o modelo prediz voto “sim” quando o parlamentar votou “não” e vice-versa.

Armstrong II et al. (2014, p. 264) fizeram uma comparação entre as metodologias para-

métricas e não paramétricas. Como o OC não faz estimativas da função de erro, o mesmo se torna um método mais desejável quando a forma da função de utilidade e da distribuição do erro são desconhecidas. Rosenthal e Voeten (2004) escolheram o método para analisar a Assembleia Nacional da Quarta República francesa devido às características daquela legislatura, marcada ao mesmo tempo por voto fortemente ideológico, de um lado, e por variabilidade na coesão partidária e intensa migração partidária, do outro. Na presença de uma baixa taxa de erro, modelos paramétricos tendem a “empurrar” pontos ideais para os extremos, de modo a maximizar a função de verossimilhança, o que pode ser resolvido introduzindo-se restrições a respeito da distribuição esperada. Por sua vez, modelos paramétricos podem ser preferíveis quando há poucas votações e o interesse não está apenas na *ordem* segundo a qual as unidades de análise aparecem no espaço, mas em seu valor absoluto.

Antes de se utilizar a análise de comportamento legislativo como estimativa de ideologia de congressistas, é importante salientar que, dadas as dinâmicas internas do Poder Legislativo e, sobretudo, suas relações com o Executivo, dimensões não relacionadas aos valores ideológicos dos parlamentares e de seus partidos podem estar presentes no modelo, tais como a adesão de legendas ao governo em troca de acesso a cargos ou liberação de emendas para os distritos eleitorais dos parlamentares. Tal fenômeno é mais proeminente em contextos multipartidários, frequentemente caracterizados por um padrão fluido de alianças entre as diferentes siglas. Para o Brasil, Zucco e Lauderdale (2011) encontraram duas dimensões para o comportamento dos deputados federais para as legislaturas da Câmara entre os anos de 1989 e 2010, sendo a primeira delas equivalente à ideologia clássica esquerda-direita e a segunda, bastante saliente nas gestões de Luiz Inácio Lula da Silva, o governismo ou oposicionismo dos partidos políticos.

Ademais, uma vez que o sistema de governo do país exerce influência na estrutura das relações entre parlamento e governo e na organização interna dos partidos, ele pode ter impacto decisivo na dimensionalidade do espaço obtido e no significado subjacente de cada eixo. De fato, Lyons e Lacina (2009) chegaram, sob a luz do caso tcheco, à conclusão de que não é imediata a compreensão dos fatores determinantes do voto legislativo em contextos em que há forte disciplina partidária, realidade comum em países que adotam o parlamentarismo.

Nada disso impede, todavia, o uso da análise de votos em Plenário como ferramenta de pesquisa, desde que se parta de premissas razoáveis a respeito da natureza estratégica do ambiente legislativo, marcado por idas e vindas nos relacionamentos entre bancadas partidárias e governo, demarcação de posições por atores políticos interessados em comunicar fidelidade ao eleitor, e, não menos relevante, disputas pela liderança da casa e o controle que a mesma exer-

ce sobre a agenda das votações em Plenário. Se a intenção for procurar utilizar dados de votação legislativa para estimar a ideologia de políticos individuais ou de seus partidos, é necessário incluir fatores não ideológicos como variáveis de controle.

1.2.3 *Expert surveys*

Pesquisas junto à opinião pública possuem o inconveniente do baixo nível de informação do eleitor mediano acerca dos atores que estão sendo classificados, além da possível presença de vieses como o da desejabilidade social (Grimm, 2010). Questionários a elites, por sua vez, padecem do problema do comportamento estratégico: políticos profissionais possuem muitos incentivos para não serem sinceros ao responderem as questões, ou ainda, para se recusarem a responder à pesquisa na sua integralidade.

Uma solução, a depender da aplicação desejada, é selecionar o público respondente, de modo a incluir na amostra apenas aqueles mais plenamente informados e aptos a realizar julgamento sobre o tema requisitado. Surge daí o conceito de pesquisa entre especialistas, ou, como são mais comumente chamadas, *expert surveys*, que possuem outras vantagens importantes para além de atenuar ou eliminar os problemas de pesquisas realizadas junto ao grande pública ou às elites políticas.

Em primeiro lugar, o fato de que os colaboradores têm interesse direto no conteúdo sendo produzido, utilizando o resultado do esforço coletivo em estudos futuros ou contribuindo para que colegas de pesquisa possam fazê-lo, contribui para o comportamento colaborativo. Segundo, tal metodologia tem custo relativamente baixo, uma vez que a população a ser contatada não é pré-determinada. Terceiro, dada a subjetividade dos fenômenos estudados pelas ciências sociais, qualquer método de aferição deve, mais cedo ou mais tarde ou de uma forma ou outra, passar pelo crivo interpretativo de especialistas.

Não obstante suas virtudes, é necessário também apontar os dilemas que podem surgir na aferição de posições políticas por via de *surveys* a especialistas. Mair (2001) apontou seis eventuais problemas relativos ao método: i) a contingência espaço-temporal do contexto em que a aferição é realizada, que pode “contaminar” a avaliação de ideologia; ii) em *surveys* com várias dimensões, torna-se difícil avaliar certo partido nos eixos ideológicos em que o mesmo é pouco saliente; iii) polarização artificial em sistemas muito fragmentados à medida em que especialistas se preocupam em usar todo o espaço ideológico para distinguir os partidos um do outro; iv) a possibilidade de que partidos defendam políticas específicas por fatores não ideológicos; v) a incerteza sobre quais dados especialistas estão utilizando para realizar o

juízo de ideologia; e vi) as transformações recentes dos partidos políticos, que passam por um processo de enfraquecimento de seu vínculo com o eleitorado e torna a questão da ideologia menos relevante. Klingemann et al. (2006) chamaram atenção para o fato de que os critérios de avaliação de partidos políticos estariam muito enviesados pela relativa estabilidade das famílias de partidos da Europa.

Outras disciplinas das ciências sociais também empregam essa abordagem. Na psicometria, Pinkham et al. (2014) fizeram um levantamento entre especialistas sobre os melhores indicadores de cognição social, variável crítica nos prognósticos de pacientes de esquizofrenia, de maneira a aperfeiçoar as ferramentas de diagnóstico existentes. O PhilPapers conduz um *survey*, já aplicado em várias ondas, a acadêmicos de filosofia, de modo a estabelecer o estado da arte nas discussões mais relevantes do campo (PhilPapers, 2023). E, de forma a informar ao grande público a existência de consenso ou dissenso na opinião de economistas acerca de temas quentes daquela disciplina, a Universidade de Chicago mantém um painel fixo de especialistas de ponta de vários centros de pesquisa ao redor do mundo, fazendo-lhe rotineiramente questões sobre assuntos como a eficácia de regras fiscais, o impacto da inteligência artificial no crescimento da produtividade ou o risco que intermediários não financeiros podem representar à estabilidade econômica (Kent A. Clark Center, 2023).

Em se tratando de aferir o posicionamento ideológico de partidos, o banco de dados mais longo existente é o do Chapel Hill Expert Survey (Jolly et al., 2022). Originado da série temporal iniciada em 1984 por Leonard Ray (1999), o CHES consiste numa série de questões realizadas a cientistas políticos sobre a ideologia simbólica e operacional de partidos nacionais europeus. Recentemente, o estudo estreou uma versão latino-americana (Martínez-Gallardo et al., 2022). Dois *expert surveys* procuram medir o ponto ideal de partidos políticos em todo o mundo: o V-Party (Lührmann et al., 2020), iniciativa do instituto V-Dem, da Universidade de Gotemburgo; e o Global Party Survey (Norris, 2020), da Harvard Kennedy School.

No Brasil, Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023) aplicaram em 2018 questionário a integrantes da Associação Brasileira de Ciência Política, continuando série iniciada em 2010. Além de pedir aos acadêmicos que posicionassem as legendas brasileiras numa escala esquerda-direita, os realizadores também incluíram outros itens, como a classificação que cada um faz do comportamento dos partidos enquanto *policy-seeking*, *vote-seeking* e *office-seeking*. Dado que o comportamento das siglas nacionais em Plenário nem sempre reflete sua ideologia, tais dados podem ser úteis para a criação de modelos preditivos da adesão de partidos a governos vindouros ou à explicação de incoerências nas medidas de diferentes abordagens.

1.2.4 *Análise de textos políticos*

Uma fonte de dados presente em virtualmente todas as democracias são textos de autoria dos próprios atores políticos, sobretudo manifestos que cobrem várias eleições. O texto pode ser analisado manualmente ou, de maneira cada vez mais frequente, por via de algoritmos.

Além da ampla disponibilidade de documentos para análise, outro ponto forte dessa metodologia de classificação é que os manifestos representam a declaração mais substantiva e assertiva que partidos e candidatos fazem a respeito de seus próprios valores: ainda que, a cada pleito, o conteúdo seja modificado estrategicamente para abranger as preferências do eleitorado e a saliência momentânea de cada agenda, o partido terá, de todo modo, alterado *a sua ideologia* para aumentar seu potencial de votos, conforme previsto no modelo downsiano, num processo que envolve, no caso brasileiro, o próprio candidato presidencial, a cúpula do partido e, potencialmente, as siglas que aderiram à mesma coligação majoritária. O mesmo não pode ser dito de desvios de comportamento, em relação ao esperado a partir do viés ideológico, em arenas como o legislativo, uma vez que congressistas não precisam necessariamente justificar publicamente uma votação em favor do governo ao qual aderem ou se opõem com base em valores.

Um dos projetos correntes mais antigos a empregar essa abordagem é o Manifesto Project (MARPOR), continuação do Comparative Manifestos Project (1989-2009) e do Manifesto Research Group (1979-1989) (Burst et al., 2020). A base de dados do MARPOR contém a codificação de manifestos para 66 países diferentes, vários dos quais desde 1945. Cada peça incluída na base de dados é dividida em quase-frases, separadas por mudanças no conteúdo argumentativo das mesmas, cada uma das quais sendo julgadas manualmente como pertencentes ou não a uma ou mais dentre 56 categorias. Menções positivas ou negativas a certa agenda política são tratadas como categorias distintas. A título de exemplo, a categoria 101 diz respeito à menção positiva a alguma potência estrangeira com a qual o país de origem do manifesto tenha algum tipo de relação especial, enquanto a categoria 102 diz respeito a menções negativas.

Para embasar a escolha dos rótulos categóricos, Budge et al. (2001) recorreram à teoria da saliência, desenvolvida por Budge (1982). Para os autores, questões de política pública profundamente divisivas seriam a exceção, não a regra, na agenda da ação governamental. Na maior parte dos casos, o eleitorado preferiria com grande maioria um curso de ação a outro, sendo variável apenas as *intensidades* das preferências. Adaptando-se às necessidades de seus públicos, um político de esquerda pode, por exemplo, colocar-se a favor de um combate duro

à criminalidade, mas dar mais ênfase à expansão de políticas de transferência de renda, enquanto um candidato direitista, mesmo se comprometendo com a proteção do meio ambiente, ocupa uma parte maior de seu discurso promovendo uma agenda de crescimento econômico. Não obstante o marco teórico que orientou a construção do MARPOR em seus primeiros anos, Benoit e Laver (2006) argumentaram que, ao incluírem categorias opostas (descentralização versus centralização, menções positivas e negativas a potências estrangeiras), a equipe do projeto abandonou progressivamente a abordagem de saliência em favor de um paradigma posicional mais alinhado a outros procedimentos para aferição de ideologia, o que favorece a comparabilidade entre as estimativas do MARPOR e aquelas obtidas por *surveys* ou comportamento em Plenário.

Não obstante a amplitude do banco de dados e ao alcance da mesma na academia, são frequentes críticas às bases teóricas e à metodologia do MARPOR. Dolezal et al. (2013) testaram implicações da teoria da saliência usando uma análise alternativa de manifestos partidários de três eleições consecutivas na Áustria, refutando três de quatro hipóteses elencadas. Mikhaylov, Laver e Benoit (2008), após chamar a atenção para o fato de que a maioria dos textos foi analisada por apenas um codificador, demonstraram, através de experimento com vários codificadores treinados, uma baixa reprodutibilidade dos resultados. O método, aliás, é bastante custoso em termos de tempo e recursos humanos a serem empregados na análise, o que tende a reduzir severamente o número de codificações disponíveis para um mesmo texto.

Essas limitações elevam o apelo da substituição de agentes humanos por estratégias computadorizadas de análise textual, como o WordScores (Laver, Benoit e Gary, 2003), que Lowe (2008) interpretou como uma aplicação de análise de correspondência a textos políticos. No WordScores, cada palavra tem seu score ideológico derivado da frequência com que a mesma aparece em textos de referência cujos pontos ideais são estabelecidos previamente por especialistas. O dicionário é, então, utilizado para classificar os textos que se deseja analisar. Contudo, Bruinsma e Gemenis (2018) encontraram uma baixa correspondência do WordScores quando comparado a expert surveys ao aplicarem o algoritmo aos manifestos de 117 partidos políticos em 23 países para estimar seus pontos ideais em quatro dimensões salientes do conflito político.

Com o aumento do poder computacional, tem se tornado popular a análise textual de outros documentos e textos políticos, como discursos em Plenário (Ribeiro e Mendes, 2019) ou postagens em mídias sociais (Conover et al., 2018).

1.2.5 Outros métodos

Embora os quatro métodos acima sejam os mais frequentemente utilizados para a obtenção de pontos ideais, outros tipos de informação que conectem agentes políticos entre si ou que tragam avaliações quantitativas a respeito dos mesmos já foram empregados para a realização da estimativa, alguns dos quais serão destacados abaixo.

Surveys de massa. Pedir para que cidadãos posicionem partidos ou políticos de expressão numa escala esquerda-direita traz à tona questões relacionadas à heterogeneidade do nível de informação política do eleitorado. Ainda assim, existe, no campo do comportamento político, o interesse do pesquisador em entender como o nível de compreensão do eleitor acerca de rótulos como “esquerda” e “direita”, além do processo de formação do voto e da opinião pública de forma geral. A postura pessimista na academia quanto à capacidade do grande público de julgar corretamente o espaço político e, por conseguinte, de fazer a escolha mais congruente aos seus valores e interesses, é antiga, remontando a Converse (1964) e Campbell et al. (1980). Estudos empíricos como os de Lamounier (1978) e Almeida (2001) trouxeram esse diagnóstico para o cenário nacional. Nem todos os achados, no entanto, apontam para uma insignificância da relação entre ideologia e voto. Izumi (2019) mostrou, com dados do Estudo Eleitoral Brasileiro abrangendo as eleições de 2002 e 2014, que mesmo eleitores pouco sofisticados possuem capacidade razoável de selecionar o candidato presidencial mais próximo ao seu autoposicionamento ideológico. Fuks (2022) adicionou à formação do voto ideológico a variável do contexto: a correta compreensão dos conceitos de esquerda e direita não depende apenas de certa sofisticação do eleitor, mas também do nível de polarização do cenário político. Quanto mais distantes entre si estão as opções eleitorais, mais fácil para o cidadão realizar a distinção. Seja como for, vale enfatizar que esse método só é razoável na obtenção de pontos ideais para líderes políticos e partidos políticos amplamente conhecidos pelo público geral. Sendo assim, indagar aos eleitores sobre o posicionamento das elites revela mais informações sobre como os próprios veem o mundo político do que sobre o comportamento das lideranças nas instituições políticas.

Análise de coautoria de projetos de lei. Constituir hipótese plausível que, ao escolher assinar um projeto de lei proposto por um colega, um legislador esteja demonstrando sua preferência por ele em relação ao status quo, de modo a revelar informação sobre seu ponto ideal. Técnicas para a análise de votos em Plenário, como o *Optimal Classification*, podem ser facilmente adaptadas para o ambiente digital, com a coautoria significando um “voto” *sim* e a postura oposta equivalendo a um *não*. Existe, no entanto, uma importante assimetria entre as duas

opções, conforme exposto por Rosas e Shomer (2008). Enquanto um *sim* indica proximidade entre os coautores da proposição, um *não* pode significar, para além de oposição, uma falta de interesse ou mesmo de conhecimento da iniciativa por parte de colegas. Ademais, como tipicamente apenas uma fração pequena da casa assina cada projeto de lei, a matriz de concordância resultante é bastante esparsa, com uma proporção pequena de “votos” *sim*. Buscando contornar esse problema, Alemán et al. (2009) partiram para uma abordagem de rede social, obtendo uma matriz de afinidade ao multiplicar a matriz de concordâncias por sua transposta. Em seguida, compararam os resultados obtidos pela análise de coautorias e de votos em Plenário para as câmaras baixas de Estados Unidos e Argentina. Como esperado, a dimensionalidade da estimativa obtida via coautoria, nos dois casos, foi maior do que para a obtenção de pontos ideais via votações, mais acentuadamente no caso do país latino-americano. Foi argumentado no texto que o deputado argentino tem mais restrições comportamentais que seus equivalentes estadunidenses, uma vez que a autoridade das lideranças partidárias (sobretudo a de governadores provinciais) é maior naquele país do que nos Estados Unidos. Outro exemplo de emprego dos dados sobre coautoria a casos latino-americanos é o estudo conduzido por Crisp, Kanthak, and Leijonhufvud (2005) sobre coautoria de proposições no congresso chileno.

Estudos sobre doações de campanha. Em algumas jurisdições, notoriamente os Estados Unidos, contribuir para campanhas eleitorais é prática comum não apenas por parte de grandes doadores individuais ou corporativos, sendo corriqueiro que cidadãos comuns transfiram a seus candidatos favoritos pequenas somas de dinheiro. Nesse cenário, a maior parte das doações não tem poder para, sozinhas, alterarem significativamente a chance de êxito eleitoral de seus recebedores, aumentando a probabilidade de que os eleitores autores de doações estejam apoiando de forma sincera para os projetos com os que mais se identificam ao invés de estarem simplesmente atendendo a interesses próprios. Bonica (2017, p. 370) parte dessa premissa ao afirmar que “a vasta maioria dos doares doam quantias tão diminutas que é difícil conceber a contribuição como investimento”. O autor desenvolveu um método para estimar pontos ideais de doadores e candidatos através do emprego da Análise de Correspondência (CA), validando os seus achados ao comparar os pontos ideais obtidos a partir da sua estratégia.

1.3 Comparação entre métodos tradicionais

Feito um apanhado entre as diferentes abordagens tradicionais empregadas pela academia para a aferição de pontos ideais das elites políticas, podemos classificá-las em subgrupos,

bem como discutir suas virtudes, defeitos e nichos de aplicabilidade.

Os métodos levantados cabem em três categorias básicas, quais sejam:

Estimação via survey. Seja o público-alvo composto por elites políticas, grande público ou especialistas, estratégias que usam survey obtêm o ponto ideal estimulando os interpelados diretamente com um pedido para que eles mesmos façam a classificação de si próprios e de uma série de políticos e partidos numa escala esquerda-direita, no caso mais comum, ou em outros eixos, quando está estabelecido ou se suspeita que o espaço ideológico de uma jurisdição seja multidimensional.

Estimação via análise textual. Técnicas manuais ou computadorizadas de análise textual podem construir um modelo espacial aferindo primeiramente a ideologia operacional dos textos analisados, detectando o posicionamento dos autores em relação a temas politicamente salientes. Em seguida, pode-se atribuir pontuações para a esquerda e para a direita a cada vez que certo tema ou valor aparecer no documento sob estudo.

Estimação via análise de afinidade. Utilizar dados como doações a campanhas eleitorais, votações em Plenário ou a coautoria de projetos de lei tem em comum a premissa de que o espaço obtido reflete a distância, ou de maneira inversa, a afinidade entre *nós* de uma rede social subjacente. Toda vez que dois legisladores votam de maneira concordante em plenário, assinam o mesmo projeto de lei ou que dois candidatos recebem de um mesmo doador, aumenta o peso do ramo que os interconecta. O modelo espacial posiciona em pontos ideais mais próximos aqueles nós que possuem maior afinidade entre si e mais afastados os que não possuem forte concordância.

Em primeiro lugar, é necessário ter em mente que as diferentes estratégias para obtenção de pontos ideais não estão necessariamente em competição entre si. Pelo contrário, elas se complementam. A estimação direta de ponto ideal, que pode ser obtida via *survey*, precisa ter seu valor preditivo testado, o que só pode ser realizado através da observação de comportamento das elites ao votar projetos em pauta, produzir manifestos partidários, discursar em Plenário, conceder entrevistas para a mídia na qual exponha seus valores ou angariar financiamento de campanha de certo grupo de doadores. O inverso, isso é, se o comportamento dos políticos impacta na classificação ideológica dos mesmos em entrevistas estruturadas também é uma hipótese sujeita a ser testada.

Além disso, métodos distintos podem revelar nuances da estruturação do sistema político-partidário. Por exemplo, é possível supor, à luz da teoria partidária da organização legislativa (Cox e McCubbins, 1993; 2005), que lideranças partidárias, sobretudo as do partido majoritário, consigam utilizar o poder negativo de agenda para bloquear a tramitação de propostas

que dividam seus partidos em blocos de tamanho comparável. Além disso, líderes partidários no plenário ou em comissões, quer sejam da maioria, quer sejam da minoria, podem ter a capacidade de impor tal nível de disciplina aos integrantes do partido que o resultado das votações congressuais suprima as diferenças intrapartidárias de preferências por políticas públicas. Outras instâncias comportamentais, como o proferimento de discursos na casa legislativa ou postagens em mídias sociais, são menos controladas pelas elites partidárias, e podem dar ao político espaço para que ele expresse suas nuances ideológicas. De fato, Gaynor et al. (2022) encontraram uma variância maior para os pontos ideais de congressistas norte-americanos para análise de discursos parlamentares e postagens no Twitter em relação à estimação dos mesmos via votações nominais.

Por fim, modelos diferentes servem a propósitos diferentes. Por exemplo, indagar a eleitores o posicionamento de partidos pode ser útil para testar a compreensão dos mesmos acerca da política, como feito em Izumi (2019). Estimar ideologia via análise textual pode auxiliar no teste das pressuposições do modelo espacial, bem como medir a transformação das dimensões da competição política e a evolução de suas saliências ao longo do tempo. Pedir para que especialistas façam a classificação pode constituir, como argumentado por Benoit e Laver (2006, p. 76) uma maneira de medir o “estado da arte” quanto à localização ideológica da população a ser classificada, mas a própria academia de onde provêm os respondentes precisa, por via de estimativas por outros métodos, tornar objetivas as raízes de seus julgamentos subjetivos.

O **quadro 1** traz um comparativo entre as três famílias de métodos para a estimação de pontos ideais, com suas vantagens e desvantagens e exemplos de aplicação para o Brasil.

Nota-se que a metodologia de *expert survey*, devido a seu baixo custo, é de fato a que tem maior quantidade de medições diferentes, havendo um esforço inteiramente nacional e diversos projetos internacionais que medem o posicionamento dos partidos brasileiros em conjunto com os de vários outros países, tanto latino-americanos como de outras regiões do mundo. Em contraste, *surveys* aplicados a deputados federais contam com apenas duas ondas no Brasil.

A comparação sobre fontes de métodos diferentes, no entanto, só pode ser feita de forma imperfeita. No caso de manifestos políticos ou de votos em Plenário, a informação comportamental é um dado secundário produzido para outros fins. O primeiro é disponibilizado para fins de transparência pública, de forma que a sociedade civil possa acompanhar o processo decisório nas casas legislativas, o segundo é uma forma de comunicação entre os partidos, suas bases militantes, a mídia e o grande público em geral, de forma a suscitar mobilização política e eleitoral em torno das agendas propostas.

Quadro 1 - Comparativo entre os métodos clássicos para comparação de pontos ideais

Método	Medição	Vantagens	Desvantagens	Aplicação para o Brasil
<i>Expert survey</i>	Direta	Altas taxas de resposta; Baixo custo; Alta confiabilidade e repetibilidade.	Viés confirmatório; Possível tendência dos respondentes a “saturarem” a escala do survey; Em modelos multidimensionais, dificuldade de posicionar partidos em eixos em que os mesmos são pouco salientes.	V-Party (Lührmann et al., 2020); PREPPS (Wiesehomeyer, Singer e Ruth-Lowell, 2020); CHES (Jolly et al., 2022); Survey ABCP (Bolognesi, Ribeiro e Cordato, 2023).
<i>Survey de elites</i>	Direta	Estratégia de aferição direta: pergunta-se aos próprios políticos o seu posicionamento ideológico.	Baixas taxas de resposta; Possibilidade de comportamento estratégico ou influenciado por lideranças partidárias;	PELA (Alcántara, 2018); PLB (Zucco, 2023).
<i>Survey de massas</i>	Direta	Única forma de aferir a percepção do grande público a respeito do posicionamento dos partidos e de atores políticos relevantes.	Custoso (amostra deve ser grande para ser representativa) Eleitor mediano pouco informado, sobretudo em sistemas partidários fragmentados e pouco enraizados.	Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB, 2019).

Método	Medição	Vantagens	Desvantagens	Aplicação para o Brasil
Análise de textos políticos	Comportamental	Suposição de sinceridade: manifesto resume posições do partido – mandatários, lideranças internas e militantes – a respeito de temas políticos	Baixa repetibilidade no caso da codificação manual Poucos codificadores (em geral um) para cada manifesto	MARPOR (Lehmann et al., 2023).
Análise de votos em Plenário	Comportamental	Dados amplamente disponíveis; Permite inferir as dimensões latentes da disputa política.	Influência das lideranças partidárias, da casa legislativa, do governo e da <i>constituency</i> sobre o voto dos parlamentares	Leoni, 2002; Zucco e Lauderdale (2009, 2011);

Fonte: Elaborado pelo próprio autor, com base nos trabalhos citados na coluna “Aplicação para o Brasil”

1.4 Comparação de modelos espaciais para o caso brasileiro

Listados os principais métodos utilizados na pesquisa tradicional para aferição de pontos ideais, é necessário selecionar aqueles passíveis de serem comparados, a partir do próximo capítulo, com a estimativa de pontos ideais via perfis do Twitter que é o cerne deste trabalho.

Os *surveys* de elite são uma das maneiras mais tradicionais de mensuração de ideologia no Congresso brasileiro. A esse respeito, há duas séries históricas disponíveis: a Pesquisa Legislativa Brasileira, conduzida por César Zucco e Timothy Power, compreende nove ondas entre 1990 e 2021 – uma para cada período eleitoral - abordando assim todas as legislaturas eleitas após a promulgação de Constituição Federal de 1988. Já o Projeto PELA, do Centro de Estudos Legislativos (CEL) da UFMG, disponibiliza cinco ondas de dados entre 2005 e 2019, compreendendo, assim, o período entre o primeiro governo Lula e a gestão de Jair Bolsonaro. Ambos os projetos costumam entrevistar entre um quarto e um quinto dos deputados federais, sendo que o estudo de Zucco e Power também entrevista senadores. Ambos os *surveys* fazem diversas perguntas aos congressistas para além daquelas relacionadas a posicionamento ideológico, embora o questionário do CEL seja mais detalhado. Uma diferença de abordagem entre os dois estudos está na condução de entrevista, que é presencial no caso do PELA e remota na Pesquisa Legislativa Brasileira. Para produzir estimativas a partir das entrevistas será utilizado o método paramétrico de escalonamento criado por Aldrich e McKelvey (1977), utilizando-se para isso a biblioteca *hbamr* (Bølstad e Jørgen, 2023) para o R.

Expert surveys também têm mais de uma fonte disponível, e têm se multiplicado nos últimos anos. Vários projetos internacionais possuem ondas que cobrem diversos partidos políticos brasileiros. O projeto Varieties of Democracy (V-Dem), da Universidade de Gotemburgo, lançou seu banco de dados para partidos políticos ao redor do mundo, o V-Party. O PREPPS (Political Representation, Parties and Presidents Survey), foi conduzido por Nina Wieseho-meier e Matthew Singer entre 2017 e 2019 para dezoito países latino-americanos. O Chapel Hill Expert Survey, tradicionalmente focado em partidos políticos europeus, lançou uma onda de seu estudo para países da região em 2020. No contexto nacional, houve duas rodadas do *expert survey* da Associação Brasileira de Ciência Política, em 2010 e 2018, realizada presencialmente durante o encontro nacional da entidade, ocasião em que foi pedido aos acadêmicos presentes que classificassem todos os partidos políticos brasileiros então existentes na escala esquerda-direita, dentre outros itens presentes no questionário. Desses estudos, serão utilizados dois: o PREPPS e o *survey* da ABCP, por serem aqueles que codificam o maior número de

partidos políticos em suas ondas de 2018 (35 e 17, respectivamente).

É importante incluir na comparação a observação do comportamento legislativo em plenário. Embora as razões do voto de deputados nas matérias em tramitação ultrapassem o crivo ideológico, sendo importantes fatores como a coesão da bancada partidária na casa e a barganha entre legisladores, de um lado, e, do outro, o governo ou em certos casos a mesa diretora da Câmara, não sabemos em que medida os pontos ideais aferidos via Twitter refletirão ideologia ou comportamento estratégico dos parlamentares frente ao governo ou, em especial, ao eleitorado. Além disso, tal como no caso das mídias sociais, a medição de pontos ideais via comportamento legislativo constitui metodologia *a posteriori*, uma vez que a aferição parte do pressuposto de que existe uma correlação entre o voto em projetos de lei e a ideologia do parlamentar. Por ser um método de baixo custo computacional, os pontos ideais serão gerados por meio do Optimal Classification, de Poole (2005).

De fora da análise ficará a aferição de ideologia por codificação de manifestos partidários. No caso de países com sistema de governo presidencialista, como no Brasil, o MARPOR cobre documentos de candidaturas à Presidência da República, tipicamente endossadas por uma coligação de partidos políticos e que, portanto, não refletem a pluralidade dos partidos legislativos que são o alvo deste trabalho. Também restará excluída a estimação de ponto ideal via *survey* de massa, dado que a persistente hiperfragmentação do sistema partidário e alta personalização das campanhas eleitorais tornam difíceis à ampla maioria do eleitorado discernir o conteúdo programático dos muitos partidos eleitoralmente viáveis no Brasil.

A tabela 1, abaixo, resume as bases a serem comparadas, trazendo o ano em que os dados foram produzidos e o número de partidos para os quais foi possível produzir estimativas através de cada uma das vias.

Tabela 1 - Sumário das estimativas de pontos ideais incluídas na análise

Fonte	Tipo	Ano	Número de partidos
Survey da ABCP	Expert survey	2018	35
PREPPS (Variável <i>leftright</i>)	Expert survey	2017-2019	17
Pesquisa Legislativa Brasileira	Survey de elites	2022	22
Projeto PELA (CEL/UFGM)	Survey de elites	2019	10
Votos em Plenário (02/2019 – 12/2022)	<i>Roll call</i>	2019-2022	29

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir das bases elencadas

Como comparar os resultados obtidos pelas diferentes metodologias? Uma possível resposta está em realizar a correlação de Pearson entre os pares de variáveis, dado que os valores obtidos por todos os métodos são contínuos. Por outro lado, é importante levar em conta a hipótese de que os respondentes de *surveys*, quer sejam eles membros das elites políticas, quer sejam especialistas, levam em conta o posicionamento relativo entre os partidos no processo subjetivo de construção da escala ideológica. A ideia de rigidez ordinal no espectro ideológico, aliás, encontra ecos na literatura de Ciência Política, começando com as previsões feitas por Downs (1957) para sistemas multipartidários com base em seu modelo de escolha racional calcado na existência de um espaço ideológico unidimensional, e é reforçada por Budge (1994) e Adams (2001), que discute a baixa probabilidade da ocorrência de *leapfrogging* – quando um partido inverte sua posição em relação a outros na escala esquerda-direita. Ademais, o espectro ideológico brasileiro é, para a maioria dos autores (Zucco e Power, 2019; Melo, Santos e Câmara, 2020), bastante unidimensional, com a dimensão econômica esquerda-direita altamente correlacionada com o posicionamento das legendas em temas socioculturais. Dessa forma, optou-se por realizar duas medidas de correlação entre as bases: a correlação cardinal de Pearson, trazida pela tabela 2, e a correlação ordinal de Spearman, na tabela 3.

Todos os valores foram significativos com $p < 0,01$, com exceção para a correlação de Spearman entre os valores obtidos pelo PELA e o comportamento dos partidos em Plenário. Para facilitar a interpretação das correlações entre diferentes famílias de métodos, os resultados são sumarizados abaixo, na tabela 4.

Tabela 2 - Correlação de Pearson entre os conjuntos de pontos ideais obtidos pelos métodos elencados

Fonte	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
(1) ABCP	1,00	-	-	-	-
(2) PREPPS	0,99	1,00	-	-	-
(3) Pesquisa Legislativa Brasileira	0,95	0,97	1,00	-	-
(4) PELA	0,92	0,94	0,94	1,00	-
(5) Plenário	0,84	0,94	0,94	0,92	1,00

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir das bases elencadas

Tabela 3 - Correlação de Spearman entre os conjuntos de pontos ideais obtidos pelos métodos elencados

Fonte	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
(1) ABCP	1,00	-	-	-	-
(2) PREPPS	0,97	1,00	-	-	-
(3) Pesquisa Legislativa Brasileira	0,89	0,93	1,00	-	-
(4) PELA	0,95	0,98	0,84	1,00	-
(5) Plenário	0,75	0,85	0,94	0,77	1,00

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir das bases elencadas

Tabela 4 - Média das correlações de Pearson e Spearman, respectivamente, entre as diferentes famílias de métodos

Família metodológica	(1)	(2)	(3)
(1) Expert surveys	0,99/0,97	-	-
(2) Surveys de elite	0,95/0,94	0,94/0,84	-
(3) Plenário	0,89/0,80	0,93/0,86	1,00

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir das bases elencadas

A princípio, estimativas obtidas via entrevistas a parlamentares parecem ter mais correlação com o comportamento em Plenário do que aquelas calculadas a partir da consulta a especialistas, o que parece constituir hipótese plausível: o posicionamento ideológico que deputados federais fazem para os partidos da Casa devem sofrer influência do comportamento dos próprios no processo legislativo. Dado que partidos não são entidades monolíticas, com divergências entre seus ramos na política eleitoral, na sua hierarquia e seu comportamento e imagem nas ruas constituindo parte importante de sua dinâmica interna (Panebianco, 1982; Katz e Mair, 1994), é possível que fontes diferentes possuam impressões distintas sobre o posicionamento ideológico das legendas ao longo do espectro.

A baixa quantidade de partidos (dez) presentes na amostragem do PELA, contudo, nos adverte contra a tomada de qualquer conclusão precipitada, sobretudo quando constatamos que, para as correlações de Spearman, o valor obtido para o cruzamento entre o PELA e a Pesquisa Legislativa Brasileira foi menor do que quando o mesmo projeto foi comparado com os expert surveys.

As figuras 1 e 2 mostra a dispersão dos partidos políticos ao longo do eixo esquerda-direita nas cinco metodologias, além da taxa de governismo dos partidos políticos durante a gestão de Bolsonaro. As escalas foram normalizadas de forma que os mínimos e máximos de

cada classificação coincidisse com as extremidades das retas, de forma a facilitar a comparação entre medições por metodologias diferentes. Apenas a estimativa por votação em Plenário via Optimal Classification foi normalizada de forma diferente: por ser uma medida secundária e não paramétrica, que supostamente infere ideologia através de comportamento legislativo, não faz sentido falar de mínimo e máximo absolutos. A solução, nesse caso, foi posicionar a legenda mais esquerdista (o PSOL) na extremidade esquerda da reta, e o PRP, por sua vez, na ponta direita da classificação. Legendas que sofreram mudanças em sua nomenclatura nos últimos anos têm seus nomes antigo e novo apresentados e separados por uma barra.

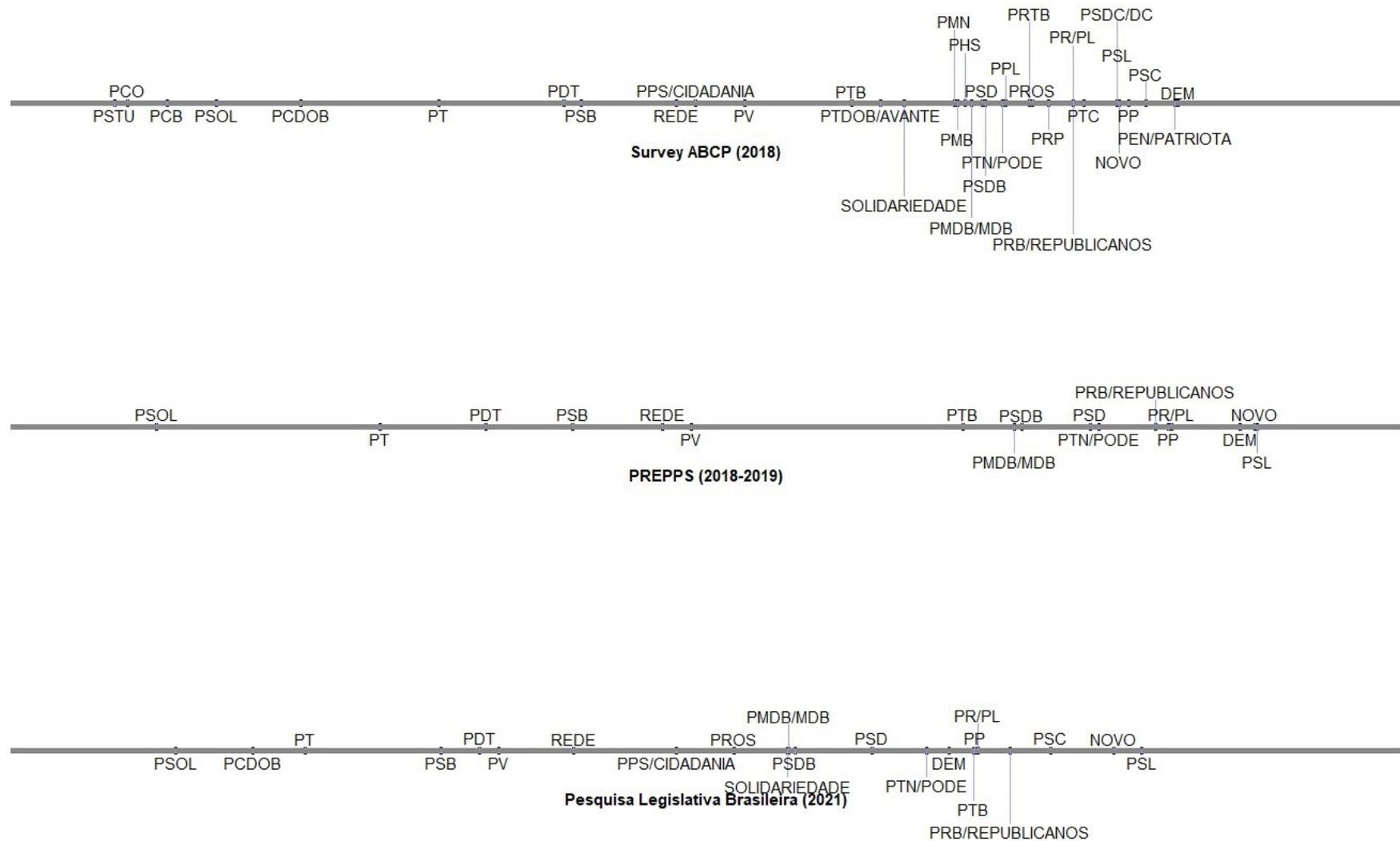
Uma das primeiras coisas que saltam à vista é a coerência com que partidos de esquerda aparecem nos gráficos, com o PSOL sendo o mais esquerdista das agremiações com representação na Câmara dos Deputados, seguido respectivamente pelo Pcdob, pelo PT e pela dupla PDT e PSB. Uma exceção é a REDE Sustentabilidade, que fica no meio do espectro político. Sendo uma legenda recente, registrada em 2015 sob a liderança da ex-senadora e atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, com foco em pautas ambientais, é de se esperar uma dificuldade por partes dos especialistas e de parlamentares em classificar o novo partido. Apenas a Optimal Classification posiciona a REDE à esquerda do espectro, mas isso pode ser explicado pelo fato de que a única deputada federal do partido eleita em 2018, Joênia Wapichana, é uma liderança indígena de Roraima vinculada a reivindicações da minoria de que faz parte, cujo pleito é sustentado no contexto brasileiro com maior frequência pela esquerda. Nesse aspecto, também é importante salientar que as medidas foram feitas em datas diferentes, o que pode gerar diferenças significativas uma vez que o sistema partidário brasileiro se encontra em intensa transformação, impulsionada pela Emenda Constitucional nº 97, que impôs uma cláusula de desempenho progressiva para que partidos tenham acesso aos fundos partidário e eleitoral e ao tempo de campanha nos meios de radiodifusão, e pela ascensão de uma nova direita que não tem vergonha de se declarar como tal, o que tende a dar maior coesão aos agrupamentos de esquerda.

Ao centro e à direita, por outro lado, impera a grande proximidade entre as legendas na maioria das classificações, o que vai ao encontro do que foi encontrado por Melo (2002) ao analisar migrações partidárias, mais rara em partidos de esquerda do que naqueles de centro ou de direita e com maior fluxo entre centro e direita do que entre a esquerda e qualquer um desses campos. Esse resultado também ecoa os achados de Bolognesi, Ribeiro e Cordato (2023), que em seu *survey* durante o Congresso da ABCP, para além da aferição de ideologia, pediram também aos participantes que classificassem cada partido quanto à intensidade de seu

comportamento *policy seeking*, *vote seeking* e *office seeking*. Enquanto a maioria dos partidos de esquerda, exceção parcial ao PDT e, especialmente, ao PSB, tende a priorizar seus compromissos programáticos junto à base militante e ao eleitorado fiel, a maior parte das legendas ao centro e a direita, com exceção do PSDB e do NOVO, coloca à frente metas eleitorais e de obtenção de cargos e verbas junto ao Poder Executivo. Salta aos olhos, porém, o desvio representado pelos dados do projeto PELA: os deputados entrevistados colocaram o PT na extremidade esquerda do espectro, a maioria dos outros partidos políticos à direita do centro e o PSL no extremo direito. Como a pesquisa é de 2019 e o então presidente Jair Bolsonaro ainda pertencia à sigla pela qual havia sido eleito, faz sentido que os parlamentares tenham conferido uma forte identidade programática ao Partido Social Liberal. Com o tempo, desentendimentos entre o grupo bolsonarista dentro da agremiação e parlamentares mais pragmáticos ligados ao presidente de longa data, Luciano Bivar, fizeram com que Bolsonaro saísse do partido ainda no primeiro ano de mandato, levando consigo vários parlamentares nas janelas de migração partidárias das eleições de 2020 e 2022. Para sobreviver e fazer melhor uso do seu grande volume de verba e tempo de propaganda conferido pelo êxito nas eleições de 2018, o PSL negociou sua fusão com o Democratas, criando no final de 2021 o União Brasil, que parece ter comportamento indistinto dos antigos partidos de direita, como o PP ou o Republicanos.

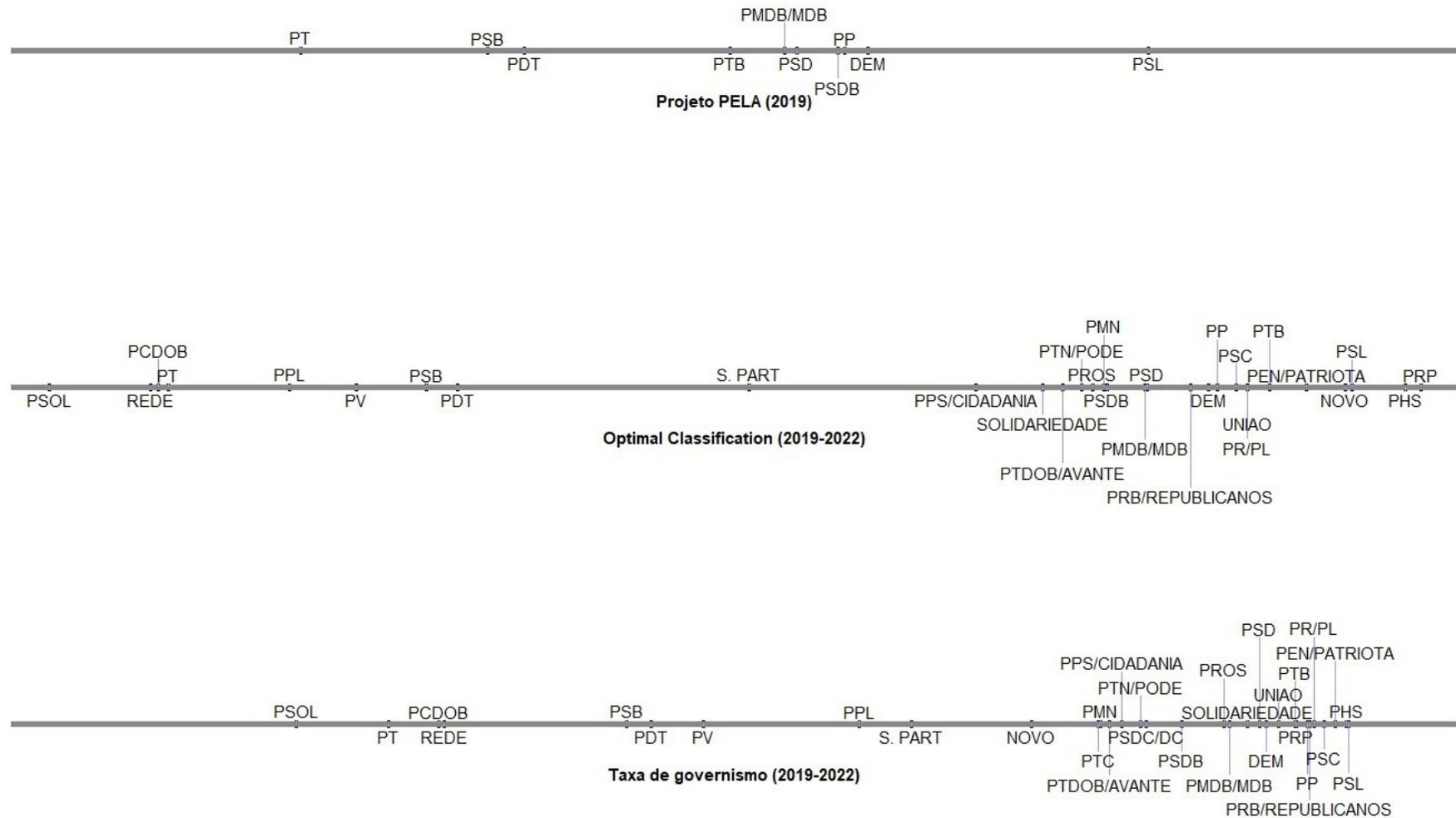
Um fator que pode influir no posicionamento do partido é o número e a qualidade de legendas elencadas pelos aplicadores dos surveys, seja aos especialistas, seja aos parlamentares.

Figura 1 - Pontos ideais médios dos partidos obtidos pelo Survey da ABCP, pelo PREPPS e pela Pesquisa Legislativa Brasileira



Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir das bases utilizadas

Figura 2 - Pontos ideais médios dos partidos obtidos pelo PELA, por Optimal Classification e taxa de governismo dos partidos na 56ª legislatura



Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir das bases utilizadas

1.5 Determinantes dos pontos ideais obtidos por votos em Plenário

Os métodos elencados neste capítulo para estimação de pontos ideais incluem expert surveys e pesquisa entre parlamentares, que têm em comum o fato de serem estratégias de aferição *primária*: ao se indagar a especialistas ou a políticos o posicionamento de partidos ou atores políticos na escala esquerda-direita, o dado desejado está “pronto”. Qualquer tratamento, como o escalonamento de Aldrich-McKelvey empregado no caso dos surveys de elites, é feito de maneira endógena, com os pontos ideais fornecidos pelos entrevistados como únicas variáveis independentes do modelo de regressão.

O mapeamento de pontos ideais via votos em Plenário, por outro lado, é um dado secundário obtido a partir de observações comportamentais, o que implica que sua validade enquanto medição de ideologia deve ser testada empiricamente.

Como o cerne da presente dissertação está na apresentação, a partir do próximo capítulo, de método que afere pontos ideais a partir de informação também comportamental, vale a pena estudar o caso dos mapas obtidos a partir de comportamento legislativo reflete ideologia e comportamento estratégico.

Modelos como o NOMINATE, o IDEAL e o Optimal Classification foram desenvolvidos com vistas a suas aplicações para o Congresso estadunidense. O caso norte-americano, no entanto, é peculiar em diversos aspectos, ao combinar um sistema presidencialista com um legislativo quase que integralmente bipartidário, no qual os parlamentares são eleitos em distritos uninominais, fatores que contribuem para uma menor capacidade e necessidade dos partidos de disciplinarem suas bancadas. Num contexto como o norte-americano, torna-se virtualmente impossível distinguir a adesão ao governo e a ideologia como motivadores do comportamento em Plenário.

No caso de sistemas multipartidários, como os da maioria dos países latino-americanos e europeus, ou de países em que incentivos para disciplina partidária são mais fortes, caso de sistemas parlamentaristas ou de sistemas presidenciais em que o chefe do Executivo é institucionalmente poderoso, é plausível que a adesão de um partido ou parlamentar ao governo exerça uma influência sobre o parlamentar passível de ser diferenciada daquela produzida pelo alinhamento ideológico.

De fato, Dewan e Spirling (2011), ao comparar o posicionamento relativo dos partidos Trabalhista e Nacional Escocês na Câmara dos Comuns britânica e no Parlamento Escocês, constataram que o alinhamento governo-oposição explicou melhor o comportamento das

bancadas nos períodos observados do que divergências programáticas. No mesmo sentido, Hix e Noury (2015), em estudo que incluiu legislaturas de dezesseis países com distintas tipologias de sistemas de governo e partidários, também chegaram à conclusão de que, na maioria dos contextos institucionais, o contraste entre governo e oposição é a principal variável explanatória do comportamento legislativo. No âmbito latino-americano, Zucco (2013) demonstrou a maior saliência da participação no gabinete do governo, em comparação com a ideologia do partido, no padrão de votação de senadores uruguaios. Jones, Hwang e Micozzi (2009) documentaram a influência da adesão ao governo sobre a Câmara dos Deputados argentina.

Para o cenário brasileiro, Figueiredo e Limongi (1999) argumentaram, com base em comparações das taxas de sucesso legislativo da Presidência da República entre 1945 e 1964 e 1989 e 1998, que os poderes institucionais majorados conferidos pela constituição da Nova República conferem ao mandatário do governo alavancagem considerável sobre o posicionamento dos parlamentares em Plenário. Já Leoni (2002) foi pioneiro em demonstrar o papel da participação dos partidos nos governos nos pontos ideais de deputados federais aferidos a partir do método W-NOMINATE. Zucco e Lauderdale (2009; 2011) lançaram mão de modelo bidimensional, fixando uma das dimensões como a escala esquerda-direita obtida a partir da Pesquisa Legislativa Brasileira, ao que ficou constatado que a dimensão não especificada se correlacionava fortemente com a adesão do partido ao governo.

Mas e quanto aos dados elencados nesse artigo? Até que ponto os pontos ideais obtidos por votos em plenário refletem o conflito entre governo e oposição, de um lado, e o sistema de crenças dos partidos que compõem a legislatura, do outro?

Um teste simples é a aplicação de regressão linear em que a variável dependente é o ponto ideal obtido via *Optimal Classification*, como indicado pela equação 1 abaixo:

$$x_i^{OC} = x_i^s + g_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Em que x_i^{OC} é o valor da primeira dimensão obtida via *Optimal Classification* para o partido i , x_i^s a posição equivalente calculada a partir de survey de elite ou de especialistas e g_i a taxa de governismo da mesma legenda.

Os resultados das regressões estão listados na **tabela 5**. É possível constatar a forte influência da disputa pelo Executivo no posicionamento dos partidos em votações nominiais. Em contraste, os pontos ideais obtidos via *surveys* de elite não parecem estar fortemente

refletidos, com exceção das estimativas providas pela Pesquisa Legislativa Brasileira de Zucco e Power (2021).

Tabela 5 - Resultados dos modelos de regressão linear indicados pela equação 1

Fonte	Ponto ideal (survey)	governismo
Survey ABCP	-0,003	1,500***
PREPPS	0,025	0,996***
Pesquisa Legislativa Brasileira	0,033**	0,922***
PELA	0,007	1,299***

* p < 0,05; ** p < 0,01; *** p < 0,001

Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir das bases utilizadas

Algumas considerações acerca desses resultados são pertinentes. Primeiramente, é importante lembrar que os resultados mostram uma baixa importância da ideologia *quando controlada pela taxa de governismo das bancadas*. Em modelos de escolha racional, um ator político escolhe votar pela implementação de uma política pública se ela estiver menos distante de seu ponto ideal que o status quo. Assim sendo, o grau de homogeneidade programática das coalizões de governo pode ser fator importante para a redução dos custos associados à governabilidade, de forma que a ideologia seja um dos fatores causadores da adesão ou não de um partido a um governo (Axelrod, 1970; De Swaan, 1973; Taylor, 1972; Warwick, 1996). Fortunato e Stevenson (2012) demonstraram que, ao menos para eleitores menos atentos politicamente, a participação na coalizão muda a percepção que o público tem da posição do partido no espectro ideológico, o que pode ter impacto na viabilidade eleitoral da agremiação e eleva a importância de considerações estratégicas por parte da mesma. Bertholini e Pereira (2017) apontam, analisando as coalizões brasileiras de 1995 a 2013, a heterogeneidade ideológica como fator preditivo dos custos de governabilidade.

Em segundo lugar, parece haver uma exceção: os dados da Pesquisa Legislativa Brasileira, que vem sendo conduzida há mais de três décadas por César Zucco Jr. e Timothy Power. Uma vez que Zucco e Lauderdale conseguiram mostrar, em seus trabalhos de 2009 e 2011, que um dos rótulos não identificados correspondia à ideologia aferida por esse survey de elites, parece ser recorrente a capacidade dessa base de dados de distinguir influências comportamentais.

2 ESTIMAÇÃO DE PONTOS IDEAIS VIA TWITTER: UMA INTERPRETAÇÃO PARA O CASO BRASILEIRO

Neste capítulo, é aplicado ao caso brasileiro um método recente de aferição de pontos ideais, que faz uso dos dados das contas de deputados federais no Twitter, desenvolvido primeiramente por Barberá (2014) para o contexto americano e o de alguns países europeus e trazido para o cenário nacional por Souza, Graça e Silva (2017). A questão que se pretende responder aqui é: *quais fatores, entre ideologia, governismo e polarização na disputa pelo Executivo, determinam os valores de ponto ideal dos deputados federais obtidos via Twitter?*

A seção **2.1** traz um histórico do surgimento da metodologia e seus resultados para a Câmara dos Deputados brasileira. **2.2** apresenta o modelo a ser trabalhado, e **2.3** traz os dados. **2.4** e **2.5** procuram, respectivamente, testar hipóteses tendo os valores obtidos pela abordagem apresentada como variável dependente e investigar a estrutura da rede social subjacente aos valores obtidos na estimação de pontos ideais. **2.6** discute os resultados e aponta rumos futuros para a pesquisa.

2.1 O uso de dados do Twitter para a estimativa de pontos ideais

O desenvolvimento, da década de 80 em diante, de métodos para estimar pontos ideais a partir do comportamento legislativo foi uma das mais significativas e mais produtivas contribuições para a pesquisa empírica em Ciência Política nos últimos trinta anos. Os dados utilizados para tanto, contudo, possuem uma limitação importante: eles estão disponíveis apenas para os próprios agentes políticos e somente depois que eles exercem seu primeiro mandato. Para compreender a interação das elites políticas com suas bases de apoio, interesses organizados e a relação da mesma com posturas ideológicas do eleitorado e de setores da sociedade civil, é importante desenvolver uma metodologia que lance mão de dados que contenham informação sobre indivíduos comuns e organizações que não integrem diretamente a política governamental.

Nesse sentido, Barberá (2014) foi pioneiro ao lançar mão de dados do Twitter, mais especificamente a decisão de um usuário comum acerca de seguir ou não certo perfil político naquela rede para estimar pontos ideais. As premissas para o modelo advêm da suposição de que o usuário se comporta racionalmente, buscando maximizar a utilidade aferida por ele próprio durante a navegação nas mídias sociais. De acordo com o autor, seguir contas de perfil ideológico dissimilar impõe ao indivíduo custos de duas maneiras: i) a exposição a pontos de vista divergentes provoca dissonância cognitiva, que é desagradável ao usuário; ii)

dado o viés de confirmação, seguir contas políticas com opiniões distintas implica em custo de oportunidade, uma vez que postagens que corroboram o alinhamento político do usuário perderão espaço na linha do tempo para outras de ideologia antagônica.

Para o caso norte-americano, foram utilizados dados do Twitter de novembro de 2012. O autor encontrou uma representação surpreendentemente fiel da posição de congressistas quando comparadas àquelas obtidas pelo método DW-NOMINATE de análise de comportamento legislativo, com uma correlação de 0,941 para a Câmara dos Deputados e de 0,954 para o Senado.

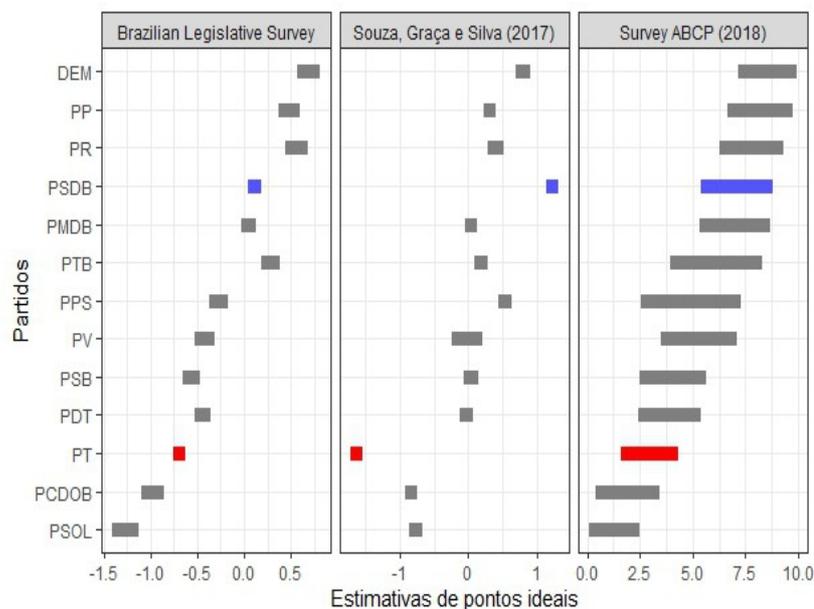
O modelo, dessa forma, parece ser fidedigno para estimar a ideologia de atores políticos nos Estados Unidos. Dado, no entanto, que o sistema partidário americano se encontra marcado por estrito bipartidarismo, é necessário testar o funcionamento da abordagem para contextos multipartidários, uma vez que nesses o comportamento das agremiações está sujeito a outros fatores, tais como a multidimensionalidade ideológica (Hix, Noury e Roland, 2006) ou a adesão à coalizão governista (Zucco e Lauderdale, 2011). De fato, em seu esforço inicial, Barberá conseguiu fazer uma classificação de partidos políticos europeus. A comparação de seus resultados com a onda de 2010 do Chapel Hill Expert Survey, no entanto, revelou que um modelo espacial unidimensional para o perfil de políticos daquele continente tem poder explicativo limitado, ao menos quando o resultado obtido é considerado como medição do posicionamento ideológico esquerda-direita.

Desvios semelhantes foram obtidos no caso brasileiro por Souza, Graça e Silva (2017), que utilizaram uma abordagem parecida. Nesse estudo, foram levantadas as contas seguidas por todos os deputados federais em julho de 2015. À diferença de Barberá (2014), porém, optou-se por utilizar, ao invés dos seguidores dos parlamentares, as contas seguidas por ao menos trinta deles para a construção do modelo espacial. A vantagem dessa abordagem é que, em geral, o número de contas seguidas por usuários famosos é muito menor que o número de seguidores, o que acarreta menores custos computacionais relativos à mineração, ao processamento e ao armazenamento dos dados. Por outro lado, o conjunto de contas seguidas pode ser manipulado estrategicamente por atores políticos interessados em estabelecer conexões ou em interagir ou replicar (através de *retweet*) postagens de outros usuários. Além disso, é importante ter em mente que a responsabilidade pela gestão de perfis em redes sociais é, muitas vezes, conferida a assessores parlamentares ou a profissionais especializados, tornando-se mais prudente atribuir as contas aos mandatos do que aos parlamentares propriamente ditos. Não obstante, é plausível que a atuação das contas dos deputados na internet reflita ainda assim as preferências políticas dos mesmos, mesmo que essa atuação seja

mediada por assessoria especializada. Faz parte do trabalho de um parlamentar escolher assistentes que o auxiliem em diversas tarefas fundamentais para sua atuação. É comum que o deputado seja assistido em tarefas corriqueiras como escrever projetos de leis, redigir discursos ou comunicações a serem enviadas ao seu eleitorado, entre outras. Dessa forma, consideramos o trabalho dos assessores como parte do mandato dos deputados.

A figura 3 ilustra os resultados obtidos por Souza, Graça e Silva em comparação com dados do Estudo Legislativo Brasileiro de 2010 e de *expert survey* realizado entre especialistas filiados à Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2018.

Figura 3 - Estimativas de pontos ideais de partidos brasileiros



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Souza, Graça e Silva (2017); Zucco Jr. (2023); e Bolognesi, Ribeiro e Cordato (2023)

Em que se pese uma metodologia ligeiramente diferente, padrões similares àqueles obtidos na estimativa de pontos ideais de partidos europeus. O PT e o PSDB, partidos que polarizaram as disputas presidenciais até 2014, aparecem, respectivamente, nos extremos esquerdo e direito do espectro. Por outro lado, legendas à esquerda, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), aparecem à direita do PT no espectro de pontos ideais obtidos via Twitter.

Nota-se também o alinhamento dos blocos partidários como proposto por Melo e Câmara (2012). Na distribuição obtida via Twitter, o PPS (atual Cidadania), apontado em

surveys no Legislativo e entre especialistas como a legenda mais centrista do sistema partidário brasileiro, aparece como terceira agremiação mais à direita, refletindo sua aliança com o PSDB e o DEM nas eleições presidenciais de 2006 a 2018, com a exceção de 2014, e o protagonismo do mesmo bloco enquanto oposição institucional aos governos petistas a partir do final de 2004, quando o PPS optou por abandonar a primeira gestão lulista.

2.2 Modelo

Seja y_{ij} uma variável binária igual a 1 se o deputado i segue a conta politicamente relevante j no Twitter e 0 em caso contrário. α_j representa o nível de relevância da conta j , e β_i a tendência do deputado i a seguir contas politicamente relevantes. θ_i e ϕ_j equivalem aos pontos ideais do deputado i e da conta j passível de ser seguida pelo mesmo.

A probabilidade de que o deputado i siga a conta j pode ser modelada por:

$$P(y_{ij}=1 \mid \alpha_j, \beta_i, \theta_i, \phi_j, \gamma) = \text{logit}^{-1}(\alpha_j + \beta_i - \gamma(\theta_i - \phi_j)^2) \quad (1)$$

Sendo $\pi_{ij} = \alpha_j + \beta_i - \gamma(\theta_i + \phi_j)^2$, a função de verossimilhança a ser maximizada pode ser dada por:

$$P(y_{ij}=1 \mid \alpha_j, \beta_i, \theta_i, \phi_j, \gamma) = \prod_{(i=1)}^n \prod_{(j=1)}^m \text{logit}^{-1}(\pi_{ij})^{y_{ij}} (1 - \text{logit}^{-1}(\pi_{ij}))^{(1-y_{ij})} \quad (2)$$

Note que é necessário estimar um grande número de parâmetros, variável entre as muitas centenas e os poucos milhares: um valor de α_j e de ϕ_j para cada conta politicamente relevante e um valor de β_i e θ_i para cada conta de deputado federal. O fato de o modelo ser não linear acarreta em grande tempo de processamento. Nas análises descritas, um computador pessoal levou tipicamente entre oito e dez horas para processar a regressão logística, mesmo fazendo-se uso do Stan para compilar o modelo antes de sua execução, o que torna pertinente a busca por métodos substitutos, como a análise de correspondência, utilizada por Barberá, Jost, Naglet et al. (2015), ou a adaptação dos métodos já utilizados para a análise de comportamento legislativo. Nesta dissertação, porém, optou-se por reter a abordagem original, de forma a ser possível incorporar ao estudo os resultados trazidos por Souza, Graça e Silva (2017) e comparar os achados dos autores àqueles para a legislatura incumbente em 2022.

Os resultados são gerados de forma normalizada, de maneira que a média dos pontos

ideais seja igual a 0 e o desvio padrão dos mesmos igual a 1.

2.3 Dados

Os resultados obtidos Souza, Graça e Silva (2017) são incorporados à análise. Os autores utilizaram a API disponibilizada gratuitamente pela plataforma do Twitter para fins de pesquisas acadêmicas e realizaram o download da lista de contas seguidas por todos os deputados federais para os quais existia uma conta identificável naquela rede social em julho de 2015. Os autores conseguiram localizar contas de 354 deputados federais. Para restringir a análise a perfis politicamente relevantes e reduzir o tempo de processamento, foram consideradas apenas as contas seguidas por pelo menos trinta dos legisladores, limitando o universo de perfis seguidos a 394.

O procedimento é replicado para outra base de dados. Procurou-se, no dia 6 de junho de 2022, os perfis dos deputados federais em exercício (56ª legislatura), efetivos ou suplentes, naquela data. 1033 contas eram seguidas por ao menos trinta dos 429 deputados incluídos na amostra. A validação a respeito do pertencimento dos perfis aos deputados foi realizada de diversas formas, como a busca de endereços web dos candidatos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o status de verificado nas contas do Twitter, a existência de link para as contas do Twitter em perfis verificados de outras redes sociais (como o Facebook e o Instagram), o fato de a conta do deputado eleito ser seguido pela conta oficial de seu partido ou de instituições políticas como o própria Câmara dos Deputados ou o Senado Federal, dentre outros.

Sendo a intenção analisar a relação entre a adesão ao governo e o ponto ideal no modelo obtido, foi baixada, por via da API da Câmara dos Deputados, o histórico das votações no Plenário da casa entre os dias 1º de fevereiro de 2015 e 31 de maio de 2015 e 2 de abril de 2022 e 5 de junho de 2022. No primeiro caso, o intervalo de tempo abrange a posse da 55ª legislatura até a data anterior à mineração dos dados no Twitter. No segundo, observou-se o dia seguinte ao fim da “janela partidária” em 1º de abril de 2022, período no qual os deputados podiam trocar de partido sem o risco de perder seus mandatos. Foram consideradas todas as votações para as quais a liderança do governo tenha orientado os apoiadores do Executivo a votar “sim” ou “não”.

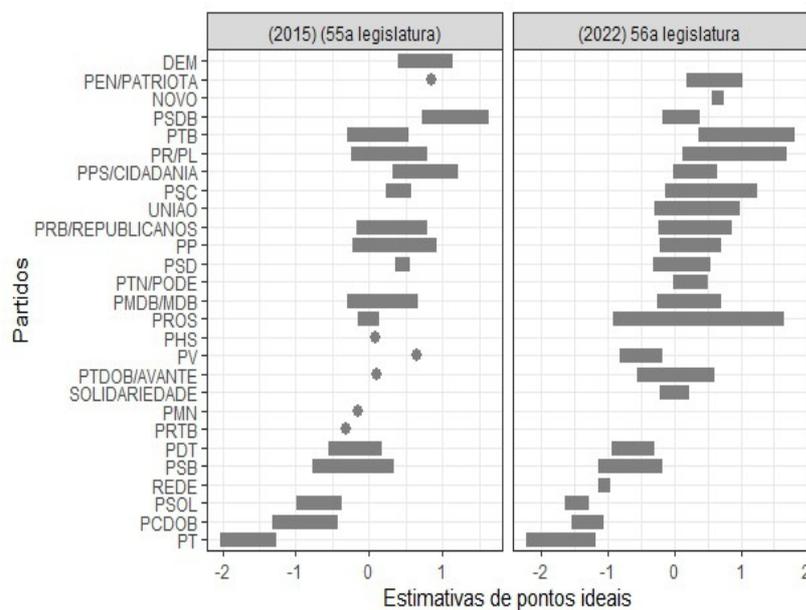
Por fim, para uma medição de ideologia independente da presente abordagem utilizamos os valores para a ideologia esquerda-direita dos partidos por obtidos *expert survey* online da Associação Brasileira de Ciência Política aplicado durante vinte dias do mês de

julho de 2018 por via do artigo de Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023). Pesa para essa escolha o fato de que essa base de dados possui estimativas de ideologia para quase todos os partidos brasileiros, o que permite maximizar o número de pontos passíveis de serem utilizados na análise.

2.4 Ideologia, governismo, polarização eleitoral: os determinantes dos pontos ideais obtidos via Twitter

Os pontos ideais médios dos partidos obtidos pela execução do modelo a partir das duas bases de dados podem ser observados na figura 4 abaixo. Partidos que mudaram de nome no intervalo entre 2015 e 2022 são referidos por sua nova e antiga nomenclatura, separada por barras. Partidos para os quais existe apenas um parlamentar dentro de sua amostragem são representados por um ponto. O comprimento da barra representa uma variação de um desvio padrão em relação à média aritmética dos pontos ideais dos deputados, para mais e para menos.

Figura 4 - Estimativas de pontos ideais via perfis do Twitter para bancadas dos partidos em três momentos diferentes



Fonte: elaborado pelo próprio autor

Com algumas diferenças, os pontos ideais parecem refletir em alguma medida a classificação ideológica clássica da literatura de Ciência Política brasileira. Os partidos que figuram como mais à esquerda no modelo são PT, PSOL, Pcdob, Rede Sustentabilidade, PSB

e PDT, exatamente as legendas que ocupam o espaço da centro-esquerda à esquerda no cenário político nacional. Ao mesmo tempo, partidos do chamado “Centrão”, que sempre foram colocados à direita em fontes como o Estudo Legislativo Brasileiro, o *survey* de elites parlamentares do Centro de Estudos Legislativos da UFMG e o *expert survey* da ABCP aparecem deslocados nesse sentido mesmo em 2015, quando parte dessas legendas integravam o governo da petista Dilma Rousseff. É possível construir, dessa forma, uma primeira hipótese, ligando ideologia esquerda-direita à classificação de pontos ideais obtida no Twitter.

H1) Os pontos ideais de um agente político obtidos pelos seus seguidores no Twitter ou pelas contas seguidas pelo mesmo na mesma mídia social correlacionam-se com sua ideologia.

Por outro lado, existem desvios que parecem guardar relação com o comportamento em relação ao Executivo da época. Em 2015, PDT e PSB ofereciam baixo alinhamento à presidenta Dilma Rousseff no Plenário da casa, e, no caso do segundo, houve ruptura com o PT ainda no primeiro mandato dilmista para a tentativa de voo próprio nas eleições presidenciais, numa chapa encabeçada pelo ex-governador pernambucano Eduardo Campos e que tinha a ex-ministra do Meio Ambiente de Lula, Marina Silva, como vice. E o único deputado do PV, o mandatário da legenda de longa data, José Luiz Penna, alinhava-se de maneira afastada do governo, sendo influenciado pela participação histórica de sua agremiação nos gabinetes estaduais do PSDB em São Paulo. É válido testar, com base nesses casos, a relação entre taxa de governismo e ponto ideal via Twitter, o que permite enunciar **H2**.

H2) Partidos que participam do governo têm seus pontos ideais deslocados em direção àquele da agremiação que lidera a coalizão governista.

O governismo e a orientação ideológica, por sua vez, não parecem contar toda a história no método aqui utilizado para estimar pontos ideais. Um exemplo claro é a posição do PSOL em 2015. Pequena legenda de esquerda de alta coesão programática surgida de uma dissidência do PT, que expulsou alguns de seus integrantes por infidelidade às orientações da bancada em 2003, o Partido Socialismo e Liberdade deveria aparecer à esquerda do PT se fosse observada o conhecido ordenamento ideológico do sistema partidário brasileiro e bem à direita do mesmo se fosse levado em conta o comportamento em relação ao governo, uma vez que naquele momento os pessolistas ainda votavam majoritariamente contra a administração petista no Plenário da Câmara. Ocorre que, de maneira inusitada, o PSOL aparece logo à direita do PT e à esquerda do Pcdob. Caso semelhante, ainda que em menor grau, é a do

NOVO, legenda de teor liberal de direita fundada sob a batuta de elites do setor financeiro. Em 2022, o partido dava apoio apenas pálido ao governo de Jair Bolsonaro (PL), sendo orientada sobretudo por seu compromisso programático com o liberalismo econômico. A bancada novista votou contra a gestão bolsonarista em diversas ocasiões, como na privatização da Eletrobrás, por entender que o projeto era de má qualidade devido à inclusão de “jabutis” (Gazeta do Povo, 2021); e a Emenda Constitucional 123, conhecida na época da tramitação como “PEC Kamikaze”, que autorizava o aumento de gastos pelo Executivo para além do teto de gastos em ano eleitoral, chegando a pedir a suspensão da emenda ao Supremo Tribunal Federal (Jota, 2022). Pesem-se as divergências, o NOVO é uma das legendas mais direitistas nas projeções com os dados de 2022. Faz sentido, de toda forma, que partidos programaticamente próximos sejam adjacentes em redes sociais mesmo quando assumem posições antagônicas quanto ao governo: variáveis conjunturais devem afetar relativamente pouco os laços em comum com determinados movimentos sociais, interesses organizados, *think tanks*, lideranças internacionais, veículos jornalísticos ou atores culturais.

Além disso, é notória a reconfiguração do espaço político no Twitter, o que reflete o reodernamento ocorrido a partir das eleições de 2018. Naquele ano, o PSDB, que polarizava a disputa presidencial com o PT ininterruptamente desde 1994, viu seu protagonismo ruir, caindo para o quarto lugar, com seu candidato, o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin, obtendo apenas 4,76% dos votos. O vencedor daquele pleito, Jair Bolsonaro, derrotou no segundo turno o candidato petista Fernando Haddad, e impulsionou um crescimento explosivo de seu partido na disputa pelo Legislativo, o até então inexpressivo PSL, que saltou de uma cadeira na Câmara dos Deputados no certame de 2014 para cinquenta e duas. Devido a discordâncias entre Bolsonaro e a liderança do partido, capitaneado pelo deputado pernambucano Luciano Bivar, o então Presidente da República abandonou a sigla ainda em 2019, permanecendo apartidário até o final de 2021, quando a necessidade de uma legenda para disputar a reeleição o levou, após a negociação com vários líderes partidários, a abrigar a si próprio e a seus apoiadores mais fiéis no PL, agremiação presidida há mais de duas décadas por Valdemar da Costa Neto. Aliás, a convivência dentro de um mesmo partido de bolsonaristas radicais com integrantes comuns do Centrão, caracterizado pelo comportamento clientelista, pode explicar a alta variância nos pontos ideais. O PSL, por sua vez, visando sua preservação como força eleitoral após a perda de seu nome mais popular, concretizou uma fusão com o DEM, o que resultou no surgimento da União Brasil, a qual, em razão do desempenho combinado de suas duas legendas originadoras em 2018, nasceu detendo expressos recursos financeiros e de comunicação, com direito a mais verbas dos

fundos partidário e eleitoral e a uma fração maior de tempo na televisão durante a campanha eleitoral que qualquer outra legenda.

Ocorre que, aparentemente, o deslocamento do protagonismo no campo da direita dos tucanos para a base bolsonarista teve céleres repercussões na configuração das redes sociais dos deputados no meio digital. Partidos de vocação presidencial parecem, dessa maneira, ocupar os extremos do espectro nas mídias digitais.

H3) Partidos protagonistas de disputa majoritária (isso é, aqueles que tentam obter o controle da chefia de governo) obtêm valores mais extremos de ponto ideal na estimativa via Twitter do que nas estimativas por meio de *expert survey*.

A hipótese H3 encontra eco com a parte da literatura sobre partidos e sistemas partidários que classifica a estabilidade dos mesmos em função da previsibilidade da estrutura de competição pelo controle do Executivo, como Mair (2006) e Mainwaring e Torcal (2006). Os perfis políticos nas redes digitais parecem ter se adaptado rapidamente à nova polarização da política brasileira, que parece inclusive estar mais correlata com o esperado por outras metologias de aferição de pontos ideais.

A **seção 2.5** buscará lançar luz sobre as causas subjacentes da possibilidade elencada por **H3**. Desde já, contudo, podemos considerar razoável supor que, sendo as mídias sociais ferramentas de comunicação política com os apoiadores e o público em geral, atores políticos façam uso estratégico das mesmas. Sendo a escolha do candidato a presidente a decisão mais importante para a maioria dos eleitores e aquela que gera os debates mais intensos na esfera pública, faz sentido que deputados escolham se posicionar com relação à estrutura de disputa pelo Executivo.

As **figuras 5a** e **5b** mostram a relação entre, respectivamente, a taxa de governismo e a ideologia conforme medida no *survey* da ABCP, no eixo x e, no eixo y, a média das estimativas de pontos ideais para os integrantes das bancadas dos partidos obtidas a partir de dados do Twitter para o ano de 2015. As figuras **5c** e **5d** contêm os dados equivalentes para a legislatura do dia 6 de junho de 2022.

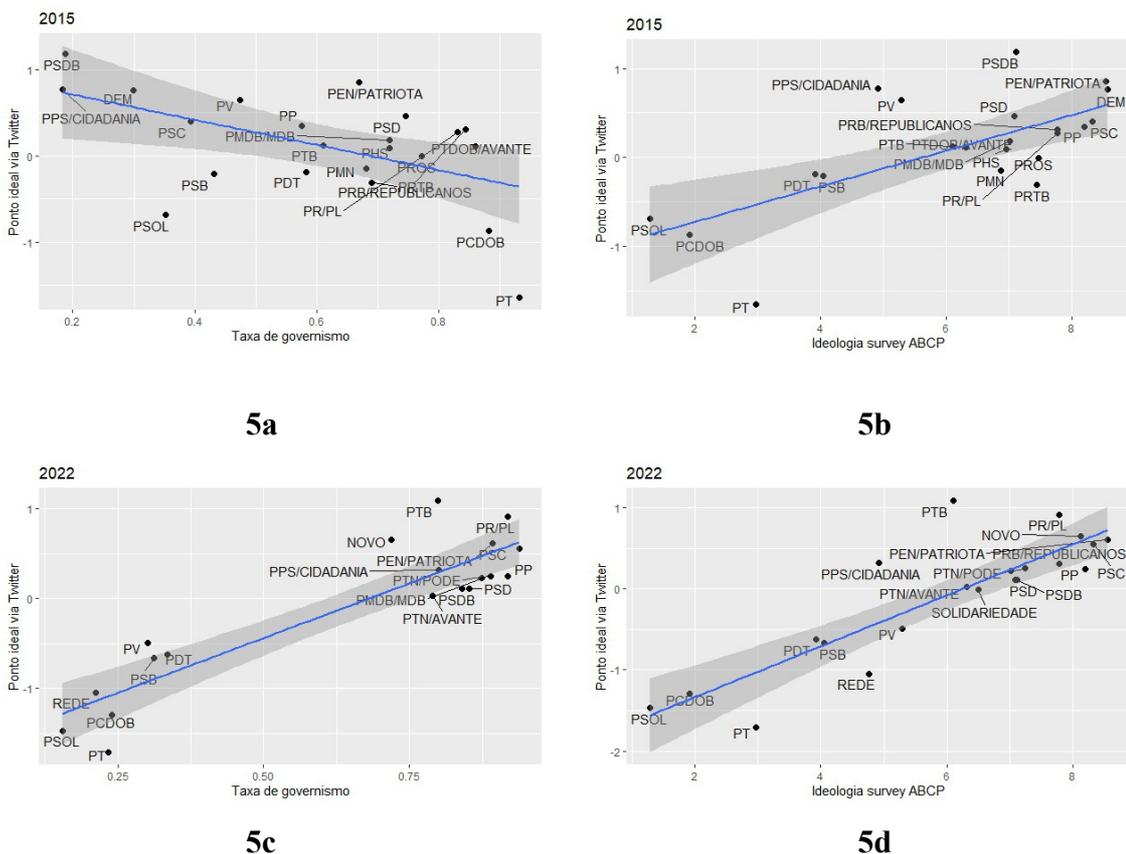
O gráfico **5b** mostra claramente que, para a amostragem obtida por Souza, Graça e Silva (2017), a medição de ideologia se correlaciona positivamente com o posicionamento relativo entre parlamentares no Twitter (hipótese **H1**).

Para o governismo (hipótese **H2**) a relação também é bastante significativa e alinha-se com as expectativas – espera-se que a correlação entre ideologia e governismo seja negativa quando um partido de esquerda se encontra no poder, dado que a própria proximidade ideológica com o partido presidencial é fator que influencia a entrada de uma agremiação no

governo. Os dados para 2015, ainda assim, parecem refletir parcialmente a ideia de que partidos que ocupavam cargos no Executivo, casos de legendas como o Pcdob, o MDB, o PP e o PTB, tendiam a ser mais fiéis ao governo independentemente da ideologia, muito embora as atribuições daquele momento já estivessem repercutindo em notória infidelidade da base governista ao Executivo.

A hipótese **H3** parece ser corroborada pela figura **5b**, uma vez que PSDB e PT aparecem mais extremadamente à direita e à esquerda na estimativa via Twitter do que no *survey* da ABCP. O pequeno conjunto de observações, contudo – apenas duas siglas, dentre as treze testadas, foram consideradas polarizadoras da disputa pelo Executivo na época em questão – nos adverte contra qualquer conclusão precipitada.

Figura 5 - Correlações entre as variáveis de ideologia, conforme survey da ABCP de 2018, taxa de governismo em Plenário e ponto ideal por estimativa via Twitter



Fonte: elaborado pelo próprio autor a partir dos dados utilizados

Com relação a 2022, há maior coincidência entre ideologia e governismo, como ilustram os gráficos em **5c** e **5d**. O então presidente Jair Bolsonaro, ao se sagrar vencedor do pleito de 2018, optou por não distribuir ministérios de forma a consolidar coalizão majoritária

de governo, o que possibilitou aos congressistas agir com mais independência. O poder de agenda do Congresso vis-a-vis o Executivo fortaleceu-se, o que no caso da Câmara dos Deputados fica patente nas presidências de Rodrigo Maia, no primeiro biênio da legislatura, e Arthur Lira, no período final da mesma. Em outras palavras, o padrão bidimensional encontrado por Zucco e Lauderdale (2011), típico dos governos petistas, parece ter novamente colapsado numa distribuição unidimensional que, mesmo que por outros motivos, caracterizou também o comportamento legislativo das bancadas durante as administrações de Fernando Henrique Cardoso. A iminência das eleições fica bastante visível em **5c**, uma vez que os partidos se concentram em dois grupos com relação à taxa de governismo, com todos os partidos de esquerda na extremidade mais baixa, e o comportamento governista dos outros partidos, independentemente de eles fazerem parte ou não da coligação eleitoral bolsonarista naquele ano, que envolveu apenas PP, PL e Republicanos.

H3, ainda que de forma menos destacada, parece valer também para essa amostragem – as duas legendas que polarizaram o pleito daquele ano, o PT de Lula e o PL de Jair Bolsonaro, ocupam posições mais extremas respectivamente à esquerda e à direita na mensuração via Twitter do que naquela do *survey*. Na direita, porém, o maior *outlier* é o PTB então comandado por Roberto Jefferson, que vinha transformando seu partido numa sigla de extrema direita e de apoio radical ao bolsonarismo.

Ainda sobre 2022, é importante destacar o estado de fluxo no qual o sistema partidário se encontra desde as eleições de 2018, especialmente no que tange as agremiações do centro à direita do espectro. Duas das maiores legendas da 56a legislatura, o PSL pelo qual Bolsonaro se elegeu presidente e o DEM, deixaram de existir, fudindo-se para dar origem ao União Brasil. Como ainda não existem *surveys* de especialistas ou de parlamentares que posicionem esse novo partido no espectro esquerda-direita, não foi possível incluí-lo na amostra. PSB e PDT voltaram a se aproximar da esquerda após afastamento no governo Dilma. O Partido Verde (PV), que era considerado um partido centrista, uniu-se em federação ao PT e ao Pcdob, e a Rede Sustentabilidade de Marina Silva fez o mesmo com o PSOL. As duas legendas ecologistas podem ter se deslocado para a esquerda no espaço de tempo entre a realização do *expert survey* e 2022.

Para um teste mais robusto das três hipóteses, recorre-se a um modelo de regressão linear dado pela equação 3:

$$x_{Twitter}^j = \alpha x_{ABCP}^j + \beta g^j x_{gov} + \gamma s^j p^j \quad (3)$$

Em que x_{Twitter} é a variável dependente, qual seja, o posicionamento médio dos deputados do partido estimado a partir dos perfis seguidos por pelo menos trinta parlamentares naquela mídia social, x_{ABCP} a posição ideológica do partido aferida no *expert survey* da Associação Brasileira de Ciência Política em 2018, g a taxa de governismo de cada partido no Plenário da Câmara, x_{gov} a ideologia do partido do Presidente da República conforme o *survey* e p uma variável binária cujo valor é 1 se o partido em questão polarizou as eleições nacionais mais próximas do instante em que a amostra foi colhida, valendo 1 para o PT e o PSDB em 2015 e para o mesmo PT e o PL em 2022 e 0 para todas as outras observações. p é multiplicado por s , que vale -1 se x_{ABCP} for menor que 5, indicando um partido de esquerda, e 1 se o mesmo valor for maior que 5, significativo de legenda de direita. j é um índice que representa cada observação (cada partido político em cada uma das amostras) e α , β e γ coeficientes a serem determinados a partir da execução da regressão no software Rstudio.

Os resultados podem ser conferidos na tabela 6, que traz três especificações respectivamente para os dados de (1) 2015, obtido por Souza, Graça e Silva (2017); (2) 2022, obtido neste trabalho e (3) combinação das duas amostras. A primeira especificação traz os coeficientes do modelo apenas para os pontos de 2015, a segunda para os pontos de 2022 e a terceira aglutina as duas observações.

Tabela 6 - Resultados de modelo de regressão linear conforme especificado na equação 2

Variável independente	2015	2022	2015-2022
Ideologia	0,16 (0,07)*	0,09 (0,09)	0,15 (0,05)**
Governismo	-1,0 (0,4)*	1,5 (0,6)*	-
Governismo*ideologia_{gov}	-	-	0,46 (0,09)***
Polarização	0,7 (0,3)*	0,53 (0,26)	0,6 (0,2)**
R²	0,82	0,87	0,9

p < *0,05 **0,01 ***0,001

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Conforme esperado, os dados de 2015 parecem corroborar de forma mais significativa para atestar a validade das hipóteses H1 a H3 que aqueles de 2022. Nesse último caso, apenas a taxa de governismo em plenário foi preditor estatisticamente significativo do ponto ideal médio dos partidos no Twitter. Na combinação entre as duas bases, no entanto, as três hipóteses parecem ter força.

2.5 Análise da estrutura subjacente do modelo espacial obtido

Se, como sugerido na seção anterior, o modelo espacial calculado a partir dos dados de perfis dos deputados no Twitter sofre influência concomitante da ideologia, do comportamento frente aos interesses do governo e da polarização nas eleições presidenciais, seria de se esperar a existência de três dimensões inerentes às contas dos legisladores federais. Os modelos de Barberá (2014) e Souza, Graça e Silva (2017), contudo, possuem apenas duas variáveis específicas de cada parlamentar: θ_i e β_i , que representam, respectivamente, a ideologia do legislador i e o nível de interesse do mesmo em seguir outras contas politicamente relevantes.

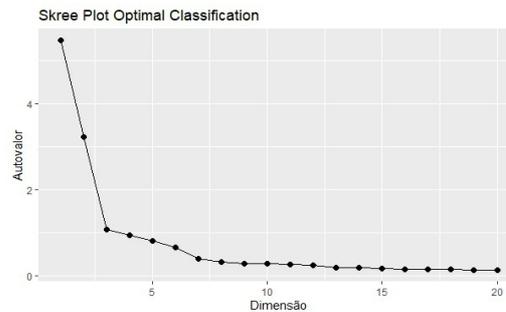
De modo a lançar luz sobre essa questão, recorre-se a um método alternativo à regressão logística até aqui utilizada para estimar os pontos ideais dos deputados. Adapta-se o algoritmo de *Optimal Classification* de Poole (2005), inicialmente utilizado para a análise de votações em Plenário, aos dados obtidos neste capítulo. As contas politicamente relevantes têm nesse caso papel análogo ao de matérias a serem votadas no Legislativo. O deputado vota “sim” se decidir por seguir a conta e “não” se deixar de fazê-lo. Serão utilizados os dados da legislatura de 6 de junho de 2022.

Esse método é conveniente devido ao seu tempo computacional bastante inferior: enquanto a regressão logística com coeficientes não lineares leva horas para ser executado em computador pessoal e precisa ser pré-compilado para que o mesmo processo não leve dias, o processamento via *Optimal Classification* leva cerca de um minuto na mesma máquina. Por outro lado, por ser um modelo de MDS (*multidimensional scaling*), as contas seguidas pelos políticos não são automaticamente classificadas no mesmo espaço, o que até então limita estudos sobre o posicionamento ideológico de perfis ligados ao jornalismo, entretenimento, movimentos sociais e grupos de interesse. Sem a posição dos perfis seguidos por um número mínimo de parlamentares, também não é possível “projetar” um usuário qualquer que siga um mínimo de contas politicamente relevantes no espaço criado a partir dos deputados federais.

Uma vez que os dados obtidos por este trabalho foram combinados com aqueles obtidos por esforço de pesquisa anterior, não consta dentre os objetivos presentes testar a robustez dos achados em outro algoritmo, afinal, qualquer comparação só é possível quando se aplica o mesmo método às duas bases. O interesse no *Optimal Classification* reside no fato de que ele tem como produto secundário uma estimativa da dimensionalidade da amostra. A **figura 6** traz o *Skree Plot* com os autovalores em ordem decrescente de cada dimensão passível de ser adicionada ao modelo. Pelo critério de Kaiser (1960), as dimensões 1 ($e =$

6,995) e 2 ($e = 2,247$) parecem ter mais significância estatística que a dimensão 3 (1,078) em diante, de forma a sugerir que de fato dois fatores principais determinam o comportamento dos parlamentares ou da equipe responsável pela gestão de seus perfis em mídias sociais ao estabelecerem conexões com perfis politicamente relevantes.

Figura 6 - Autovalores do algoritmo Optimal Classification para a bancada eleita em 2022



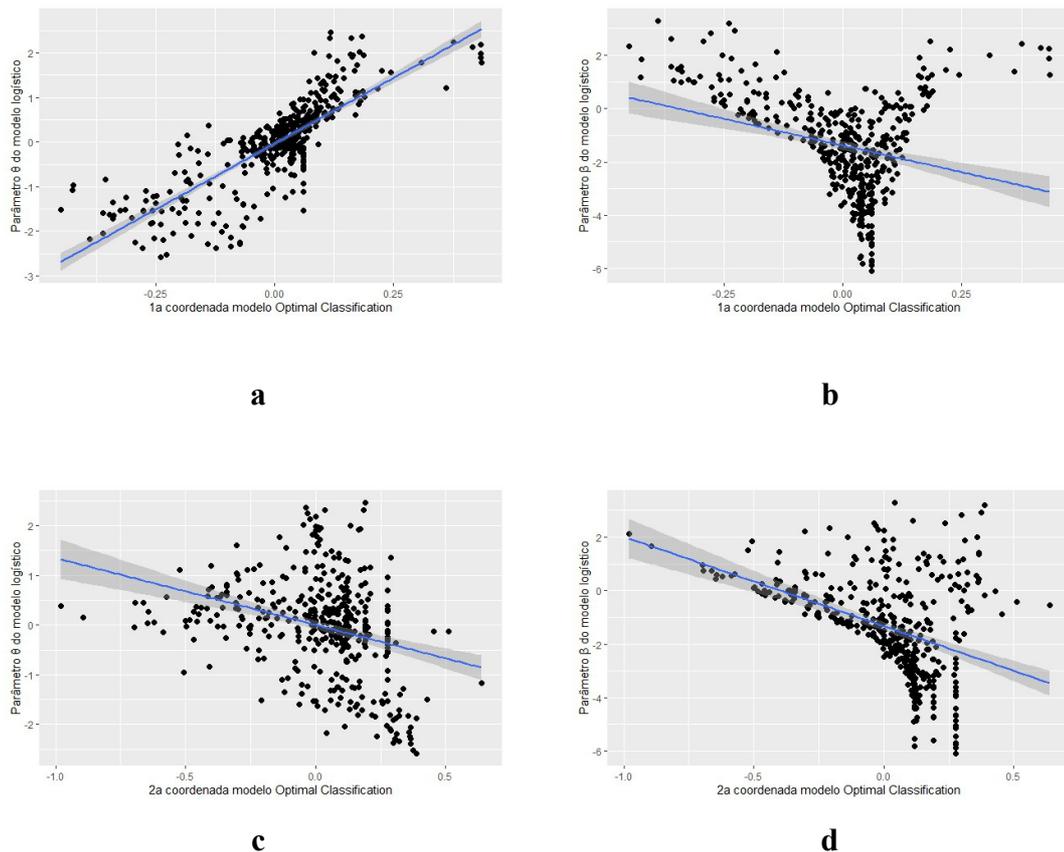
Fonte: elaborado pelo próprio autor

Qual seria a conexão, porém, entre as duas primeiras dimensões obtidas via Optimal Classification e os dois parâmetros relativos aos deputados no modelo de regressão logística? As figuras 7a, 7b, 7c e 7d mostram a correlação entre cada dimensão de cada um dos dois métodos.

A figura 7a sugere que a primeira e mais importante dimensão subjacente aos dados diz de fato respeito à orientação do perfil do legislador quanto às variáveis estruturantes da política nacional, sejam elas a ideologia esquerda-direita, o apoio ao governo em troca de recursos de acesso restrito ou a distância em relação aos pólos que disputam. O gráfico em 7b sugere que políticos mais centristas tendem a seguir menos contas politicamente relevantes. Isso pode fazer sentido partindo-se dos dados do *survey* da ABCP conforme expostos por Bolognesi, Ribeiro e Cordato (2023). Naquela ocasião, foi pedido aos especialistas que classificassem as legendas, para além do campo ideológico, de acordo com sua intensidade na busca da execução de políticas públicas, da maximização de votos e de recursos junto ao Poder Executivo. A maior parte das siglas de centro, com exceção do PSDB, e de direita, com exceção do NOVO, foram caracterizadas por um foco maior na disputa eleitoral e na negociação de cargos e verbas junto ao governo, deixando em segundo plano a construção de uma identidade programática. Para parlamentares pertencentes a esses partidos, pode fazer sentido deixar de seguir contas ideologicamente salientes para focar na comunicação com, por exemplo, suas bases regionais ou setores que apoiem pautas corporativas representadas pelos deputados, ou até mesmo preterir o uso do Twitter em favor de canais tradicionais de

interlocução com o eleitorado.

Figura 7 - Correlações entre as duas primeiras dimensões da estimativa via Optimal Classification e as duas variáveis no modelo de regressão logística relativas às contas dos legisladores individuais



Fonte: elaborado pelo próprio autor

A relação entre a segunda dimensão do OC e β , mostrada na figura 7d, parece algo mais sugestiva que 7c, o que indica que ela está pouco relacionada à ideologia e parcialmente ligada ao interesse dos parlamentares em seguirem contas politicamente relevantes. De toda forma, a grande presença de *outliers* torna impossível a tomada de conclusão definitiva.

Dada que apenas a primeira dimensão parece explicar os pontos ideais obtidos pelo modelo logístico, cabe perguntar: como apenas uma dimensão pode conter informações sobre governismo, ideologia e polarização na disputa presidencial?

É necessário refletir, em primeira instância, a respeito da natureza das mídias sociais enquanto ferramentas de comunicação política e seu uso estratégico pelos parlamentares e suas equipes de comunicação. As eleições presidenciais são as que atraem maior atenção do

público e aquelas que, em relação aos pleitos estaduais, têm maior estabilidade. O mapa eleitoral do pleito para o Executivo federal brasileiro parece consolidado desde 2006, com o Nordeste optando pelo PT e o Centro-Sul votando majoritariamente no principal candidato à direita e a existência de algumas áreas em que o voto pode oscilar, como Minas Gerais e Amazonas. A distribuição geográfica do voto, por sua vez, reflete divisões subjacentes com respeito a renda, tipo de atividade econômica, religiosidade e valores morais de uma forma mais ampla. A única grande mudança nesse intervalo de tempo, à primeira vista, foi a migração em massa do voto antipetista, que pertencia ao PSDB, para Jair Bolsonaro. Além disso, apesar do aumento da polarização fornecer subsídios mais claros ao cidadão sobre a distinção de conteúdo de diferentes correntes de pensamento político (Fuks, 2020), não é todo o eleitorado que compreende esquerda e direita enquanto conjunto de valores abstratos e se posiciona na dimensão tradicional de polarização política de maneira consistente, o que reforça a ideia de que, do ponto de vista dos atores políticos, posicionar-se com relação aos campos da disputa presidencial fornece para a maioria dos espectadores nas redes sociais o atalho informacional mais claro para o comportamento do público geral no que tange à escolha sobre quais perfis de políticos seguir e com qual conteúdo interagir, o que nos leva a enunciar a hipótese **H4**:

H4) No caso brasileiro, o espaço criado pela interação entre elites políticas no Twitter reflete a polarização na disputa pela Presidência da República.

Como proceder o teste de hipótese? Uma tentativa de se obter indícios para sua corroboração está em observar as contas seguidas pelos deputados que fazem parte do modelo, sobretudo nos extremos. O quadro 2 mostra os dez perfis mais à direita e mais à esquerda, segundo o modelo de pontos ideais (variável Φ_j).

Como se pode ver, a listagem dos perfis mais à esquerda traz o nome de indivíduos e organizações historicamente ligadas ao partido, como o movimento sindical, o MST e o MTST, além de parlamentares da legenda. Os dois perfis mais esquerdistas nessa classificação, aliás, são a própria conta do PT e de sua fundação partidária.

Já na lista de contas mais à direita encontram-se nomes virais do bolsonarismo, como o jornalista Kim Paim e o deputado federal mineiro Nikolas Ferreira, além da Revista Oeste e de nomes de confiança do ex-presidente Jair Bolsonaro.

As duas listas parecem corroborar para a hipótese **H4**. Os nomes parecem mais ligados aos dois campos protagonistas das duas últimas disputas presidenciais que a ideias abstratas de esquerda e direita em si. Um dos usos mais comuns, por parte de perfis populares, da decisão de seguir certas contas está na possibilidade de replicar aquele conteúdo rapidamente

via compartilhamento (*retweet*) de postagens alheias. Seguir com fortes laços a um dos campos pode ser, dessa forma, uma decisão estratégica de deputados mais entusiasticamente bolsonaristas ou petistas para difundir conteúdos de impacto à militância digital.

Quadro 2 - Lista dos perfis mais à esquerda e mais à direita seguidos pelos deputados federais segundo a classificação de pontos ideais via Twitter

Contas seguidas pelos deputados – perfis mais à esquerda		
Perfil	Φ_j	Descrição
ptbrasil	-2,33	Conta oficial do Partido dos Trabalhadores
fpabramo	-2,29	Fundação Perseu Abramo, <i>think tank</i> do Partido dos Trabalhadores
mtst	-2,24	Conta oficial do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
cut_brasil	-2,22	Central Única dos Trabalhadores, maior central sindical brasileira
stedile_mst	-2,07	João Pedro Stédile, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
rede_tvt	-2,05	TV dos Trabalhadores, canal ligado a sindicatos de na Grande São Paulo
heldersalomao	-2,03	Helder Salomão, deputado federal (PT/ES)
frentebrasilpop	-2,02	Frente Brasil Popular, movimento de esquerda criado no contexto da crise política em 2015
adelmoleao	-2,01	Adelmo Carneiro Leão, ex-deputado federal (PT-MG)
rogeriotomazjr	-2	Rogério Tomaz Júnior, jornalista filiado ao PT
Contas seguidas pelos deputados – perfis mais à direita		
Perfil	Φ_j	Descrição
andreporci	2,05	André Porciuncula, ex-secretário especial de Cultura (2022)
nikolas_dm	1,98	Nikolas Ferreira, deputado federal mais votado do Brasil nas eleições de 2022 (PL-MG)
Perfil	Φ_j	Descrição
somosalianca	1,96	Aliança pelo Brasil, projeto de partido político de Jair Bolsonaro após saída do PSL
andrefernm	1,92	André Fernandes, deputado federal mais votado do Ceará (PL-CE)
aragaomosart	1,92	Mosart Aragão, ex-assessor de Bolsonaro e candidato a Deputado Federal em 2022 (PL-SP)
douglasgarcia	1,84	Douglas Garcia, ex-deputado estadual (REPUBLICANOS-SP)
realpfigueiredo	1,83	Paulo Figueiredo Filho, ex-comentarista da rádio Jovem Pan
kimpaim	1,78	Kim Paim, jornalista bolsonarista independente
lorenzonitalo	1,74	Ex-integrante do canal Terça Livre e candidato a deputado federal em 2022 (PTB-SP)
revistaoeste	1,73	Revista Oeste, publicação de direita criada pelos jornalistas Augusto Nunes e J.R. Guzzo

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Diferença importante entre as duas listas é a tendência de perfis de movimentos institucionalizados dominarem o extremo esquerdo e a de atores individuais de serem quase a regra no lado oposto da distribuição. Das dez contas mais à esquerda, duas são do PT e de seu

think tank, duas ligadas ao movimento sindical, duas a movimentos sociais, uma ao dirigente máximo do MST, duas de parlamentares petistas e uma de jornalista filiado ao partido. Em contraste, as unidades mais direitistas são dominadas por contas de indivíduos: três parlamentares, dois indicados de Bolsonaro a cargos no Executivo e três jornalistas ou comentaristas políticos. Apenas dois perfis são de pessoas jurídicas: o da Aliança pelo Brasil, tentativa malfadada de Bolsonaro de criar partido político próprio após o ex-presidente se desligar do PSL por desavenças com o mandatário da legenda, Luciano Bivar, e a parte da bancada a ele ligada, e da Revista Oeste.

Essa distinção parece fazer eco com os contextos radicalmente diferentes nos quais surgiram os movimentos petista e bolsonarista. Enquanto o PT foi criado nos anos oitenta com características de partidos de massa, servindo de elo entre a política eleitoral, de um lado, e, do outro movimentos sociais, o sindicalismo e setores da academia e da cultura alinhados à esquerda, dentre outros agrupamentos; a extrema direita brasileira, embora também detenha suas ligações com organizações coletivas e entidades da sociedade civil, parece ser caracterizada pelo protagonismo de atores digitais virais, vários dos quais adquirem poder de barganha pela quantidade de seguidores nas mídias sociais e decidem adentrar a carreira política, atraindo o interesse de caciques partidários devido ao altíssimo potencial de votos a baixo custo.

De fato, uma quantidade significativa de estudos sobre a natureza e a evolução dos partidos políticos indicam que suas estruturas, ainda que passíveis de se adaptar a novas circunstâncias (Katz e Mair, 2002), refletem a época em que foram fundados. Para Mainwaring e Zoco (2007), a estabilidade dos sistemas partidários e seu enraizamento junto ao eleitorado local é produto não apenas da longevidade de uma democracia, mas da época de sua fundação: enquanto, na primeira metade do século XX, o recrutamento de uma base estável de apoio era crucial para a continuidade do sucesso de uma agremiação partidária, mudanças tecnológicas e comportamentais ocorridas após a 2ª Guerra Mundial reduziram a capacidade dos partidos de produzirem vínculos de identificação a parcela significativa da população. Sendo assim, democracias jovens, como as da América Latina ou do Leste Europeu, costumam ser caracterizadas por alta volatilidade eleitoral e baixos índices de identificação partidária, sem tendência identificável de consolidação. Por outro lado, Bolleyer (2012) documentou diferenças na estrutura organizacional ideal de novas famílias de partidos políticos na Europa, ao mesmo tempo em que demonstra que a sobrevivência dos mesmos depende de sua institucionalização. Partidos ecologistas, por exemplo, tendem a adotar governança mais centralizada para prover incentivos seletivos a suas lideranças, reduzir sua

paralisa decisória e aumentar sua capacidade de participação no governo. Já as organizações da nova extrema direita em geral trilham o caminho oposto. Frequentemente criadas por lideranças carismáticas, essas legendas precisam buscar uma base de apoio estável para garantir sua sobrevivência para além da carreira política de seus fundadores.

2.6 Discussão

O advento da mineração de dados nas mídias sociais abriu novas avenidas de pesquisa em diversos campos da Ciência Política, tais como o estudo de instituições políticas, o comportamento político e a comunicação política. Com dados de perfis de atores políticos, seus seguidores ou, no caso presente, as contas seguidas pelos próprios, é possível explorar o modo como as elites políticas se coordenam e estruturam um espaço de competição no mundo digital, as estratégias de comunicação com o público na internet e traçar hipóteses acerca dos fatores causais subjacentes às observações.

Para estudos que lancem mão do modelo espacial, no entanto, é importante construir teoria sobre os determinantes dos pontos ideais nas redes sociais e sua relação com os mesmos obtidos por outras vias, como *surveys* aplicados aos deputados, *expert surveys*, análise de manifestos partidários ou de discursos em plenário e de votações no Legislativo, dentre outros. Uma vez que um dos pontos mais promissores do uso de dados de mídias sociais está no fato de que elas guardam dados de usuários comuns, grupos de interesse, movimentos sociais e formas mais recentes de ativismo político, é importante entender o significado dos parâmetros obtidos pela metodologia. Tal compreensão, ademais, pode ser capaz de viabilizar outras aplicações, como modelos preditivos de comportamento legislativo ou eleitoral a partir das conexões feitas por elites políticas em redes sociais.

O objetivo deste capítulo, em primeiro lugar, foi testar o impacto de dois fatores já elencados na literatura – a ideologia e o governismo – nos pontos ideais aferidos via Twitter para em seguida propor, com base na existência de evidências de efeito causal dessas duas variáveis, uma nova explicação: no caso brasileiro, o fator estruturante mais importante da rede social inerente ao modelo espacial seria a proximidade de cada ator político com um dos pólos de protagonismo da disputa presidencial. Sendo o País uma república presidencialista caracterizada por alta concentração de prerrogativas constitucionais na mão do chefe de estado, é natural que a disputa por esse cargo seja mais determinante que outros fatores na configuração política da esfera pública.

Os resultados parecem corroborar as hipóteses elencadas no artigo: a análise de

regressão linear demonstrou a significância estatística da relação entre protagonismo partidário nas eleições presidenciais e a aferição de ponto ideal extremo de deputados ligados a esses partidos. Além disso, o universo de contas seguidas pelos deputados parecem conter, nos dois pólos, usuários ligados à máquina político-eleitoral petista ou bolsonarista no caso de 2022.

Futuramente, será necessário investigar hipóteses rivais. Uma delas é o encurtamento do universo possível de contas seguidas por atores nos extremos do espectro. Um perfil centrista dispõe de contas à esquerda e à direita para serem seguidas, enquanto que atores extremos só têm a possibilidade de seguir usuários de ponto ideal parecido ou mais moderados que os de si próprios. Isso pode afetar a significância estatística da distribuição de pontos ideais nos extremos da rede, dificultando a distinção de posicionamento no subconjunto dos partidos mais à direita ou mais à esquerda.

Testar essa conjectura para outros países é importante. Entretanto, faz-se absolutamente necessário levar em conta a organização do sistema político em cada país, a representatividade do universo de usuários do Twitter como parcela do eleitorado geral e as particularidades da formação do voto pelo eleitorado. Várias nações europeias, por exemplo, são caracterizadas, por um lado, por taxas elevadas, mesmo que declinantes, de identificação partidária dentre os cidadãos comuns, o que pode aumentar a correlação entre ideologia e ponto ideal nas mídias sociais. Por outro lado, dada a natureza da competição pelo Executivo em países que adotam sistema parlamentarista de governo e voto proporcional, vários estados desse mesmo conjunto têm convivido com uma elevada cooperação entre partidos, tornando-se frequentes os governos de “grande coalizão” como na Alemanha em três dos quatro mandatos da ex-chanceler Angela Merkel ou o segundo gabinete do liberal Mark Rutte como primeiro-ministro holandês, o que pode fomentar a aproximação entre integrantes de diferentes partidos de vocação majoritária. Contextos de forte bipartidarismo constituem outro caso, como o norte-americano e, em menor grau, o britânico, que resultam em sistemas partidários mais simples, os quais tendem a tornar colineares ideologia, governismo e protagonismo na disputa pelo Poder Executivo. Teses da literatura sobre comportamento político e organização dos sistemas partidários podem ser passíveis de serem testadas por dados da internet desde que se reconheça a limitação na representatividade dos usuários das plataformas digitais.

Como visto na seção anterior, outra possibilidade aberta por essa nova fonte de dados é o estudo sobre as semelhanças e diferenças das estruturas de partidos políticos de ideologias distintas ou fundados em épocas diferentes e seus reflexos no mundo digital. O que as contas seguidas por atores políticos dizem a respeito da maneira como eles se organizam na disputa

político-eleitoral? Seriam partidos de esquerda caracterizados pelos seus vínculos com organizações tradicionais, enquanto a nova direita calca sua estratégia de comunicação digital em figuras individuais que se tornaram conhecidas primeiramente nas próprias plataformas sociais, ou será que há uma convergência das estratégias no longo prazo?

3 PROJETANDO NOVOS ATORES POLÍTICOS EM MODELOS OBTIDOS VIA TWITTER: O CASO DOS MOVIMENTOS DE RENOVAÇÃO POLÍTICA

Como discutido anteriormente neste trabalho, os diferentes métodos desenvolvidos para a estimação do posicionamento de atores políticos possuem forças e fraquezas complementares, ao mesmo tempo em que padecem de um problema comum: a inadequação dos mesmos, ao menos na grande maioria dos casos, para a aferição de pontos ideais de atores que não sejam partidos ou políticos que já tenham exercido mandato. Nesse sentido, a porta aberta pelas mídias sociais é promissora, uma vez que indivíduos e instituições criam vínculos com representantes políticos, quer seja seguindo suas contas, quer seja.

Neste capítulo, os objetivos são: i) mapear os posicionamentos de novas organizações, denominadas pela literatura científica de Movimentos de Renovação Política (MRPs), caracterizadas pelo objetivo de lançar novas lideranças à disputa eleitoral abrigando-se dentro de legendas já existentes; e ii) determinar de que forma e em que medida a ideologia dos candidatos individuais e dos MRPs a que pertencem influencia na escolha de filiação partidária. Para isso, são catalogados os perfis localizáveis no Twitter de candidatos pertencentes a três desses grupos: o Movimento Acredito, o Livres e o RenovaBR, além daqueles de todos os deputados federais eleitos em 2022 para os quais foi possível encontrar usuários ativos na mesma plataforma social. A estimação de pontos ideais dos integrantes dos movimentos de renovação é obtido a partir da projeção do conjunto de contas seguidas por cada um deles no espaço gerado pelos deputados federais e pelas contas seguidas por pelo menos trinta deles.

As motivações para tal empreendimento são diversas. Em primeiro lugar, trata-se de um teste da possibilidade de aferir quantitativamente o posicionamento ideológico de novos atores políticos por meio das mídias sociais. Segundo, os MRPs frequentemente são caracterizados por partilharem diversas características comuns a partidos políticos ao mesmo tempo em que se negam, maneira aparentemente contraditória, a posicionar a si próprios na tradicional escala esquerda-direita. Terceiro, a relação construída entre essas instituições e os partidos políticos que abrigam seus candidatos são marcadas por diversos casos tanto de conflito quanto de colaboração, de modo que se torna importante medir até que ponto as agendas programáticas das duas partes convergem ou divergem para analisar melhor a dinâmica estabelecida entre os dois conjuntos de atores políticos.

Para isso, a seção 3.1 trará o contexto de crise política vivenciado no Brasil a partir das manifestações de junho de 2013, situação que abriu uma janela para que diferentes atores se

lançassem na disputa eleitoral a partir de 2018 com uma mensagem de renovação que atendia aos anseios do eleitor naquele momento. **3.2** traça o histórico e o perfil dos três MRPs selecionados, com o levantamento do perfil programático de cada um, do processo de construção de pontes com o sistema partidário brasileiro e de sua percepção por parte de atores políticos estabelecidos e da mídia tradicional. Em seguida, na seção **3.3**, um sumário dos dados recolhidos será apresentado e hipóteses serão tecidas a partir das informações expostas. As metodologias utilizadas para a projeção das lideranças renovadoras no espaço latente criado pelos perfis de legisladores federais e para o teste das hipóteses serão detalhadas em **3.4**. Os resultados serão detalhados em **3.5**, ao que se seguirá a conclusão.

3.1 Contexto histórico

A década de 2010 foi palco de grandes transformações no cenário político brasileiro. O acesso às mídias sociais, que em outras partes do mundo havia desembocado em movimentos como a Primavera Árabe, os Indignados espanhóis, o Tea Party e o Occupy Wall Street, desdobrou-se no Brasil nas Jornadas de Junho, em 2013. A onda de manifestações, iniciada na cidade de São Paulo em protestos contra a majoração da passagem de ônibus naquele município, espalhou-se pelo País à esteira da repressão policial excessiva e da Copa das Confederações, organizada pela FIFA como forma de teste para a Copa do Mundo, que veio a ocorrer em solo brasileiro no ano seguinte. O evento passou a ser visto como desperdício de recursos públicos, dado o volume de verbas empregadas, o fato de que os custos totais estouravam rotineiramente as previsões orçamentárias e as inevitáveis denúncias de corrupção que emergem durante projetos dessa natureza, além da grande repercussão midiática dos preparativos para a competição. A inconformação gerada pelo fato propiciou com que cada cidadão suficientemente mobilizado comparecesse aos protestos com suas próprias reivindicações por melhoria em políticas públicas tão díspares quanto transporte público, saúde, educação, pautas socioculturais e o combate à corrupção, configurando o fenômeno ao qual Milan (2015) deu a alcunha de “protesto em nuvem”. Um *slogan* dava o tom da multiplicidade de demandas presentes naquela onda de protestos: “não é só pelos vinte centavos”.

Durante as Jornadas de Junho, partidos políticos, sobretudo aquelas de esquerda, até então históricas detentoras de uma maior cultura de mobilização no espaço público, viram seu controle sobre as manifestações se esvaír. Bandeiras de legendas eram publicamente hostilizadas com vaias. A agitação, que não tinha liderança centralizada e se proclamava

apartidária, revelava sua face antipartidária.

O sistema partidário brasileiro constituído a partir da redemocratização nos anos 80 encontra-se, até os dias de hoje, assimetricamente estruturado na opinião pública, com a maior parte dos eleitores não se identificando com nenhuma sigla e o Partido dos Trabalhadores usufruindo de liderança confortável nessa métrica, sem que haja agremiação oficial na direita capaz de mobilizar adesão semelhante do eleitorado. O contexto das demonstrações em 2013, no entanto, facilitou o arrefecimento do fenômeno da “direita envergonhada”, prevalente nos anos subsequentes à ditadura civil-militar de 1964-85, e a expressão de demandas representativas reprimidas da parte de segmentos liberais, conservadores e centristas da sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, a economia, que no decênio anterior crescera em ritmo fortalecido pelo *boom* nos preços de commodities agrícolas e minerais, sustentado sobretudo pela demanda de uma China que registrava anualmente crescimento de dois dígitos, já demonstrava sinais de cansaço, com pouca reação dos indicadores econômicos às políticas expansionistas da administração de Dilma Rousseff, com a inflação rondando sempre a proximidade do teto da meta estabelecida pelo Banco Central, e o início de uma grande crise que faria o Produto Interno Bruto nacional encolher mais de 7% nos anos de 2015 e 2016.

Por fim, o impacto da Operação Lava Jato chefiada pelo então juiz federal Sérgio Moro, que levou à investigação e condenação de políticos de diversas agremiações, mesmo tendo como alvo principal lideranças do PT, abalou ainda mais a já frágil confiança do eleitorado nos partidos e fez elevar a demanda por renovação dos quadros políticos.

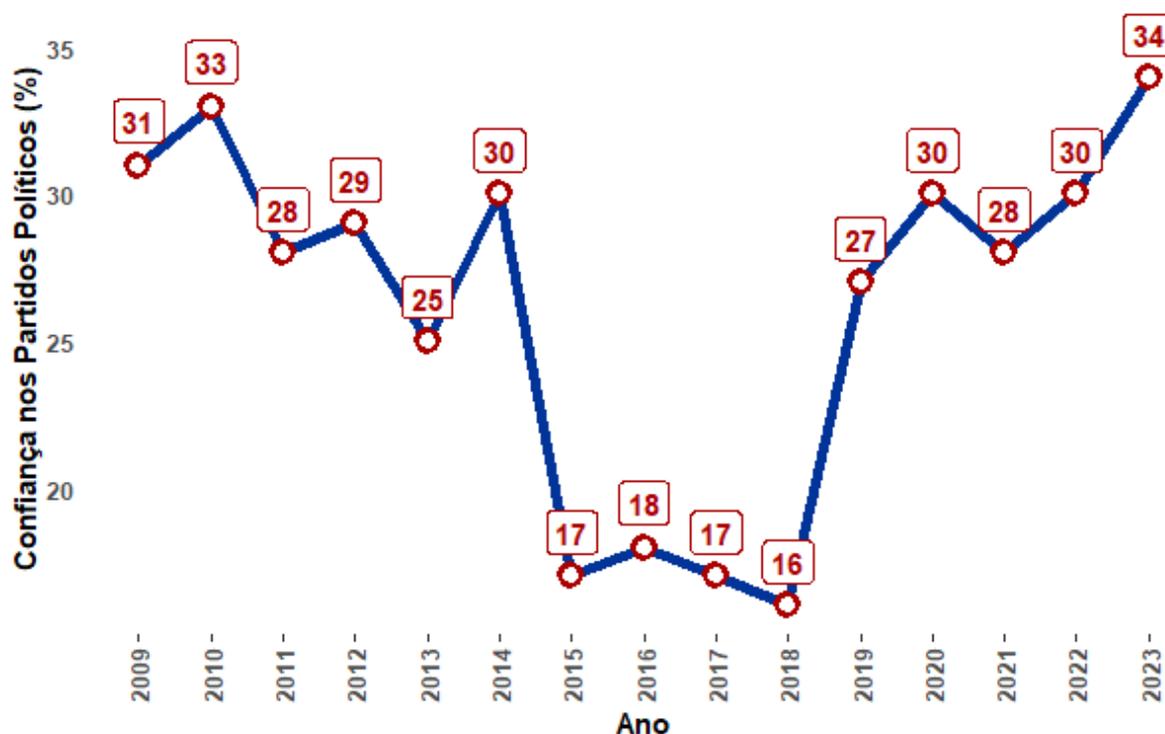
No bojo dessa grande crise política, que teve como principais marcas as Jornadas de Junho, o impeachment de Dilma Rousseff, sacramentado pelo Senado Federal no dia 31 de agosto de 2016, a prisão do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de abril de 2018 e a vitória de Jair Bolsonaro, tornou-se evidente uma grande demanda por uma reoxigenação tanto da mobilização popular quanto dos palanques eleitorais.

Grupos militantes de direita, como o Movimento Brasil Livre (MBL), o Movimento Vem Pra Rua (VPR) e o Revoltados Online surgiram para organizar a oposição nas ruas à administração petista. Rocha (2018a) descreveu o “boom” das novas direitas brasileiras como fruto não apenas do financiamento dessas por elites empresariais, mas como fruto do engajamento de públicos a *think tanks* liberais; de páginas na extinta rede Orkut em homenagem ao jornalista Olavo de Carvalho, que organizou expressiva militância conservadora na internet brasileira a partir de sua residência nos Estados Unidos por meio do podcast *True Outspcak*; e do ambiente gerado pelos protestos de 2013, que serviram de

inspiração para a criação do VPR por empresários sem prévia ligação com partidos políticos; do ativismo radical de extrema direita de Marcello Reis, fundador do Revoltados Online, que passou a pedir intervenção militar; e para a conversão do Movimento Renovação Liberal de Renan Santos no MBL a partir da agregação de quadros como o do futuro deputado federal Kim Kataguiri e de Rubinho Nunes, atual vereador pelo município de São Paulo. Ainda segundo Rocha (2018a, p. 44), as doações tornaram-se volumosas apenas no calor da mobilização pela remoção de Dilma Rousseff do Poder Executivo e minguraram após a confirmação do impeachment, de modo que, da mesma forma que se dá em movimentos sociais de teor ideológico diverso, boa parte das atividades é mantida por voluntários e, quando muito, por ativistas digitais que recebem bolsas de valor modesto de redes internacionais de *think tanks*, tais como a Atlas Network.

Não bastava, todavia, remover quem se encontrava no poder. A crise de representação política estava posta, o que fica demonstrado na série histórica do IPEC sobre confiança nos partidos políticos, extraída de reportagem do jornal O Globo (2023) e exibida na figura 8.

Figura 8 - Confiança da população brasileira nos partidos políticos

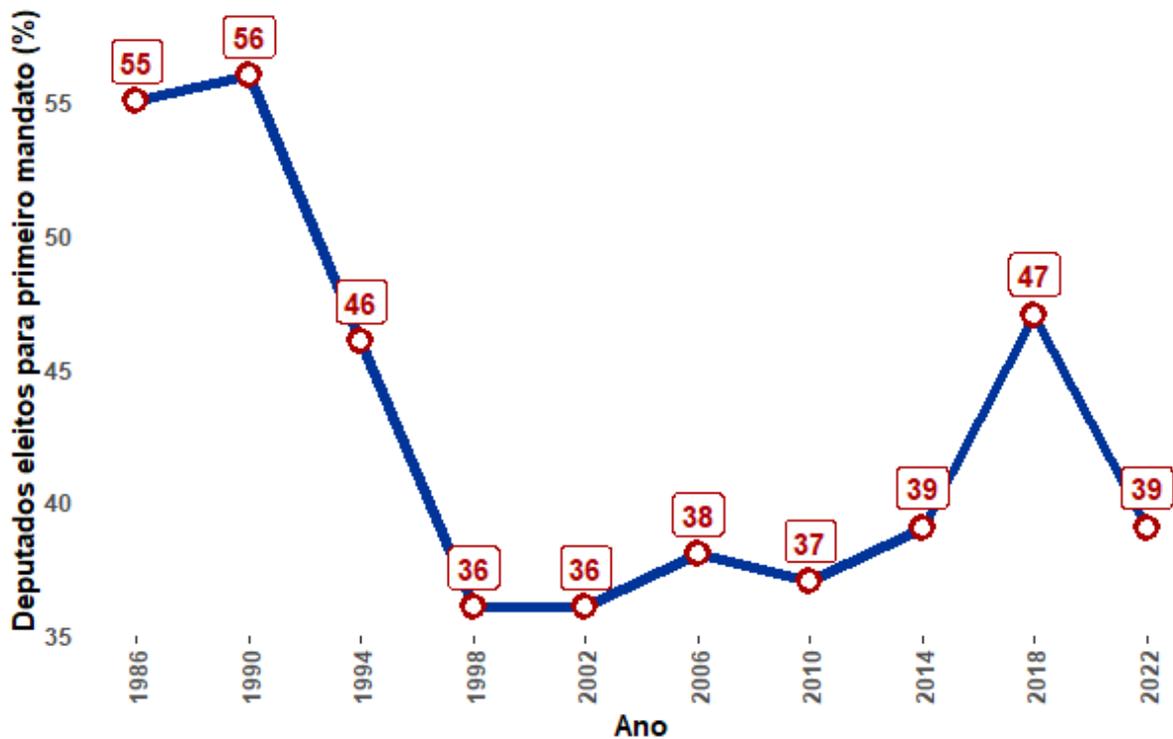


Fonte: Adaptado de O Globo (2023), com base em dados do Ipec.

Ainda que esse dado possa refletir uma queda na taxa de identificação do eleitorado com o PT, a única legenda que desperta preferência consistente parte consistente de parte do

eleitorado nas últimas décadas (Meneguello e Amaral, 2022, p. 64), e mesmo que partidos políticos sejam instituições historicamente desdenhadas pelo público (p. 61), não estando o fenômeno restrito ao contexto brasileiro (Ceka, 2012, p. 1630; Moraes, Santos e Torrecillas, 2014, p. 21), a disseminação da apatia quanto às instituições representativas disponíveis até então pode ser interpretada como sinal de demanda dos cidadãos por novas alternativas e de oferta de espaços inexplorados no mercado eleitoral para novos aspirantes políticos, sobretudo à luz da alta taxa de renovação na Câmara dos Deputados na eleição de 2018, cuja evolução histórica é exibida na figura 9 a seguir.

Figura 9 - Taxa de renovação da Câmara dos Deputados, por eleição



Fonte: Adaptado de Câmara dos Deputados (2022).

Vale salientar que naquele ano não apenas as eleições proporcionais, mas também os pleitos majoritários foram marcados por elevada reciclagem de quadros políticos. Na disputa presidencial, o PSDB minguou dos 33,55% obtidos por Aécio Neves em 2014 para 4,75% com Geraldo Alckmin quatro anos depois, tendo os votos tucanos se deslocado para o *outsider* Jair Bolsonaro. No plano da esquerda, a queda de confiança dos eleitores no PT facultou que o cearense Ciro Gomes retornasse à arena presidencial após hiato de dezesseis anos e obtivesse 12,47% dos votos. No âmbito estadual, estreantes políticos até então

desconhecidos associaram-se a Bolsonaro para conquistar os Executivos locais, como Romeu Zema (NOVO/MG), Carlos Moisés (PSL/SC), Ibaneis Rocha (MDB/DF) e Wilson Witzel (PSC/RJ), dentre outros.

O pleito de 2018, assim, configurou-se como “eleição-terremoto” (*earthquake election*), com elevada volatilidade eleitoral em comparação com os certames anteriores e a reestruturação do sistema partidário sobretudo na metade direita do espectro político, com a ascensão do PSL como principal força conservadora e o progressivo ocaso do PSDB, que veria sua sorte minguar ainda mais na disputa subsequente, em 2022, ao conquistar apenas treze assentos na Câmara dos Deputados.

Chiaromonte e Emanuelle (2022) buscaram explicar a variação no grau de volatilidade eleitoral em democracias europeias em função de uma série de variáveis e encontraram correlações significativas e positivas entre baixa estabilidade eleitoral e institucionalização do sistema partidário, como variáveis dependentes, e como variáveis independentes i) força da estrutura de clivagens sociais; ii) idade da democracia; iii) desempenho econômico; iv) baixa fragmentação do sistema partidário; e v) tempo decorrido de inauguração da democracia desde 1945, já que vários estudos têm observado mudanças na sociedade, na economia e na estrutura de comunicação política têm reduzido a estabilidade dos sistemas partidários. Embora os resultados obtidos para aquele continente não possam ser transportados de maneira acrítica para o caso latino-americano, o cenário político brasileiro, especialmente em anos mais recentes, tem sido caracterizado por uma série de parâmetros potencialmente condutivos a elevadas taxas de volatilidade eleitoral e renovação do quadro de partidos, dado o País ser uma democracia jovem, inaugurada na terceira onda de redemocratização, experimentar alta fragmentação partidária e baixos índices de identificação entre eleitores e partidos e vivenciar, como vários outros países do mundo, um reordenamento na saliência de diferentes clivagens sociais, com questões socioculturais, tais como aborto, legalização das drogas, política de segurança pública e respeito a minorias sexuais, dentre outras, tomando frequentemente frente de temas de natureza econômica (Nunes e Traumann, 2023, p. 152), o que acaba pressionando as forças políticas existentes a se reorganizarem em torno da nova agenda política predominante e abre uma janela de oportunidade para ingressantes que ostentem uma mensagem polarizada em questões de costumes, tanto à esquerda quanto à direita. No caso brasileiro, um fator expressivo para o aumento da expressividade desses tópicos na agenda é a mudança religiosa, com o crescimento acelerado do número daqueles que se declaram evangélicos (Alves et al., 2017), segmento populacional que tem dado grande apoio à direita brasileira e a Bolsonaro em particular.

Diante desse quadro, uma série de atores de variados valores programáticos começou a se organizar de forma paralela aos partidos políticos, constituindo organizações como o Movimento Acredito, o Agora!, o MBL, o RenovaBR, o Livres e a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), dentre outras. Denominados variadamente de grupos de renovação política (Picussa, 2020), movimentos cívicos de renovação política (Estadão, 2017), movimentos suprapartidários (Mohallem, 2018; Martins Júnior e Duarte, 2023), organizações de renovação política (Bonafé, 2022), ou, como adotado por este texto, Movimentos de Renovação Política (MRPs) (Moura, 2019), eles se caracterizam, muitas vezes, por terem uma estrutura dotada de diversas similaridades com partidos políticos, tais como um conjunto explícito de valores éticos, estruturação nos três níveis da federação, busca de fontes próprias de financiamento, existência de hierarquias internas em graus variados, e sobretudo, o objetivo central de lançar candidatos a cargos federais, estaduais e municipais, tipicamente denominados de “lideranças” ou de “líderes cívicos” dos movimentos.

Outro traço marcante dos mesmos é uma costumeira negação ao autoposicionamento no espectro ideológico, com uma típica resistência de seus integrantes em se classificarem como “de esquerda” ou “de direita” e a adoção de um discurso eficientista, sendo pregada a adoção de políticas públicas que se demonstrarem eficazes independente de sua origem.

De qualquer forma, a legislação brasileira não permite o lançamento de candidaturas independentes e, para um país de dimensões continentais, o processo estipulado para o registro de novas legendas é moroso, podendo a criação de um novo partido levar anos para ser concretizada, o que ficou demonstrado na dificuldade que Marina Silva teve para fundar a Rede Sustentabilidade ou no tempo decorrido para o registro do Novo, legenda liberal originada por iniciativa de empresários ligados sobretudo ao setor financeiro. A postura de rejeição da “velha” política, assim, cai já de início em aparente contradição: esses movimentos, ao mesmo tempo que vêm para substituir as elites políticas correntes, precisam lançar seus candidatos de forma dispersa nos vários partidos políticos já existentes.

É possível, assim, enunciar uma definição minimalista de Movimento de Renovação Política: *MRPs são organizações suprapartidárias que têm como principal propósito projetar novas lideranças políticas, recrutando-as a partir da sociedade civil e lançando suas candidaturas por dois ou mais dos partidos políticos já existentes.* A multiplicidade de siglas partidárias explicitada na definição é conveniente para diferenciar os grupos de renovação de tendências ou facções internas a certo partido político.

Moura (2019, p. 87) citou onze dessas organizações: Acredito, Agora!, Brasil 21, Livres, Muitas, Nós, Raps, RenovaBR, Ocupa Política, Vote Nelas e Bancada Ativista.

Campos (2023, p. 49) adicionou à lista de Moura os movimentos populares de direita que foram os principais realizadores dos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff: VPR, Revoltados Online e MBL. É preciso destacar, contudo, que desses três, apenas o MBL parece caber na definição de MRP dada acima, já que lançou candidatos em 2018 por diversos partidos políticos (Boletim da Liberdade, 2018) e tem na política representativa sua atividade principal, sendo sua liderança mais conhecida o deputado federal Kim Katagiri (UNIÃO/SP).

A forma de operação dessas organizações é variada: Raps e RenovaBR funcionam como uma *escola* para candidatos estreantes, fornecendo cursos de formação pouco antes das eleições para as lideranças, que são escolhidas por processo seletivo. Associada à esquerda, a Bancada Ativista se destacou pelo lançamento das chamadas candidaturas coletivas por partidos como o PSOL. Já o Acredito e o Livres são associações com governança eleita democraticamente por seus integrantes. O Vote Nelas e o Juntas têm como meta a potencialização de candidaturas femininas, assumindo o segundo grupo um contorno decididamente de esquerda ao se declarar em sua bio no Instagram como um “coletivo nacional de mulheres feministas, antirracistas e anticapitalistas”. Todas, no entanto, têm em comum a meta de renovar a política brasileira lançando estreantes competitivos na disputa eleitoral, de forma que o conceito enunciado nesta seção se sustenta e contempla as organizações rotineiramente denominadas de movimentos de renovação pela academia e pela imprensa, o que dá sustentação à definição na página anterior.

3.2 Casos selecionados

Por mais que 2018 tenha representado o ápice, em muitas décadas, do processo de renovação dos quadros políticos brasileiros, este capítulo focará na atuação dos MRPs nas eleições gerais de 2022. O motivo para tanto é o fato de que o Twitter não permite a mineração retroativa de dados, de forma que não é possível obter informações passadas das contas pertinentes para análise.

Para constituir a amostra, foram selecionados três movimentos: Acredito, Livres e RenovaBR. Duas são as motivações para esse recorte. A primeira delas é o fato de que esses grupos divulgam de forma transparente uma lista de pré-candidaturas em suas mídias oficiais, facilitando a busca. Em segundo lugar, as distinções existentes entre esses três movimentos tornam possível o teste das hipóteses que serão enunciadas adiante. O RenovaBR é uma escola de candidatos disposta a acolher indivíduos filiados a qualquer partido político. Os

outros dois MRPs são associações voluntárias, sendo que o Acredito tem um discurso mais centrado na promoção da igualdade de oportunidades, enquanto o Livres preza sobretudo a primazia da liberdade individual.

De forma a tornar o tópico mais familiar ao leitor e desenvolver as hipóteses que estarão sujeitas a testes quantitativos, uma breve descrição e histórico de cada uma das três instituições serão dados a seguir.

3.2.1 Movimento Acredito

O Movimento Acredito foi fundado em 2017 por Tabata Amaral, José Frederico Lyra Netto e Felipe Oriá, três jovens brasileiros então recém-egressos da Universidade de Harvard, onde haviam obtido, respectivamente, o título de bacharel em Ciência Política, mestre em Políticas Públicas e mestre em Ciência Política.

Em manifesto de lançamento reproduzido em notícia do jornal Folha de S. Paulo (2017a), o Acredito destacou feitos comumente atribuídos tanto à gestão tucana, como a estabilização da economia, quanto a governos petistas, como a criação e expansão de programas de erradicação da pobreza, ao mesmo tempo em que retratava os jovens como estando até então na condição de observadores passivos, exortando-os à ação política. Nas palavras do próprio movimento:

Foi uma geração admirável. Derrubou uma ditadura. Deu vida à democracia e voz a um Brasil esquecido. Universalizou o acesso à educação e à saúde que, apesar das limitações, se tornaram direitos em uma constituição audaciosa. Estabilizou a economia e fez dela a sétima maior do mundo. Valorizou o salário mínimo de forma revolucionária. Tirou milhões de pessoas da pobreza e foi exemplo em redução de desigualdade. Fortaleceu nossas instituições.

Não reconhecer a grandeza do que foi alcançado nos últimos 30 anos é não apenas míope, mas desonesto.

Enquanto isso, nós, nos bancos da escola, idealizávamos heróis. Para uns, o intelectual que colocou o país no ritmo do mundo. Para outros, o operário que fez o mundo admirar o país. Testemunhamos tudo com o fascínio da juventude. Da estabilização econômica a um compromisso nacional contra a fome e a miséria. Crescemos em um tempo em que, ano a ano, o melhor parecia sempre estar por vir. O país do futuro era o do nosso presente (...). (Folha de S. Paulo, 2017a)

O site do movimento encontra-se, no momento da publicação deste trabalho,

desativado, mas a utilização da ferramenta online Wayback Machine (<http://web.archive.org>) permite recuperar o conteúdo das páginas. Em seu endereço na internet no dia 27 de março de 2019, os seguintes valores programáticos eram listados nesta ordem: dignidade e igualdade de oportunidades; diversidade; ética e transparência; estado eficiente; sociedade plural e livre; economia empreendedora e competitiva; e sustentabilidade (Movimento Acredito, 2019).

A saliência de questões de igualdade socioeconômica na lista elencada parece sugerir um posicionamento de centro-esquerda, mesmo que esse possa ser mitigado com o apreço pela eficiência governamental e pelo empreendedorismo característicos de um campo liberal que, no contexto brasileiro, se encontra mais frequentemente alinhado à direita. Não obstante a possibilidade de se classificar o Acredito no espectro esquerda-direita comumente aceito na Ciência Política, os fundadores da organização, em seu começo, tipicamente rejeitavam rótulos posicionais. Em reportagem da Folha de S. Paulo (2017b), Lyra Netto pronunciou-se em favor de um pragmatismo quanto à proposição de políticas públicas. "Queremos soluções para os problemas, independentemente se elas vêm da direita ou da esquerda", declarou.

Tabata, que viria a ser eleita deputada federal em 2018 e reconduzida ao cargo em 2022, havia sido aluna da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), iniciativa do empresário Guilherme Leal, controlador da multinacional brasileira de cosméticos Natura e candidato à vice-presidência da República na chapa de Marina Silva em 2010. Várias das lideranças cívicas do Acredito também foram bolsistas do RenovaBR, escola de candidatos que constitui um dos três casos estudados neste capítulo e que será abordada adiante (Moura, 2019).

O movimento é aberto à filiação daqueles que compartilham seus valores e escolhe coletivamente, no nível federativo, as lideranças cívicas a serem candidatas aos cargos em disputa no pleito do ano respectivo.

Como os MRPs precisam lançar seus postulantes por via dos partidos já existentes, é natural que os primeiros busquem firmar relações estáveis com os segundos. Para isso, em 2018, o Acredito assinou cartas-compromisso com PV, PPS (atual Cidadania), REDE Sustentabilidade, o PSB e o PDT (Diário da Manhã, 2018; Brazil Journal, 2018, Movimento Acredito, 2018), de forma a garantir, dentre outras coisas, a autonomia dos mandatários oriundos dos movimentos em relação às bancadas dos partidos e a direção do mesmos.

Em 2018, o Acredito conseguiu eleger quatro lideranças: os deputados federais Felipe Rigoni (PSB/ES) e Tabata Amaral (PDT/SP), o deputado estadual Renan Ferreirinha (PSB/RJ) e o senador Alessandro Vieira (REDE/SE). Os três congressistas integrantes do movimento organizaram-se, notoriamente, em um único gabinete compartilhado, de forma a

tornar a atuação do trio mais integrada e menos onerosa aos cofres públicos. Para a legislatura iniciada em 2023, o Gabinete Compartilhado conta com os dois legisladores que conseguiram se reeleger (Tabata Amaral e Alessandro Vieira), além de outros cinco parlamentares de diferentes partidos e unidades da federação que não são membros do movimento (Folha de S. Paulo, 2023).

Não tardou, porém, para que eclodisse um conflito entre os deputados do Acredito e as lideranças partidárias consolidadas. No dia 10 de julho de 2019, Amaral e Rigoni votaram a favor da Reforma da Previdência (posteriormente transformada na Emenda Constitucional nº 103/2019) contra as orientações de suas respectivas bancadas, justificando seus posicionamentos através do compromisso com a responsabilidade fiscal. A reação foi imediata.

Exatamente uma semana depois, o presidente do PDT, Carlos Lupi, anunciou que seu partido não iria mais acolher candidatos de movimentos que recebem financiamento privado (CartaCapital, 2019). Quatro dias antes, Ciro Gomes, candidato presidencial da sigla em 2018, havia acusado o Acredito de ser “partido clandestino” (Folha de S. Paulo, 2019).

O contra-ataque de Amaral e Rigoni veio em outubro daquele ano. Ambos, ao lado de outros cinco parlamentares do PDT e do PSB, anunciaram que buscariam na Justiça Eleitoral o direito a trocarem de partido político sem incorrerem na perda de seus mandatos por infidelidade partidária, acusando os mesmos de falta de diálogo, perseguição e ausência de democracia interna.

No dia 13 de abril de 2021, o TSE, por 4 votos a 3, reconheceu o direito de Felipe Rigoni de abandonar o PSB (Tribunal Superior Eleitoral, 2021), com o ministro Luís Roberto Barroso abrindo divergência com o relator do processo, ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, e afirmando que a carta-compromisso assinada entre a comissão executiva do PSB e o Movimento Acredito se sobrepuja à posição do partido quanto à matéria votada em Plenário dois anos antes. Por maioria mais folgada (6 votos a 1), no dia 25 de maio daquele ano, a mesma corte decidiu, também com base no compromisso firmado entre partido e movimento, que Tabata possuía o direito de abandonar o Partido Democrático Trabalhista sem prejuízo de seu mandato (CartaCapital, 2021).

O caso do Acredito ilustra o dilema central dos novos movimentos cívicos de renovação política: lançando candidatos, promovendo agenda política específica e gozando de identidade própria, seriam os MRPs competidores ou colaboradores dos partidos políticos tradicionais?

Fato é que, para o pleito de 2022, a disputa entre as partes e a decisão do TSE

ajustaram as expectativas de parte a parte, que modificaram suas estratégias: os partidos atingidos passaram a rejeitar o instrumento das cartas-compromisso, e o próprio Acredito deixou de exigir a assinatura de carta-compromisso como pré-condição para filiação de seus associados aos primeiros (Estadão, 2022).

Em 2022, o Acredito conseguiu reeleger duas de suas lideranças: a deputada federal Tabata Amaral (PSB/SP) e a estadual Marina Helou (REDE/SP).

3.2.2 Livres

O Livres é um movimento de renovação política de inclinação liberal surgido primeiramente como tendência interna do Partido Social Liberal (PSL) entre o final de 2015 e o início de 2016. Em pouco tempo, o grupo passou a controlar a comunicação do partido nas redes sociais e mais de dez dos seus diretórios estaduais.

Dentre os idealizadores da associação, encontra-se Sérgio Bivar, filho de Luciano Bivar, fundador da legenda e controlador da mesma desde sua fundação, que fez um convite a lideranças tradicionais do movimento liberal brasileiro, dentre os quais o gaúcho Fábio Ostermann, um dos fundadores do MBL e ligado ao Instituto Mises, think tank libertário, Elena Landau, diretora de privatizações durante o governo Fernando Henrique Cardoso, e Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central no mesmo período (Livres, 2021).

Em sua tese de doutorado, Camilla Rocha (2018b, p. 185), a partir da coleta de depoimento de Ostermann, retrata o desenvolvimento embrionário do Livres como fruto de uma cisão entre liberais conservadores, que escolheram o Partido Social Cristão (PSC) e liberais mais progressistas no eixo dos costumes, que preferiram se abrigar no PSL. Ironicamente, desde o começo, esses elementos minarquistas e anarcocapitalistas conviveram dentro da legenda com liberais de matiz social, advindo de meios como o Instituto Mercado Popular, descrito como *left-lib* (liberal de esquerda) no depoimento dado por Ostermann a Rocha.

O grupo é bastante denso do ponto de vista ideológico e programático, promovendo vários grupos de estudo e de leitura sobre a doutrina liberal. A mesma, porém, é bastante diversificada: de um lado, há aqueles que enfatizam as *liberdades negativas*, entendidas por Isaiah Berlin (1958) como o direito do indivíduo de se viver livre de intervenções indevidas de outros atores, o estado em particular. Esses tendem a preconizar um papel nulo ou limitado do estado na mitigação de desigualdades sociais e têm por referência pensadores como John Locke, Robert Nozick, Ludwig von Mises, Friedrich Hayek e teóricos radicais do

libertarianismo de direita, como Murray Rothbard e Hans-Hermann Hoppe. Já outras vertentes do liberalismo apregoam a importância das *liberdades positivas* ou “liberdades para”, uma vez que, na visão desses, a ausência de coesão externa não tem grande valia se o indivíduo não possuir os recursos para dispor de sua liberdade da maneira mais satisfatória possível. Esses também demonstram apreço por uma lista ampla de teóricos, dentre os quais John Stuart Mill, John Rawls, Karl Popper, Amartya Sen e o brasileiro José Guilherme Merquior, considerado por esse grupo grande intérprete do liberalismo.

Dada tamanha heterogeneidade, é importante fazer o exercício de conferir a lista de princípios do Livres e a ordem com que eles aparecem, tal como foi feito com o Acredito na sessão anterior. Em álbum da página do movimento no Facebook em junho de 2017, quando ainda estava abrigado no PSL, o movimento elenca dezesseis princípios, que podem ser sumarizados na seguinte ordem: a ausência da coerção de um indivíduo sobre o outro; a economia de mercado; a liberdade para expressar opiniões que não impliquem no exercício da violência contra outrem; direitos de propriedade bem definidos; a isonomia da legislação; a preferência pela redução da carga tributária; a focalização de programas sociais nos mais pobres; a liberdade para consumir alimentos, bebidas e substâncias mesmo que consideradas nocivas; a abertura comercial; o pacifismo; a proteção do meio ambiente; o estímulo à inovação; a regulamentação de atividades econômicas por mecanismos de *accountability* e a oposição à regulamentação por expedição de licenças; a responsabilidade fiscal; a não obrigatoriedade do voto e do serviço militar; e o direito à privacidade (Livres, 2017).

A prevalência de valores focados nas liberdades negativas e no governo limitado, mesmo que com espaço para investimentos sociais, parece colocar o movimento à direita do centro, com a observação importante de que, a partir dos mesmos princípios, é derivada uma postura de liberalismo nos costumes que alude inclusive à legalização das drogas, pautas que tendem a encontrar mais abrigo em correntes políticas de esquerda. De fato, um dos *slogans* frequentemente utilizados pelo Livres para resumir suas posições é a ideia de ser um movimento *liberal por inteiro*, acusando a esquerda de interferir na liberdade individual na esfera econômica e a direita tradicional de violar o direito de cada cidadão de decidir seu próprio estilo de vida.

A estratégia do Livres de promover de dentro para fora a transformação do PSL de um partido pragmático para um de fortes convicções liberais parecia estar dando certo durante os anos de 2016 e 2017. Segundo vídeo da organização no YouTube, o grupo chegou a controlar doze diretórios estaduais, o Conselho de Ética, a fundação partidária e desenhou novos programa e estatuto partidário.

O grande baque, contudo, veio no dia 5 de janeiro de 2018, quando Luciano Bivar acolheu Jair Bolsonaro dentro de sua sigla, mirando um crescimento explosivo do partido mediante as eleições presidenciais (Estadão, 2018). O Livres, dessa forma, viu-se obrigado a comunicar sua saída do PSL, tornando-se um movimento suprapartidário que lançaria suas candidaturas por várias legendas diferentes, como NOVO, PPS, DEM, PSDB, dentre várias outras.

Em 2018, o grupo elegeu oito lideranças: o senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL); os deputados federais Tiago Mitraud (NOVO/MG) e Marcelo Calero (PPS/RJ), ex-ministro da Cultura do então presidente Michel Temer; e os estaduais Fábio Ostermann (NOVO/RS), Bruno Souza (PSB/SC), Davi Maia (DEM/AL), Guilherme da Cunha (NOVO/MG) e Daniel José (NOVO/SP). Outros congressistas, como o deputado federal Daniel Coelho (PPS/PE), passariam a figurar nos quadros da autodenominada “Bancada da Liberdade” ao longo da legislatura.

O Livres se reestruturou após a debandada do PSL, destacando-se a criação de um Conselho Acadêmico que notoriamente inclui vários economistas ligados aos governos de Fernando Henrique Cardoso, como Elena Landau, Persio Arida e Ricardo Paes de Barros. A organização conta com lideranças estaduais e municipais eleitas por seus membros, além de uma sede física, a Casa Livres, no bairro Bela Vista, em São Paulo.

Nas eleições gerais de 2022, foram eleitos os deputados estaduais Emerson Jarude (MDB/AC) e Cibele Moura (MDB/AL), a vice-governadora de Pernambuco, Priscila Krause (CIDADANIA/PE), na chapa de Raquel Lyra, além de ter sido reeleito o deputado federal Alex Manente (CIDADANIA/SP). Pedro Cunha Lima (PSDB/PB), filho do ex-senador Cássio Cunha Lima, que chegou ao segundo turno na eleição para governador de seu estado, também filiou-se ao movimento durante seu mandato como deputado federal.

3.2.3 RenovaBR

O RenovaBR é uma escola de candidatos que aceita integrantes de todos os partidos. As lideranças selecionadas pelo processo seletivo podem, após concluir curso, fazer campanha política com o selo de líder associado ao movimento. Durante a formação política, cada contemplado tem acesso a bolsa de estudos e aprende sobre temas relacionados a finanças governamentais, políticas públicas, estratégias de campanha e ética. Segundo a edição brasileira da revista Forbes (2018), o programa tem como referência a agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Dentre os lecionadores, encontram-se

nomes como os dos economistas Ricardo Paes de Barros e Marcos Lisboa, dentre outros (Moura, 2019, p. 103) Se eleitos, o mandato de suas lideranças recebe acompanhamento da organização.

Seu principal idealizador é o empresário Eduardo Mufarej, co-fundador e ex-CEO da Tarpon Investimentos e ex-presidente da Somos Educação e Omega Energia Renovável. Antes de lançar a iniciativa, Mufarej havia sido um dos idealizadores do NOVO, afastando-se do partido desde então.

A iniciativa angariou apoio de nomes como o do apresentador de televisão Luciano Huck, que cogitou se lançar à corrida presidencial nos certames de 2018 e 2022 e é co-idealizador de outro movimento de renovação política, o *Agora!*, e do empresário Abílio Diniz, controlador do Grupo Pão de Açúcar, dentre outros.

Se Acredito e Livres possuem características mais parecidas com movimentos sociais e partidos políticos, sendo providos de estrutura associativa que escolhe suas lideranças por eleições internas, esse não é o caso do RenovaBR, que se trata de iniciativa de uma coalizão de nomes do empresariado em favor da capacitação de interessados com a intenção declarada de melhorar a qualidade dos agentes políticos brasileiros. Os pré-candidatos agraciados com as bolsas de estudo não se tornam, eles próprios, membros da associação. Torna-se mais difícil, dessa forma, traçar o perfil programático do grupo. De fato, em seu site, o movimento declarou ter recebido afiliados de todos os partidos políticos brasileiros para a capacitação para as eleições municipais de 2020 (RenovaBR, 2019). Todavia, ainda é possível se valer, para efeito de comparação, de lista de princípios elencados pelo grupo em seus canais oficiais.

Na versão mais antiga que foi possível encontrar do site da organização, são listados três princípios: democracia, ética e vontade de servir a sociedade, além de seis visões para o Brasil do futuro: combate irrestrito à corrupção; gestão fiscal responsável; priorização do cidadão em detrimento da máquina pública; políticas sociais que eliminem a desigualdade de acesso à educação básica, saúde e segurança de qualidade; respeito às liberdades individuais e gestão sustentável dos recursos naturais (RenovaBR, 2017).

Os valores proclamados pelo RenovaBR também parecem conter ecos de uma visão de mundo liberal, sobretudo no que coloca o indivíduo em contraposição à máquina do governo. Por outro lado, a centralidade de políticas de eliminação da desigualdade de oportunidades é ressaltada.

Ainda assim, o modo vago como o RenovaBR define suas diretrizes programáticas, bem como aspectos da maneira como a associação opera, é alvo costumeiro de críticas.

A concessão de bolsas de estudo pela instituição é frequentemente vista pelos críticos

como uma maneira de driblar o veto ao financiamento de campanha por pessoas jurídicas instituído em entendimento do Supremo Tribunal Federal no ano de 2015. Já nos primeiros dias do movimento, o deputado federal Jorge Solla (PT/BA) pediu à então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, uma investigação sobre o fundo do RenovaBR destinado a financiar os pagamentos das bolsas de estudo (Estado de Minas, 2017).

Outro apontamento frequente de opositores do grupo, particularmente daqueles alinhados à esquerda, é a ideia de que, em verdade, os parlamentares eleitos não são independentes entre si e não seguem a orientação de suas lideranças partidárias, sendo na verdade uma bancada destinada a fazer avançar a agenda da classe empresarial que financia o RenovaBR. Notoriamente, é atribuído aos congressistas associados a esse MRP o epíteto de “bancada Lemann”, referência ao bilionário Jorge Paulo Lemann, um dos sócios da 3G Capital, *holding* que detém o controle de empresas como as Lojas Americanas e as alimentícias Kraft Heinz e Hemmer, além de compartilharem a maioria da AB InBev com famílias belgas. O RenovaBR, entretanto, negou em 2019 que Lemann fosse um de seus financiadores (Estado de Minas, 2019). Quanto à atuação dos parlamentares egressos do curso oferecido pela associação, a evidência em relação a uma suposta atuação conjunta dos mesmos é mista. Cunha (2023) apontou coesão dos membros do movimento na votação de algumas matérias no Congresso Nacional, tais como a Reforma da Previdência, a privatização dos Correios e o Marco Legal do Saneamento, mas comportamentos diversos com respeito ao alinhamento ao governo e à apreciação de outras pautas, tais como a privatização da Eletrobras, e a votação do PL 3729 de 2004, que buscava flexibilizar a necessidade de licenciamento ambiental em vários setores da economia. E Picussa, Souza e Codato (2023), após teste de hipótese para a Câmara dos Deputados, não encontraram evidência de maior divergência em relação aos partidos dentre deputados oriundos de MRPs, além do fato de que os padrões de votações dos diferentes deputados federais pertencentes ao subgrupos não demonstram padrões de convergência.

Em 2018, o RenovaBR elegeu nove deputados federais: Felipe Rigoni (PSB/ES), Tabata Amaral (PDT/SP), Tiago Mitraud (NOVO/MG), Lucas Gonzales (NOVO/MG), Vinicius Poit (NOVO/SP), Luiz Lima (PSL/RJ), Marcelo Calero (PPS/RJ), Paulo Ganime (NOVO/RJ) e Joênia Wapichana (REDE/RR). Como apontado em seções anteriores, Rigoni e Amaral também são integrantes do Movimento Acredito, enquanto Mitraud e Calero já faziam parte do Livres ao serem eleitos. No mesmo certame, o RenovaBR logrou eleger para as Assembleias Legislativas os deputados estaduais Davi Maia (DEM/AL), Daniel José (NOVO/SP), Marina Helou (REDE/SP), Ricardo Mellão (NOVO/SP), Heni Ozi Cukier

(NOVO/SP) e Fabio Ostermann (NOVO-RS), constando Ostermann e José no quadro de integrantes do Livres.

Em seu relatório sobre o pleito de 2022, a organização trouxe o nome de sete lideranças eleitas para deputado federal: Camila Jara (PT/MS), Daniel Soranz (PSD/RJ), Fernando Marangoni (UNIÃO/SP), Pedro Aihara (PATRIOTA/MG), Samuel Viana (PL/MG), Luiz Lima (PL/RJ) e Tabata Amaral (PSB/RJ). Também foram bem-sucedidos os estaduais Paula Titan (MDB/PA), Michelle Melo (PDT/AC), Marina Helou (REDE/SP), Lohanna França (PV/MG), Dani Alonso (PL/SP), Carlos Lula (PSB/MA), Lucas Scaramussa (MDB/PA), Leo Siqueira (NOVO/SP), Augusto Zacarias (UNIÃO/SP), Gerson Pessoa (PODE/SP) e Fábio Oliveira (PODE/PR). Outrossim, é importante ressaltar que, no cômputo de seus resultados, o movimento incluiu alunos formados em turmas de anos anteriores, tanto das eleições gerais de 2018 quanto das disputas municipais de 2020 (RenovaBR, 2022, p. 44-45).

3.3 Dados e hipóteses

Antes de prosseguir ao resumo dos dados empregados e à enunciação das hipóteses alvo de teste, vale ressaltar que não é meta deste capítulo *esgotar* a catalogação e a quantificação dos determinantes de filiação partidária de candidatos lançados por movimentos de renovação, dada a insuficiência dos dados ante à elevada fragmentação partidária brasileira, que fornece aos novos postulantes diversas opções similares de partido político; o número limitado de variáveis independentes que pode ser incorporado com o número de unidades de análise incorporadas no estudo e a presença de fatores como a interação dos candidatos com o contexto estadual e mesmo local, como o alinhamento de cada diretório estadual à disputa pelo governo das unidades federativas e o cálculo estratégico das lideranças consolidadas do partido político, que, conhecedoras das implicações do sistema proporcional de lista aberta, não querem prejudicar sua elegerabilidade incluindo nos quadros das siglas alguém que capacidade de atrair uma votação marginalmente superior às suas próprias. Para a investigação desses fatores, faria mais sentido um modelo qualitativo de pesquisa, focado no estudo de casos cuidadosamente selecionados. É relevante, de qualquer maneira, responder até que ponto os fatores mensuráveis pelo desenho de pesquisa adotado nesta dissertação determinam o comportamento das unidades de análise. Obter a correlação entre variáveis mais gerais e a escolha partidária, inclusive, é importante para a seleção e o estudo de *outliers* por métodos mais intensivos em informação para cada unidade de análise.

Uma vez que a intenção deste estudo é medir o posicionamento de candidatos oriundos de MRPs em 2022, o primeiro passo foi reproduzir a análise feita no capítulo anterior, que abrangeu as legislaturas de 2015 e 2022, para as bancadas de deputados federais que tomaram posse em 2023.

A coleta foi feita no Twitter no dia 11 de outubro de 2022. Foi possível calcular os pontos ideais de 440 legisladores. O universo de contas politicamente relevantes para classificar os parlamentares – isso é, aquelas seguidas por ao menos trinta deles – abrangeu 810 perfis do Twitter, a maioria dos quais de atores políticos, jornalistas e veículos de informação, mas com a inclusão também de artistas como Caetano Veloso e o rapper Emicida e a plataforma de streaming Netflix.

As contas de candidatos ligados ao Acredito, ao Livres e ao RenovaBR e que se candidataram aos cargos de deputado federal ou deputado estadual foram listadas anteriormente, no dia 3 de maio de 2022. A restrição do catálogo a candidaturas proporcionais deveu-se à ideia de que, uma vez que os eleitos a deputado são obrigados a permanecer nos partidos ao longo dos mandatos, salvo a existência das janelas partidárias em anos eleitorais, a escolha de partido tem implicações mais decisivas para esse conjunto de postulantes do que para os que se lançam, por exemplo, ao Senado Federal ou aos governos estaduais. A busca foi feita no site oficial do Livres e nos perfis do RenovaBR e do Movimento Acredito no Instagram. Foram encontrados 107 perfis, sendo 20 deles filiados ao Acredito, 31 ao Livres e 56 ao RenovaBR. As abordagens para a localização das contas foram diversas, como a busca dos endereços digitais dos postulantes na plataforma do TSE ou a presença de link ao perfil do Twitter em perfis dos candidatos de outras plataformas. Foram incluídas apenas os perfis nos quais ao menos um ato de campanha eleitoral foi encontrado, excluindo-se assim aquelas de uso estritamente pessoal. Dentre os alunos do RenovaBR, existiram alguns candidatos filiados também aos outros dois MRPs: 8 membros do Acredito e 10 dos integrantes do Livres localizados no Twitter também fizeram parte da turma da escola de candidatos em 2022. Não foram constatadas na amostra duplas filiações entre o Livres e Acredito, reflexo do fato de que as duas associações possuem contornos programáticos distintos, embora não de todo divergentes, enquanto o RenovaBR é uma escola de candidatos que não filtra os postulantes a sua formação por filiação partidária. Abaixo, a tabela 7 traz um resumo das amostras obtidas para os três movimentos de renovação política, enquanto o quadro 3 mostra os nomes dos líderes eleitos de cada um deles.

Antes de prosseguir, é necessário ressaltar diferenças, no âmbito dos candidatos eleitos, entre aqueles anunciados pelos movimentos em seus diversos endereços na internet,

conforme listados nas subseções anteriores dedicadas a resumir cada MRP, e aqueles encontrados na amostra. Em primeiro lugar, o RenovaBR elencou em sua conta no Instagram como líderes apenas estreantes, enquanto em seu relatório anual de 2022 figuram lideranças reeleitas e bolsistas que fizeram a formação em ciclos eleitorais anteriores.

Tabela 7 - Movimentos de Renovação Política: sumário da amostra obtida via Twitter

Movimento	Usuários	Dupla filiação*	Estadual	Federal	Eleitos
Acredito	20	8	12	8	2
Livres	31	10	12	19	1
RenovaBR	56	18	28	28	5

* Necessariamente entre RenovaBR e um dos outros dois MRPs

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Quadro 3 - Candidatos eleitos dos Movimentos de Renovação Política presentes na amostra

Movimento	Eleito	Cargo	Usuário	Partido/UF
Acredito	Tabata Amaral*	Deputada federal	tabataamaralosp	PSB/SP
Acredito	Marina Helou*	Deputada estadual	marina_helou	REDE/SP
Livres	Emerson Jarude	Deputado estadual	emersonjarude	MDB/AC
RenovaBR	Carlos Lula	Deputado estadual	carloسلula	PSB/MA
RenovaBR	Daniel Soranz	Deputado federal	danielsoranz	PSD/RJ
RenovaBR	Gerson Pessoa	Deputado estadual	gersonpessoa	PODE/SP
RenovaBR	Leo Siqueira	Deputado estadual	leosiqueirabr	NOVO/SP
RenovaBR	Fernando Marangoni	Deputado federal	marangoni_fer	UNIÃO/SP

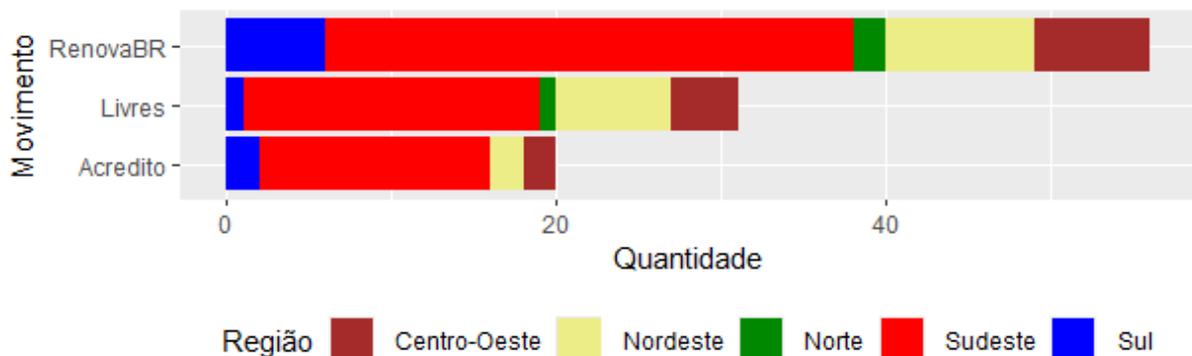
Fonte: elaborado pelo próprio autor

Outro aspecto importante é a distribuição dos candidatos por região, conforme ilustrado na figura 10. É perceptível um amplo predomínio do Centro-Sul brasileiro e, em particular, da região Sudeste, que corresponde a mais da metade das candidaturas dos três movimentos, o que não é um padrão surpreendente postas as amplas desigualdades regionais brasileiras e a constatação de que, historicamente, partidos programaticamente engajados e movimentos sociais tiveram origem nas partes do País de maior população, renda, veículos de informação capazes de dar destaque a novos desenvolvimentos políticos e com maior capacidade de mobilização da sociedade civil. A observação de tal padrão independente do matiz ideológico da organização em questão.

Nas primeiras eleições federais das quais participou, em 1982, o Partido dos

Trabalhadores elegeu um deputado em Minas Gerais, um no Rio de Janeiro e seis em São Paulo. Outra legenda de esquerda mais recente, o PSOL, que apareceu após dissidência interna do PT no primeiro governo Lula, fez três legisladores federais em 2006: Luciana Genro (RS), Ivan Valente (SP) e Chico Alencar (RJ). Também na fundação de legenda engajada de direita o padrão se repete: em 2018, primeira disputa nacional do NOVO, a agremiação de matiz liberal conquistou na Câmara dos Deputados duas cadeiras por Minas Gerais, uma pelo Rio de Janeiro, uma no Rio Grande do Sul, uma em Santa Catarina e três em São Paulo. O congresso que criou o Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocorreu em 1984 em Cascavel, no Paraná, com suas primeiras ocupações de terra em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (MST, 2024). Na direita, grupos instrumentais nos protestos a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, como o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL), têm sede em São Paulo.

Figura 10 - Quantidade de candidatos na amostra por região do Brasil



Fonte: elaborado pelo próprio autor

Nesse sentido, entretanto, o Livres constitui um caso especial: sua relativa expressividade no Nordeste (23% de suas candidaturas, contra 5% das do Movimento Acredito e 16% daquelas do RenovaBR) é explicada em parte pela presença de três candidatos em Pernambuco, afora aqueles que não foram incluídos na amostra, como o deputado federal Daniel Coelho e a vice-governadora Priscilla Krause. Conhecendo-se a história do grupo, a boa estrutura de que o Livres goza naquele estado não é surpreendente: suas origens no PSL por via de Sérgio Bivar, filho do político pernambucano que controlou a legenda até sua fusão com o DEM, proporcionou uma boa densidade política na unidade federativa em questão. O Rio de Janeiro é outro estado em que o Livres dispõe de lideranças significativas: seu presidente até 2021, Paulo Gontijo, é fluminense, além da presença de

nomes como o de Marcelo Calero, ex-ministro da Cultura da Michel Temer, e do ex-deputado estadual Chicão Bulhões, que assumiu o cargo de secretário de desenvolvimento econômico do prefeito Eduardo Paes. Como movimento originado em partido político, o Livres apresenta-se mais profundamente estruturado, com vários órgãos internos de direção e de promoção das ações de seus associados.

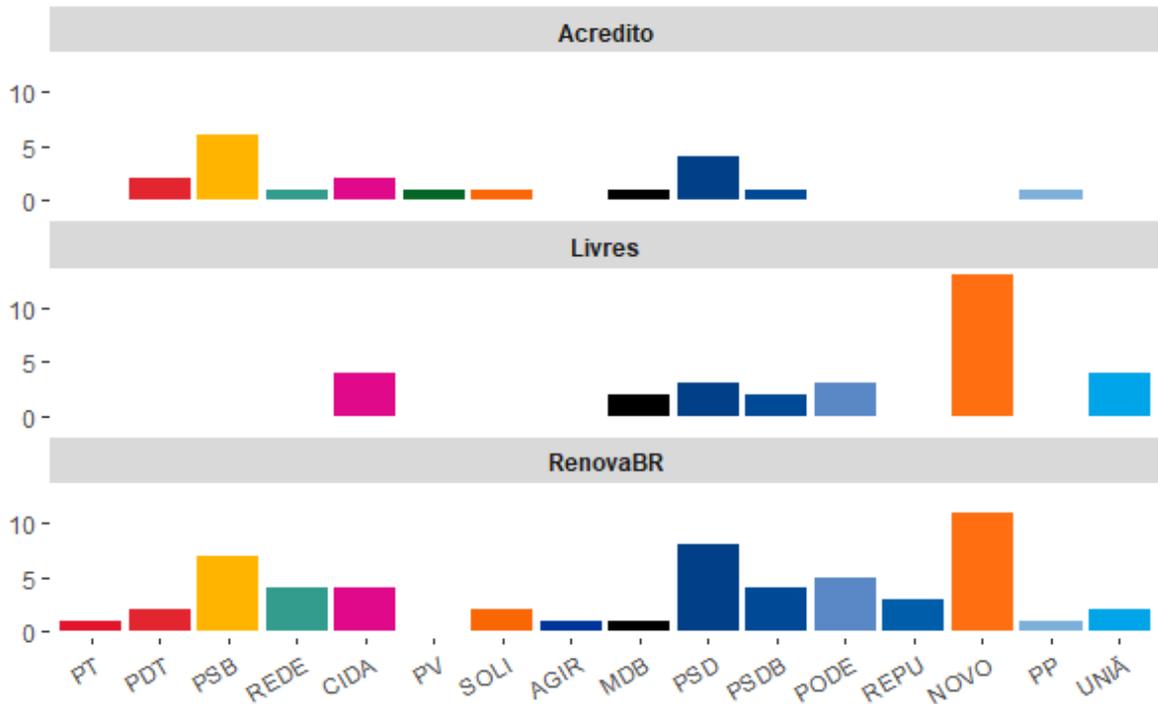
O Acredito apresenta-se como movimento menos estruturado, tendo como destaque os estados de São Paulo, domicílio eleitoral das deputadas Tabata Amaral e Marina Helou, e também o Rio de Janeiro, onde Renan Ferreirinha, ex-deputado estadual e suplente da bancada do PSD na Câmara dos Deputados, lidera a secretaria de educação da gestão Eduardo Paes. A conexão tanto do Livres quanto do Acredito ao grupo político do prefeito carioca parece oxigenar as atividades dos dois MRPs naquele estado, além de fazer sentido do ponto de vista programático, já que Paes fez a maior parte da sua carreira em partidos de centro-direita como o PSDB, o DEM, o MDB e o PSD ao qual é filiado atualmente, ao mesmo tempo em que a força do bolsonarismo no Rio de Janeiro promove a articulação do prefeito com grupos à esquerda. Ainda nesse sentido, também merece destaque a influência do apresentador de televisão Luciano Huck no ecossistema dos MRPs, sendo ele co-fundador do movimento Agora! e apoiador do RenovaBR.

Por fim, antes de se partir ao exercício de aferição de pontos ideais que é o cerne do esforço desta dissertação, é importante verificar como os candidatos se distribuem nos diferentes partidos políticos, demonstrada no gráfico de barras da figura 11.

Nos três casos, a razoável presença de filiações ao Cidadania, um dos partidos mais centristas nos surveys de elites de massa nos surveys em que é incluído, não se dá por acaso. Seu então presidente, Roberto Freire, abriu as portas do seu partido para os movimentos, gesto que foi concomitante com a mudança de imagem, programa e estatuto da sigla, que até 2019 se chamava PPS (Partido Popular Socialista). Participantes do Acredito, Livres, RenovaBR e Agora! foram alçados a posições no diretório nacional. Segundo a imprensa, uma das pretensões da direção da agremiação era buscar atrair Luciano Huck para uma candidatura presidencial em 2022 (Valor Econômico 2019; Veja, 2020). Tal acontecimento é capaz de ilustrar que a relação entre partidos e MRPs não é uma exclusivamente de disputa por atribuições. Com a crise política da década passada e o advento da Emenda Constitucional nº 97 (BRASIL, 2017), que estabeleceu uma cláusula de desempenho para nas eleições para a Câmara dos Deputados para que partidos disponham de acesso aos fundos partidário e eleitoral e acesso a tempo na televisão e no rádio, além de ter vetado coligações proporcionais a partir da disputa municipal de 2020, algumas legendas podem estar dispostas a conceder

liberdade no exercício dos mandatos a Movimentos de Renovação Política em troca de candidaturas fortes que possam engrossar suas bancadas.

Figura 11 - Distribuição dos candidatos oriundos de MRPs por partido político



Fonte: elaborado pelo próprio autor

Com essa breve exploração da base de dados constituída pelas lideranças de MRPs para as quais foi possível localizar perfis no Twitter, já é possível traçar algumas hipóteses.

As primeiras delas guardam relação com a ideologia dos candidatos individuais, dos movimentos a que pertencem e dos partidos a que se filiam. De forma a evitar dissonância para com suas bases eleitorais e, no caso de serem eleitos, reduzir o risco de divergência entre seu posicionamento individual e a orientação das lideranças de bancada, candidatos de MRPs preferirão se afiliar a legendas cujo ponto ideal no espaço ideológico esteja próximo de seu próprio e daquele do movimento de que fazem parte.

Cabe ressaltar que, da mesma forma que como nos partidos políticos, MRPs não são entidades ideologicamente monolíticas, podendo acomodar pessoas com visões de mundo de mundo distintas numa amplitude que seja grande o suficiente para agregar uma massa crítica de militantes dispostos a levar adiante suas bandeiras, mas que ao mesmo tempo não seja

elevada a ponto de fazer os pontos de divergência entre os participantes superarem em número ou intensidade aqueles de convergência. É necessário, portanto, fazer uma distinção entre os pontos ideais dos membros de MRPs e aquele da própria organização, que supostamente reflete os valores declarados em seus manifestos, eventos e ações políticas concretas. O quanto a filiação partidária vai ser sensível à ideologia do indivíduo ou à ideologia do movimento vai depender do grau de coesão da organização. No caso da amostra presente, no extremo positivo de coesão encontra-se o Livres, que possui vários órgãos de direção interna, sede própria e promove uma série de eventos online e presenciais para seus integrantes. O Acredito vem em segundo lugar pois, embora seja razoavelmente coeso em termos de programa, está estruturado de forma mais dispersa e frágil, de modo a influenciar menos as decisões de seus associados. Por último, encontra-se RenovaBR que, como escola de candidatos, assume menos funções características de partidos políticos que os outros dois MRPs. Seguindo Tsebelis (1997), é de se esperar que coletivos com maiores graus de coesão e disciplina sejam capazes de impor decisões uniformes aos indivíduos que os integram, ou ao menos de influenciá-los em suas escolhas.

Assim sendo:

H1) Candidatos oriundos de MRPs buscam se filiar a legendas cujo ponto ideal seja o mais próximo possível do ponto ideal de seu próprio.

H2) Candidatos oriundos de MRPs buscam se filiar a legendas cujo ponto ideal seja o mais próximo possível do ponto ideal dos movimentos a que pertencem.

H3) Quanto mais coeso for o MRP, maior a importância do ponto ideal coletivo relativo àquele individual para a escolha de filiação partidária.

Ainda pensando sobre a relação entre coesão e probabilidade de filiação, é pertinente para o candidato individual o grau de coesão do partido pelo qual ele está disposto a lançar sua candidatura. Em casos de grande semelhança ideológica entre o líder cívico que venha a ser eleito, o MRP e o partido, reduz-se a probabilidade de que o primeiro se veja obrigado a seguir a orientação da liderança partidária e desagradar sua base eleitoral ou a fazer o contrário, divergir do partido e enfrentar as possíveis sanções devido a infidelidade partidária, que pode, num extremo, acarretar no desligamento do político da legenda de que faz parte. Caso a diferença seja grande, é mais interessante ao candidato escolher uma sigla com bancada legislativa menos coesa e disciplinada e que portanto detenha menor capacidade de punir aqueles que divergirem da orientação das lideranças. Dessa forma, é possível enunciar mais uma hipótese:

H4) A probabilidade de um membro de MRP filiar-se a um partido cujo ponto ideal se

encontra distante de seu próximo aumenta à medida em que esse se apresentar menos coeso e menos disciplinado.

3.4 Metodologia

Repetida para a bancada eleita a estimação de pontos ideais realizada no capítulo anterior para deputados da 55ª e 56ª legislaturas, é necessário projetar o universo de contas seguidas por cada membro de MRP naquele de contas politicamente relevantes (isso é, aquelas seguidas por pelo menos trinta dos deputados federais eleitos) para obter seu ponto ideal.

Suponha que, com base num conjunto restrito de votações em Plenário, sejam estimados os pontos ideais dos legisladores por qualquer dos métodos disponíveis para tanto (DW-NOMINATE, IDEAL, Optimal Classification, etc.). Em seguida, um cidadão qualquer, do qual se deseja saber seu posicionamento ideológico, responde a um questionário no qual o mesmo expressa binariamente sua posição a respeito dos mesmos projetos de lei. Com base nas informações fornecidas pelo algoritmo escolhido no primeiro passo (pontos ideais dos legisladores e planos de indiferença das proposições votadas), o eleitor pode ter seu ponto ideal estimado no espaço gerado pelo comportamento legislativo dos deputados federais.

A mesma lógica se aplica à estimação de pontos ideais para um usuário do Twitter. No lugar das proposições legislativas, encontram-se as contas politicamente relevantes (conjunto **R**). Da lista de perfis seguidos pelo usuário, extrai-se aqueles que pertencem a **R**. Retoma-se, com ligeiras modificações, o modelo dado pela equação 1 do capítulo anterior.

$$P(y_j=1|\alpha_j, \beta, \theta, \phi_j, \gamma) = \text{logit}^{-1}(\alpha_j + \beta - \gamma(\theta - \phi_j)^2) \quad (1)$$

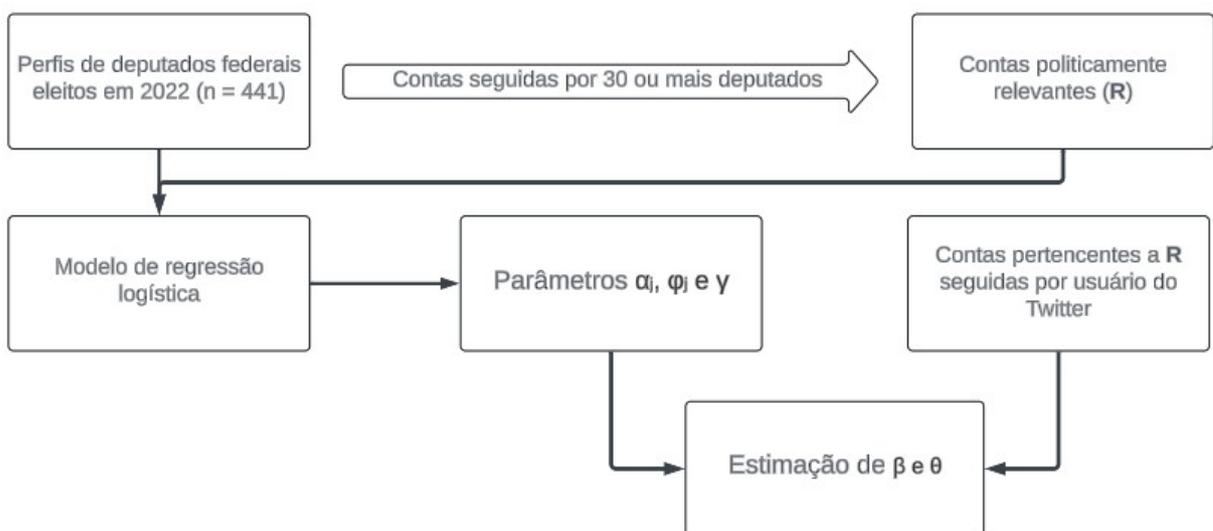
O índice $j = 1, \dots, n$ representa cada uma das n contas politicamente relevantes. y_j é igual a 1 se o usuário em questão seguir a conta j e 0 em caso contrário. Os parâmetros relativos a essas contas, α_j (relevância política da conta) e ϕ_j (ponto ideal da conta seguida), além de γ (sensibilidade do modelo logístico à distância ideológica entre o seguidor e o perfil seguido) já foram calculados na aferição de pontos ideais dos deputados federais e das contas relevantes, sendo necessário estimar apenas β e θ , relativos, respectivamente, ao interesse do usuário por política e ao ponto ideal do usuário, nossa principal variável de interesse.

Abaixo, o fluxograma representado na figura 12 mostra de maneira simplificada o passo-a-passo para a obtenção de pontos ideais de perfis do Twitter a partir de sua projeção no

modelo espacial obtido para as contas de elites políticas.

Antes de prosseguir, são relevantes algumas diferenças entre a obtenção de um modelo de pontos ideais via comportamento legislativo e o mesmo pela abordagem presente neste trabalho. Ao votar num projeto de lei, um parlamentar está decidindo se prefere o status quo ou a legislação que o substitui, além de levar em consideração fatores estratégicos, como a pressão de sua bancada e a influência do governo. A decisão de um usuário entre seguir ou não seguir um perfil numa mídia social, por outro lado, leva em conta o quanto o mesmo deseja ver na sua linha do tempo informação dele proveniente. O status quo, assim, é uma média de todo o conteúdo que ele já seguia antes de tomar a sua decisão, a qual é ponderada de alguma forma com a frequência com que o usuário busca a conta em questão ou interage com a mesma. Não sendo transparente o algoritmo que a plataforma usa para constituir a linha do tempo de cada usuário, não havendo como acessar sua linha tempo nem sendo possível saber em que ordem temporal ele passou a seguir cada uma das contas politicamente relevantes, não é possível estimar o ponto ideal do status quo.

Figura 12 - Esquema de projeção dos membros de MRP no modelo espacial dos deputados eleitos em 2022



Fonte: elaborado pelo próprio autor

O método de projeção possui características que favorecem sua aplicabilidade. Como cada usuário vai ser projetado de maneira independente dos outros no espaço de rede social criado pelas contas de deputados federais, é necessário estimar apenas três parâmetros ao invés dos milhares necessários na estimação dos parâmetros concernentes a deputados

federais e às contas por eles seguidas, o que reduz de maneira drástica o custo computacional. A adição de uma única no modelo inicial exigiria iniciar do zero o cálculo das variáveis α_j e φ_j , o que configura uma abordagem pouco prática para a obtenção de pontos ideais em larga escala. Em segundo lugar, adotar como referência políticos detentores de mandatos como aqueles que definem o conjunto de contas politicamente relevantes faz sentido num primeiro momento, dado o poder de agenda significativo que essas lideranças têm por deter o poder decisório. Isso não significa, porém, que não seja possível em estudos posteriores adicionar a esse universo perfis de outros atores influentes, como personalidades politicamente engajadas no meio digital, meios de comunicação, movimentos sociais, perfis institucionais de partidos políticos ou grupos de interesse.

Para testar as hipóteses H1 a H3, serão utilizados dois modelos diferentes. O primeiro, de regressão linear, tem como variável dependente o ponto ideal do partido a que o membro de MRP escolhe se filiar, e como variáveis independentes o ponto ideal individual do candidato e o ponto ideal médio do MRP a que pertencem.

$$x_{pi} = \alpha_0 + \alpha_{1i} x_i + \alpha_{2i} x_m + \varepsilon_i \quad (2)$$

Em que x_{pi} é o ponto ideal do partido escolhido pelo candidato i , x_i é seu ponto ideal, x_m é o ponto ideal do movimento a que pertence e ε_i um termo independente de erro. α_1 e α_2 são coeficientes a serem obtidos pelo modelo de regressão.

Constituindo a escolha filiação partidária, porém, uma variável categórica, o modelo linear carrega consigo o inconveniente de não ser passível de sofrer a incorporação de variáveis de controle que não interajam necessariamente com a ideologia. Em outras palavras, o modelo da equação 4 assume que o único fator que um candidato leva em conta ao escolher um partido político é sua ideologia. Para endereçar essa questão, um outro modelo, de regressão logística condicional, é testado, em que a probabilidade incondicional o candidato i decida se filiar ao partido j é dada por:

$$P(y_{ij}=1) = \text{logit}^{-1}(\beta_0 + \beta_1(x_i - x_j)^2 + \beta_2(x_{mi} - x_i)^2 + \beta_3 \sigma_{pi}(x_i - x_j)^2 + \beta_4 \Delta_j + \beta_5 S_{j2018} + \varepsilon_i) \quad (3)$$

As probabilidades de filiação, contudo, não são variáveis independentes. Se $y_{ip} = 1$, y_{ij} deve valer 0 para todos os valores de $j \neq p$, visto que candidato só pode se filiar a um partido, de modo que a tarefa relevante é estimar as probabilidades relativas de filiação a um partido

em relação àquelas de filiação a todos os outros. Trata-se de modelo já utilizado na Ciência Política para estudar os determinantes dos votos de eleitores (ex.: Franklin e Renko, 2013; Debus, Stegmeier e Tosun, 2018) ou para elaborar modelos explicativos da instabilidade de regimes políticos (Goldstone et al., 2019). Aqui, a mesma ferramenta é aplicada para estudar a escolha de partidos por candidatos, pelo mesmo permitir que características tanto de partidos quanto de candidatos figurem como variáveis independentes.

Em que $y_{ij} = 1$ se o candidato i pertence ao partido j e $y_{ij} = 0$ em caso contrário. As duas primeiras variáveis correspondem à distância quadrática entre o ponto ideal do candidato e , respectivamente o partido e o MRP a que pertence. σ_j é o desvio padrão dos pontos ideais obtidos via Twitter dos deputados eleitos pelo partido j . Para testar a hipótese **H4**, é estimado o coeficiente da interação entre essa variável e $(x_i - x_j)^2$. Dentre as variáveis de controle, s_{j2018} equivale ao tamanho da bancada eleita pelo partido em 2018, enquanto que ε_i é um termo independente de erro. Δ_j diz respeito à variação proporcional de tamanho da bancada entre 2014 e 2018 e é dado pela equação:

$$\Delta_j = \frac{(s_{j2018} - s_{j2014})}{(s_{j2014} + 1)} \quad (4)$$

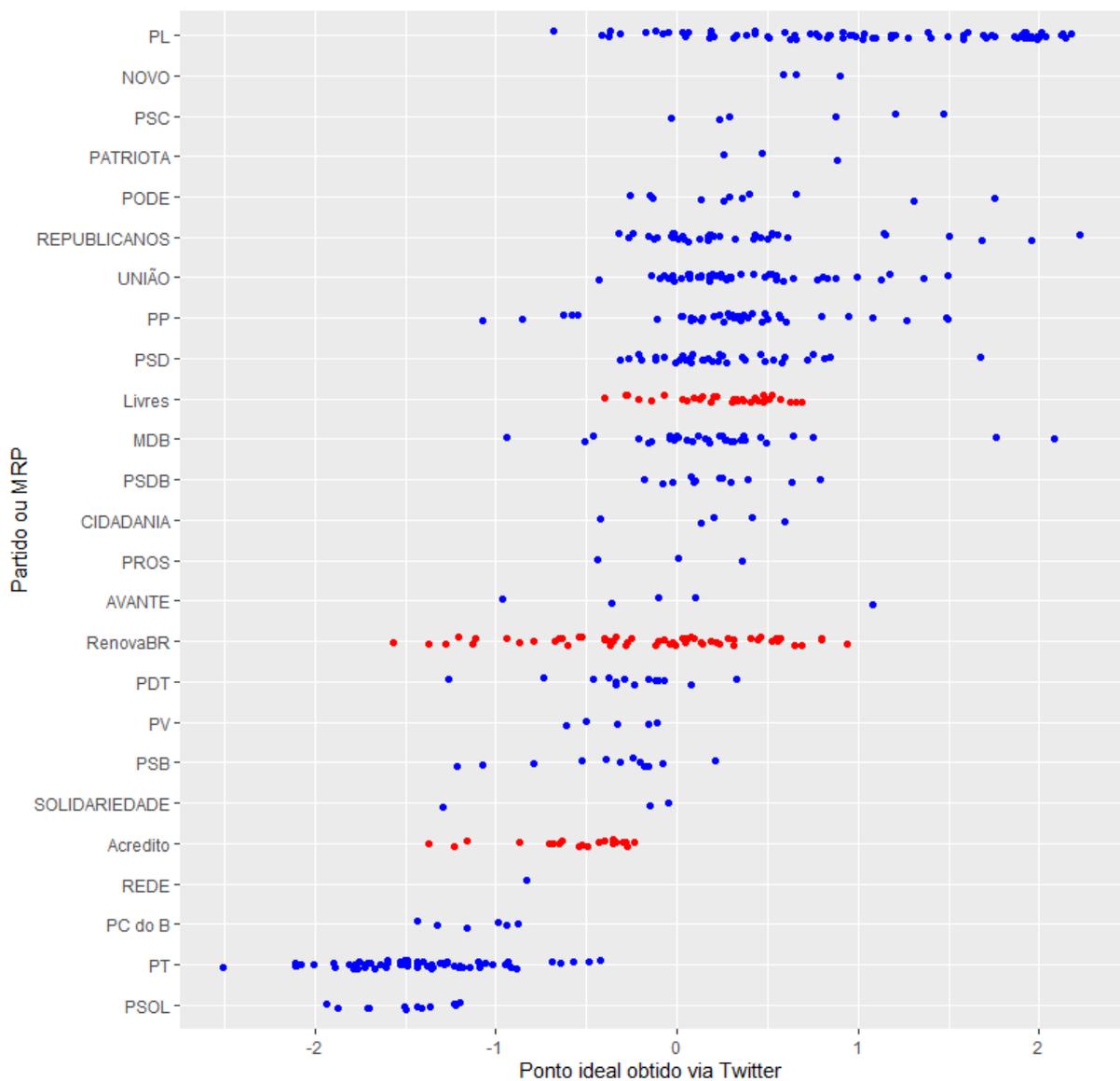
Adicionar 1 ao denominador visa impedir que o último seja igual a zero em caso de partidos estreantes (isso é, a Rede Sustentabilidade e o Novo).

A escolha de uma operacionalização proporcional da variação do tamanho de bancada é baseada na pressuposição de que, com vistas ao impacto da cláusula de desempenho na estratégia de filiação partidária, o comportamento estratégico no ato da filiação deve ser mais sensível à variação relativa do que à absoluta. Um partido que sofre, entre dois pleitos consecutivos, uma variação de 50 para 45 cadeiras conquistadas está numa situação mais confortável que um cujo número de assentos caia de quinze para dez, embora a perda absoluta seja a mesma. Evita-se aqui, no entanto, traçar hipóteses a respeito do sinal da correlação entre tamanho e tendência de crescimento das bancadas e escolha de filiação partidária dos candidatos integrantes de movimentos de renovação política, já que, embora seja plausível que postulantes busquem legendas mais robustas, por outro lado, essas têm menos incentivos para acolher novatos.

3.5 Resultados

A figura 13 mostra o valor dos pontos ideais obtidos para os deputados eleitos por cada partido e lideranças oficiais de MRPs eleitas ou não, com cada ponto representando um indivíduo. Por conveniência, os partidos e movimentos foram ordenados por média dos pontos ideais, com o partido mais direitista (o PL) ocupando o topo do gráfico e o mais esquerdista (o PSOL) na parte de baixo.

Figura 13 - Pontos ideais de deputados federais eleitos e candidatos de MRPs obtidos via Twitter



Fonte: elaborado pelo próprio autor

A ordem em que os partidos políticos estão posicionados reflete o ordenamento ideológico conhecido pela literatura e pelos dados já elencados nesta dissertação. À diferença do encontrado no capítulo anterior, porém, o PSOL fica à esquerda do PT, como esperado pelas medições clássicas, o que parece contradizer a hipótese H4 do capítulo 2. Com respeito a isso, em primeiro lugar, é válido lembrar que, no caso citado, o ponto ideal aferido via Twitter foi operacionalizado como variável contínua: não foi hipotetizado que partidos polarizadores das eleições presidenciais ocupam necessariamente *os* extremos da escala estimada, mas que os mesmos teriam um ponto ideal *mais* extremo à esquerda ou à direita do que via Twitter do que aquele obtido por surveys. Segundo, o contexto polarizado das eleições de 2022 viu o PSOL, de maneira inédita, aderir à coligação presidencial petista e abandonar pelo menos momentaneamente a postura de alternativa programaticamente rígida ao pragmatismo do PT em função do objetivo comum de impedir a reeleição de Bolsonaro e em troca de um apoio petista futuro à campanha municipal de Guilherme Boulos, principal postulante da esquerda à prefeitura de São Paulo em 2024. Em terceiro lugar, dada a dispersão dos deputados eleitos pelas duas legendas, a diferença entre os pontos ideais médios de ambas é, na verdade, estatisticamente insignificante.

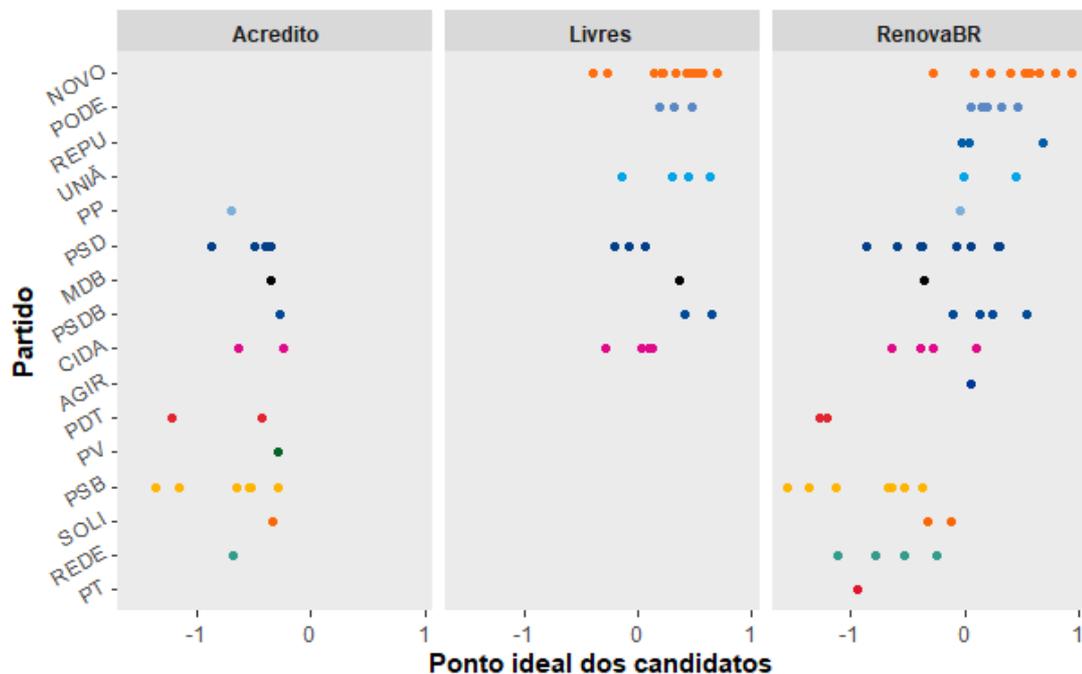
Na outra ponta do espectro, os dois partidos mais direitistas na amostra são o PL de Bolsonaro e o NOVO. À luz dos resultados obtidos por Ribeiro, Bolognesi e Codato (2023), que classifica o PL como um partido marcadamente *office seeking* e *vote seeking*, a imensa dispersão na sigla do ex-presidente parece indicar a convivência, dentro da mesma agremiação, de uma bancada pragmática, que possivelmente já pertencia ao partido antes do ingresso de Bolsonaro e sua base, ou que adentrou no mesmo na esperança de que o elevado quociente eleitoral a ser obtido pelo PL lhes facilitasse a conquista de uma cadeira na Câmara dos Deputados. À primeira vista, essa extremidade parece conter a mesma ambiguidade que aquela vista no caso da esquerda, mas é pertinente levar em conta que uma análise mais profunda, fora dos objetivos deste trabalho, deve ser capaz de fazer a distinção entre o grupo bolsonarista, tanto no PL quanto em outras legendas do chamado “Centrão”, dos parlamentares de comportamento mais pragmático, dispostos a se alinhar estrategicamente mesmo a governos de esquerda.

Por fim, os posicionamentos dos três movimentos de renovação política, bem como sua dispersão, vão ao encontro do esperado. Na centro-esquerda, próximo de legendas como o PSB, o PDT e a Rede, o Acredito, cuja integrante mais conhecida é a deputada federal Tabata Amaral, com pautas baseadas na inclusão social, ainda que com uma visão ortodoxa sobre o funcionamento da economia. Ao centro, o RenovaBR, com uma grande dispersão de seus

candidatos. E na centro-direita, em posição semelhante a PSDB, MDB e PSD, o Livres, que nasceu de um ecossistema pré-existente de movimentos e *think tanks* liberais e libertários e que enfatiza de maneira mais vigorosa a importância de enxugar a máquina pública brasileira.

Abaixo, a figura 14 exhibe, no eixo x, o valor dos pontos ideais obtidos para os candidatos de MRP e, no eixo y, o nome do partido a que são filiados. Os partidos estão ordenados da esquerda (embaixo) à direita (em cima) de acordo com a média dos pontos ideais obtidos para as bancadas eleitas via Twitter. Já a tabela 8 traz os valores dos coeficientes, bem como sua significância estatística, em diferentes subconjuntos, a saber: (1) todos os pontos da amostra; (2) apenas integrantes de Livres e Acredito; (3) apenas integrantes do RenovaBR; (4) Apenas candidatos a deputado federal e (5) apenas candidatos a deputado estadual. As variáveis independentes são o posicionamento individual do candidato e a média dos posicionamentos do movimento de que faz parte.

Figura 14 - Ponto ideal dos candidatos por MRP e por partido



Fonte: elaborado pelo próprio autor

Observa-se, na maioria dos casos, uma correlação significativa entre o ponto ideal do candidato e aquele do partido a que os mesmos escolheram se filiar (**H1**). O valor intermediário do coeficiente de determinação demonstra que critérios ideológicos não explicam completamente a escolha de partido, o que é esperado uma vez que (i) o caráter

altamente fragmentado do sistema partidário brasileiro dá aos postulantes diversidade de escolha dentro de sua região do espectro ideológico; e (ii) a seleção da legenda perpassa por outros fatores, tais como a expectativa de autonomia do integrante de MRP para o exercício de seu mandato e o relacionamento individual do candidato com lideranças partidárias locais, fator impossível de ser capturado pelo modelo de pesquisa desta dissertação.

Tabela 8 - Resultados de modelo de regressão linear conforme especificado na equação 2

Parâmetro	Todos	Acredito/Livres	RenovaBR	Federal	Estadual
Intercepto	0,26 (0,03)***	0,29 (0,04)***	0,2 (0,05)***	0,25 (0,04)***	0,28 (0,05)***
Pos. individual	0,26 (0,03)***	0,21 (0,13)	0,61 (0,08)**	0,46 (0,08)***	0,63 (0,11)***
Pos. do movimento	0,19 (0,13)	0,50 (0,16)**	-	0,22 (0,16)	0,15 (0,21)
R²	0,51	0,55	0,54	0,53	0,51

p < *0,05 **0,01 ***0,001

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Quando a regressão é executada apenas com membros de movimentos do tipo associativo (o Acredito e o Livres), o ponto médio ideal do movimento parece exercer influência na escolha partidária que sobrepuja em importância o alinhamento ideológico individual (**H2**). Não obstante a significância estatística obtida, a observação da figura 14 sugere que o padrão é mais pertinente para o Livres: mesmo candidatos que obtiveram ponto ideal negativo, isso é, à esquerda da média da bancada de deputados federais eleita em 2022, se lançaram por agremiações ao centro ou à direita do espectro político brasileiro, como o Cidadania, o PSD ou mesmo o NOVO. A fixação firme da ideologia operacional do movimento no campo liberal parece levar os militantes do grupo a buscarem abrigo em siglas que dialoguem mais abertamente com essa linha de pensamento, mesmo que seus posicionamentos em temas individuais ou seu alinhamento na disputa pelo Poder Executivo (ou ainda, a rejeição ao bolsonarismo) posicionem seus perfis à esquerda. Já no caso do Acredito, todos os integrantes para os quais foi possível localizar uma conta no Twitter e aferir seu ponto ideal foram projetados à esquerda, embora vários deles tenham participado da disputa por PSDB, MDB, PP e PSD. Isso demonstra uma menor capacidade do Acredito, em relação ao Livres, de orientar o comportamento de seu filiado por quaisquer canais que seja, o que vai ao encontro do enunciado da hipótese **H3**, uma vez que o segundo trata-se de um movimento mais estruturado. Por outro lado, o fato de que todos os seus líderes cívicos ficaram na metade esquerda do espaço unidimensional reduz a probabilidade de causalidade reversa entre filiação partidária e ponto ideal no Twitter: não parece que os partidos tenham determinado o comportamento dos candidatos naquela mídia social, ou que os

relacionamentos criados pelo ingresso dos indivíduos nas legendas tenham produzido laços digitais capazes de alterar significativamente o ponto ideal dos concorrentes, hipótese cujo teste, de qualquer maneira, não tange os objetivos deste capítulo.

No caso do RenovaBR, a grande correlação entre x_i e o ponto ideal do partido (hipótese **H1**) pode ser consequência do maior número de unidades de análise em relação aos outros dois MRPs e da maior variância entre as unidades de análise, já que a escola acolhe pretendentes à carreira política alinhados tanto à esquerda quanto à direita.

A tabela 9 traz os resultados do modelo de regressão logística, com especificações equivalentes às da tabela 8. As variáveis independentes listadas correspondem à distância entre indivíduo e partido, a distância entre o posicionamento médio do MRP e o partido, o grau de dispersão do partido em questão (medido pelo desvio padrão dos pontos ideais de seus deputados federais eleitos), o tamanho da bancada eleita em 2018 e a variação do mesmo entre 2014 e 2018.

Como esperado, de uma forma geral, quanto mais distante o partido está tanto do candidato individual quanto de seu movimento, menor a probabilidade de filiação, muito embora não tenha sido encontrada correlação significativa para o ponto ideal do MRP quando apenas candidatos a deputado federal ou a deputado estadual são levados em conta.

Tabela 9 - Resultados de modelo de regressão logística conforme especificado na equação 3

Parâmetro	Todos	Acredito/Livres	RenovaBR	Federal	Estadual
Dist. Individual	-1,3 (0,7)*	-0,7 (1,0)	-1,6 (0,9)	-2,0 (1,0)*	-0,8 (0,8)
Dist. MRP	-0,8 (0,4)*	-1,5 (-0,7)*	-0,4 (0,5)	-1,0 (0,6)	-0,7 (0,5)
Dispersão do partido	-3,6 (0,8)***	-4,0 (1,0)***	-3,0 (1,0)**	-4,5 (1,0)***	-2,8 (1,1)**
Dispersão*dist. individual	0,2 (1,3)	0,8 (2,0)	0,7 (2,2)	2,6 (2,1)	-0,5 (2,1)
Tamanho do partido	0,005 (0,005)	0,07 (0,07)	0,03 (0,07)	0,008 (0,005)	-0,00009 (0,008)
Var. do tamanho do partido (2014-2018)	0,16 (0,04)***	0,16 (0,05)***	0,14 (0,05)**	0,14 (0,05)**	0,16 (0,05)**
Pseudo R ² (Nagelkerke)	0,14	0,17	0,12	0,16	0,13

p < *0,05 **0,01 ***0,001

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Quando os candidatos pertencentes ao RenovaBR são removidos da amostra (2), como ocorrido no modelo de regressão linear, a ideologia média do MRP passa a preponderar sobre aquela do indivíduo na escolha do partido político.

A hipótese **H4** não se confirmou: em nenhuma das especificações a interação entre

distância ideológica e grau de dispersão das bancadas eleitas pelos partidos alcançou qualquer valor estatisticamente significativo. Isoladamente, porém, a correlação entre dispersão e filiação é forte e negativa: de um modo geral, os líderes de MRPs presentes na base de dados parecem evitar agremiações partidárias com pouca coesão. Isso pode ser reflexo de uma fuga, por parte dos candidatos renovadoras, dos grandes partidos que protagonizaram o certame presidencial naquele ano: o PT pelo campo da esquerda, e a trinca do PL-PP-Republicanos, que formaram a coligação bolsonarista. Outra possibilidade é a busca de legendas moderadamente consistentes do ponto de vista programático: a promessa de fazer diferente e a existência de listas de valores explicitadas por cada movimento pode levar os postulantes associados a MRPs a evitar siglas que sejam popularmente percebidas como fisiológicas e de baixa identidade ideológica.

Não foi encontrada qualquer relação entre filiação partidária e tamanho do partido quando controlado por outras variáveis. Outrossim, em todas as especificações de amostragem, foi encontrada robusta correlação positiva entre probabilidade de filiação e variação do tamanho das bancadas entre 2014 e 2018, o que indica que os candidatos do conjunto de dados evitaram se filiar a legendas vistas como em declínio. A popularidade, dentre os candidatos em questão, da REDE e do NOVO, partidos estreantes em 2018 e que portanto teriam variação necessariamente não negativa na quantidade de cadeiras obtidas, pode ter influência sobre o resultado.

O valor do pseudo R^2 encontrado nas estimativas indica, como já reiterado no início da seção 3.3, que o modelo não é capaz de quantificar todos os determinantes da escolha de partido das lideranças de MRPs, constatação que, todavia, não põe em xeque os objetivos deste capítulo, que foram (i) fazer a aferição da ideologia desses movimentos por via de dados de mídia social; e (ii) investigar como e com que intensidade o alinhamento ideológico entre candidato e partido interfere na sua escolha de filiação.

3.6 Discussão

O objetivo deste capítulo foi testar o método de estimação de pontos ideais via Twitter para novos atores políticos: os movimentos de renovação política (MRPs), de forma a explorar as potencialidades e limitações que essa nova ferramenta possui para modelar quantitativamente a ideologia de outros atores que não partidos políticos registrados e seus mandatários, tarefa para a qual as metodologias tradicionais dispõem, de forma geral, de poucos recursos. Para isso, foram computados os posicionamentos dos deputados federais

eleitos para a 57ª legislatura, e em sequência, as lideranças cívicas dos MRPs foram projetadas sobre o modelo gerado.

Essas organizações foram escolhidas para estudo por terem se destacado a partir das eleições de 2018 e terem sido alvo – como também autoras - de diversas polêmicas, seja na percepção da imprensa e da opinião pública, por se dizerem com frequência supraideológicas, seja em seu relacionamento com os partidos políticos, ao serem acusadas de quererem minar a já frágil coesão e identidade ideológica da maioria das legendas brasileiras, além das desconfianças disseminadas quanto ao financiamento e a agenda desses grupos, que surgiram visando a renovação.

Com base numa breve descrição sobre os três movimentos incluídos e numa análise exploratória da distribuição partidária dos perfis encontrados, os resultados, de forma geral, mostraram-se alinhados àquilo que se esperava: os pontos ideais dos integrantes de Acredito ficaram contidos numa faixa logo à esquerda do centro, lembrando que o modelo é especificado para ter média igual a zero e variância igual a um, enquanto líderes do Livres se distribuíram num intervalo abrangendo o centro e a centro-direita. Já os alunos do RenovaBR se distribuíram numa ampla faixa do espectro político e mostraram-se alinhados aos partidos ao quais são filiados. Além disso, os valores obtidos parecem demonstrar a capacidade do método de medir a ideologia dos candidatos, que parece estar representada de forma sincera em seus perfis no Twitter mesmo quando eles se filiam a partidos distantes ideologicamente dos MRPs pelos quais eles foram lançados.

Com exceção da quarta hipótese, que previa uma relação positiva entre a distância ideológica do candidato ao partido de sua escolha e o grau de dispersão das bancadas por ele eleitas para a Câmara federal, todas as outras se confirmaram ao menos parcialmente: tanto o ponto ideal do candidato quanto o ponto ideal médio do movimento a que ele pertence parecem ser importantes para um candidato ao selecionar uma agremiação partidária (e ser selecionado pela mesma). O simples fato, aliás, de que integrantes do Livres e do Acredito optaram com maior frequência, respectivamente, por legendas à direita e à esquerda do espectro político entra em contradição com o discurso usualmente dúbio ou evitativo no que se refere ao autoposicionamento dessas organizações no contínuo esquerda-direita.

No entanto, o presente estudo, naturalmente, carrega consigo algumas limitações: em primeiro lugar, as hipóteses foram testadas para os candidatos de movimentos de renovação política para os quais foi possível localizar contas abertas no Twitter, o que deixa a amostra sujeita a vieses que devem ser controlados em trabalhos subsequentes. Uma dificuldade nesse sentido é a pouca consistência dos movimentos em listar quem são seus candidatos, sobretudo

no caso do RenovaBR, que, possivelmente motivado por resultados abaixo das expectativas em 2022, incluiu em seu relatório como lideranças eleitas alunos que tinham frequentado turmas anteriores de seu curso.

Segundo, a correspondência entre ponto ideal e orientação ideológica do candidato deve ser confirmada de maneira mais criteriosa por análise de conteúdo, tais como postagens, compartilhamentos e *hashtags*. Contudo, o fim do acesso gratuito à API do Twitter (agora rebatizado de X) para fins de pesquisa, junto à cobrança de mensalidades elevadas para aqueles interessados em minerar dados naquela rede, põe-se como entrave significativo para esforços de pesquisa nesse sentido num futuro próximo.

Terceiro, o método de projeção restringe as dimensões ideológicas àquelas obtidas para os partidos integrantes do legislativo federal, enquanto um possível motivo para o surgimento de grupos extrapartidários é justamente a demanda por espaço por novas agendas políticas, as quais não necessariamente se encaixam no tradicional espectro esquerda-direita. A título de exemplo o Livres caracteriza-se por tomar posturas progressistas no campo dos costumes e liberais na esfera econômica, o que conflita com a modelagem unidimensional corrente do espectro político dos partidos brasileiros, composto de uma esquerda intervencionista na economia e progressista nos costumes e uma direita que adota as posições contrárias. De maneira semelhante, embora mais sutil, o Movimento Acredito parece combinar uma visão *normativa* (isso é, de como o mundo *deveria* ser) que põe ênfase na importância da redução de desigualdades, enquanto que no aspecto *positivo* (como o mundo *funciona* de fato) há uma adesão à ortodoxia econômica, com apelo destacado à necessidade de disciplina fiscal por parte dos governos.

Além disso, foram ignorados dados característicos dos candidatos, tais como gênero, cor/raça, escolaridade e renda, dentre outras, que também podem afetar a dimensionalidade do modelo espacial subjacente à disputa política. Incluir essas variáveis é pertinente como agenda de pesquisa futura. Adicionar novas variáveis independentes, porém, requererá a soma correspondente de novas unidades de análise, o que pode deve ser feito com a inclusão de outros MRPs e de várias eleições.

Por último mas não menos importante, o modelo de pesquisa escolhido neste trabalho não é capaz de investigar de maneira aprofundada fatores que vão além do posicionamento programático de partidos, movimentos e candidatos, sobretudo aqueles relativos à interação estratégica entre lideranças de partido e os novos postulantes à carreira política, além de fatores como a possibilidade de certo movimento se alinhar ou se opor, em certo estado, a figuras influentes, tais como candidatos a governador ou mesmo prefeitos da capital ou de

outras municípios importantes, o que pode implicar na escolha de um partido em detrimento de outro, a despeito do segundo ser similar ideologicamente, organizacionalmente e em termos de tamanho em relação ao primeiro.

O fenômeno sobre o qual esta parte da dissertação se debruçou parece já ter passado de seu apogeu. Após a eleição atípica em 2018, que foi marcada por elevadas taxas de renovação na composição dos legislativos no âmbito estadual e federal, 2022 parece ter assistido uma reestabilização parcial da composição da Câmara dos Deputados, e a autoridade dos partidos políticos parece ter suplantado a demanda dos movimentos de renovação por autonomia parlamentar, o que fica evidente em fio publicado recentemente pelo perfil do Livres no X (Livres, 2024), que anunciou parar de chamar os deputados que integram o grupo de “Bancada da Liberdade” de forma a evitar confronto com as legendas. Outro fator que refreia as possibilidades dos MRPs é a calcificação da polarização entre o petismo e o bolsonarismo, que potencialmente leva o eleitor a rejeitar quem não se alinhe explicitamente com um dos lados da disputa (GZH, 2022). Esse fato, outrossim, não diminui a importância de se estudar o caso, já que carreiras políticas de relevância, como a dos deputados federais Kim Kataguiri e Tabata Amaral, foram impulsionadas por esses novos grupos. Sendo assim, analisar a trajetória dos movimentos de renovação política pode ajudar a compreender como novas lideranças da sociedade civil se organizam para disputar eleições disruptivas no contexto de um sistema partidário ao mesmo tempo fragmentado e com altas barreiras de entrada.

Outra prisma pela qual o problema merece ser investigado é sob a luz da estruturação assimétrica do sistema partidário brasileiro, que na esquerda tem o PT como âncora de identificação do eleitorado, enquanto carece de força semelhante no centro e na direita. Sendo a criação de novos partidos políticos sujeita à superação de obstáculos consideráveis, é possível que, a partir do surgimento de demandas por representação ideológica nessas faixas do espectro, atores sociais não alinhados à corrente predominante da esquerda tenham mais incentivos para construir grupos externos aos partidos políticos, os quais em seguida podem usar do elevado nível de fragmentação partidária para barganhar por melhores condições de competição eleitoral e de exercício dos seus mandatos fortuitos em troca de um volume elevado de votos e dos recursos que afluem para os partidos em decorrência disso. O próprio movimento bolsonarista, embora careça de institucionalidade monolítica mesmo externamente a algum partido político, demonstra-se capaz de controlar recursos caros aos líderes partidários, o que fica patente com a adesão em massa de aliados de Bolsonaro primeiro ao PSL, em 2018, e em seguida ao PL, em 2022, além do bem-sucedido empreendimento de

canalizar os votos de eleitores do ex-presidente, o que resultou na eleição de um número expressivo de deputados federais, estaduais, senadores e governadores independentemente das legendas que os acolheram. A obtenção de dados em mídias sociais é uma avenida promissora para a investigação do funcionamento de grupos que operem, em alguma medida, de maneira descentralizada ou informal.

Por fim, fica demonstrado que, não obstante todas essas nuances, parece ser possível classificar ideologicamente mesmo atores que a fazer esse exercício por si próprios, visto que os achados quantitativos corroboram aquilo que é esperado pela estrutura dos movimentos e pela evidência textual produzida pelos próprios, de forma que não há nesses grupos uma ruptura definitiva com a lógica esquerda-direita.

CONCLUSÃO

Os objetivos deste trabalho eram, num primeiro momento, após revisão e problematização dos métodos tradicionais de aferição de pontos ideais relativos ao posicionamento ideológico de lideranças políticas, aprofundar a discussão sobre mensuração de posição ideológica por via de dados de mídias sociais, e, no último capítulo, discutir os MRPs e testar hipóteses sobre a escolha de partidos pelos seus integrantes a partir da medida de seus pontos ideais também por meio de seus perfis no Twitter.

Por meio dos resultados obtidos, é possível afirmar que os pontos ideais medidos nesta dissertação refletem, em alguma medida, a orientação ideológica dos atores, muito embora o comportamento estratégico e a polarização imposta pela disputa majoritária e pelo modo de funcionamento das redes também exerçam influência sobre o modelo espacial. A presença de observações consistentes, mesmo que em parte, com aquelas verificadas por surveys e análise de votos em Plenário, dentre outras metodologias, permite pensar em expandir a pesquisa futuramente para abarcar outros atores sem mandato político.

Não obstante as conclusões alcançadas, se é verdade que a presente dissertação trouxe algumas respostas para as características dos modelos estudados, também é verídico, em igual ou maior medida, que ela deixa no ar muitas perguntas, relativas tanto às limitações quanto às potencialidades da metodologia, que servem de agenda para pesquisa futura.

A primeira delas diz respeito à brevidade da série temporal levantada, que abrangeu apenas três legislaturas da Câmara dos Deputados (duas no segundo capítulo e uma no terceiro capítulo). Será que as relações indicadas no capítulo 2 se sustentam num acompanhamento de longo prazo, com os partidos protagonistas da corrida presidencial sempre deslocados para os extremos do eixo obtido?

Outra questão diz respeito à limitação implicada por utilizar contas seguidas por um número mínimo de deputados federais (no caso, trinta), sendo que partidos fortemente programáticos, como PSOL e NOVO, dispõem de bem menos deputados federais do que isso, e algumas contas seguidas por número expressivo de seus parlamentares podem ter sido excluídas da análise. Essa hipótese alternativa deve ser comparada em estudo posterior com aquela levantada no segundo capítulo.

Ponto pertinente também é investigar a possibilidade de monitorar a transformação do espaço obtido ao longo do tempo, bem como verificar se é viável relacionar os deslocamentos de ponto ideal de atores presentes em mais de uma das ondas realizadas com mudanças de

comportamento dos mesmos ou de conteúdo da disputa política, com a introdução de novos atores e a transformação das agendas políticas. É plausível, por exemplo, que, para incluir unidades de análise de momentos diferentes num mesmo modelo seja necessária mais de uma dimensão, uma vez que, na passagem de bastão da direita dos tucanos para o bolsonarismo, os conteúdos polarizadores da disputa majoritária se deslocaram das pautas econômicas para questões socioculturais. Além disso, cada modelo gerado pelo algoritmo calcula as posições dos atores apenas relativas a seu próprio centro. Captar movimentos de translação ou rotação do espectro político envolve necessariamente acompanhar a evolução dos pontos ideais desses atores persistentes.

Quanto aos MRPs, ainda não é possível saber se a continuidade da relevância dos mesmos é sustentável no longo prazo, visto que a polarização da política brasileira parece ter dificultado por ora a reciclagem das elites políticas e enfraquecido o discurso acerca da necessidade de sua substituição. Como discutido na conclusão do capítulo anterior, de toda forma, a análise desse objeto de estudo pode se inserir na longa tradição da análise de eleições disruptivas e de mudanças estruturais na competição política, que podem ser motivadas por transformações na saliência e no alinhamento das clivagens sociais politicamente relevantes, bem como pela substituição progressiva de antigos canais de comunicação e discussão política por tecnologias mais modernas, o que se apresenta no momento com a disseminação cada vez maior e mais cotidiana de ferramentas baseadas na Internet.

Qualquer que seja o destino em específico dos movimentos de renovação, uma agenda importante de pesquisa futura é o estudo contínuo das consequências da comunicação política via mídias sociais para a organização interna dos partidos políticos. Conforme levantado por autores como Richard Katz e Peter Mair, a inclusão das massas e as transformações nas telecomunicações ao longo do tempo, bem como o impacto de eventos historicamente críticos, promoveram mudanças na estrutura e no próprio conceito de partido político. Não há razões para crer que seja diferente com a migração do debate para a Internet. Os dados expostos no final do capítulo 2, com o levantamento das contas politicamente relevantes mais à esquerda e mais à direita, sugerem que movimentos políticos mais recentes podem ser indicativo de uma estrutura mais personalista, vez que perfis de lideranças individuais têm mais apelo junto aos usuários de plataformas digitais do que aqueles de instituições apessoais. O paradigma de governança dos grupos de discussão nas mídias sociais de massa, em que, pelo menos do ponto de vista formal, os administradores não são eleitos periodicamente por seus integrantes, pode reforçar essas tendências ao personalismo. Alternativamente, a diferença pode refletir apenas uma distinção entre a esquerda e a direita quanto aos modos

preferenciais de sua organização interna, a qual pode continuar persistindo a despeito

A dificuldade cada vez maior de acesso aos dados por parte da comunidade científica, porém, põe o futuro da pesquisa em xeque, o que carrega consequências não só para o campo acadêmico, mas também para a capacidade da sociedade civil de aferir os resultados dos algoritmos e regulamentar o uso dessas tecnologias de forma compatível com a promoção de uma democracia saudável, dado que os processos que alimentam as linhas do tempo de usuários individuais e classificam os conteúdos quanto a sua relevância são muitas vezes opacos até para os próprios proprietários das plataformas, sobretudo com os avanços cada vez maiores nos campos de aprendizado de máquina e inteligência artificial.

Qualquer que seja a pertinência de se obter espaços ideológicos a partir de dados na Internet, uma constatação é inegável: é impossível, no mundo de hoje, compreender os processos políticos sem se debruçar sobre a interação entre atores políticos e eleitorado na rede internacional de computadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, J. (2001). A Theory of Spatial Competition with Biased Voters: Party Policies Viewed Temporally and Comparatively. **British Journal of Political Science**, 31(1), 121–158.

ALDRICH, John H.; MCKELVEY, Richard D. (1977). A Method of Scaling with Applications to the 1968 and 1972 Presidential Elections. **American Political Science Review** 71(1): 111–30.

ALEMÁN, E.; CALVO, E.; JONES, M. P.; KAPLAN, N. (2009). Comparing Cosponsorship and Roll-Call Ideal Points: Evidence from the US House of Representatives and the Argentina Chamber of Deputies, **Legislative Studies Quarterly**, XXXIV (1), 87–116.

ALCÁNTARA, M. (dir.) (1994-2021). Proyecto Elites latinoamericanas (PELA-Usal). Universidad de Salamanca, 1994-2021.

ALMEIDA, A. (2001). À esquerda dos números, à direita dos fatos. **Insight Inteligência**, vol. 15, p. 113-128.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M.; BARROS, L. F. W.; e CARVALHO, A. A. de (2017). Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**, 29(2), 215-242

ARMSTRONG II, D. A.; BAKKER, R.; CARROLL, R.; HARE, C.; POOLE, K. T.; ROSENTHAL, H (2014). **Analysing Spatial Models of Choice and Judgement with R**. Boca Raton: CRC Press.

AXELROD, Robert (1970). **Conflict of Interest**. Chicago: Markham.

BARBERÁ, P. (2014). Birds of the Same Feather Tweet Together: Bayesian Ideal Point Estimation Using Twitter Data. **Political Analysis**, 23(1), 76-91

BARBERÁ, P., JOST, J. T., NAGLER, J., TUCKER, J. A., e BONNEAU, R. (2015). Tweeting From Left to Right: Is Online Political Communication More Than an Echo Chamber? **Psychological Science**, 26(10), 1531–1542

BENOIT, K.; LAVER, M. (2006). **Party Policy in Modern Democracies** (1st ed.). Londres: Routledge.

BERLIN, Isaiah. (1958), **Two concepts of liberty** . Oxford, Clarendon.

Boletim da Liberdade (2018). MBL divulga listagem dos candidatos apoiados nessas eleições: confira. 17 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2018/08/17/mbl-divulga-listagem-dos-candidatos-apoiados-nessas-eleicoes-confira/>. Acesso em 2 de abril de 2024.

BOLOGNESI, B., RIBEIRO, E., e CODATO, A.. (2023). Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. **Dados**, 66(2), e20210164 2023.

BONAFÉ, V.A.D. (2022). **Organizações de Renovação Política: Origem, Estrutura, formas de atuação e ideário**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria.

BONICA, A. (2014). Mapping the Ideological Marketplace. **American Journal of Political Science**, 58(2), 367–386.

BOURGET, David; CHALMERS, David (2023). Philosophers on Philosophy: the 2020 PhilPapers Survey. **Philosophers' Imprint**, 23:11. Ann Arbor: Michigan University Press.

BRASIL (2017). **Emenda Constitucional nº 97 de 4 de outubro de 2017**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc97.htm. Acesso em: 12 jan. 2023.

Brazil Journal (2018). As ideias de Tabata Amaral para virar o jogo na educação. 29 de setembro de 2018. Disponível em: <https://braziljournal.com/as-ideias-de-tabata-amaral-para- virar-o-jogo-na-educacao/>. Acesso em 11 de abril de 2024.

BRUINSMA, Bastiaan; GEMENIS, Kostas. (2019). Validating Wordscores: The Promises and Pitfalls of Computational Text Scaling. **Communication Methods and Measures**.

BUDGE, Ian (1982). Electoral volatility: Issue effects and basic change in 23 post-war democracies. **Electoral Studies** 1(2): 147–168.

BUDGE, Ian (1994). A New Spatial Theory of Party Competition: Uncertainty, Ideology and Policy Equilibria Viewed Comparatively and Temporally. **British Journal of Political Science**, 24(4), 443–467.

BUDGE, Ian; Klingemann, Hans-Dieter; VOLKENS, Andrea, BARA, Judith; TANENBAUM, Eric Tanenbaum (2001). **Mapping Policy Preferences: Estimates for Parties, Electors, and Governments 1945–1998**. Oxford: Oxford University Press.

BØLSTAD, J. (2023) Hierarchical Bayesian Aldrich–McKelvey Scaling. **Political Analysis**, 32(1), pp. 50–64. doi:10.1017/pan.2023.18.

Câmara dos Deputados (2022). Com mais deputados reeleitos e menos novatos, renovação da Câmara será de 39%. 3 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911393-com-mais-deputados-reeleitos-e-menos-novatos-renovacao-da-camara-sera-de-39/>. Acesso em 1º de abril de 2024.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W. E.; STOKES, D. E. (1980). **The**

American voter. University of Chicago Press.

CAMPOS, Daniele Olimpio de (2023). **Movimentos de renovação política e juventude: sentimentos partidários e democracia em cheque.** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023.

CartaCapital (2019). Acredito, RenovaBR e Fundação Lemann: renovação ou infiltração? 30 de agosto de 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/acredito-renovabr-e-fundacao-lemann-renovacao-ou-infiltracao/>. Acesso em 31 de março de 2024.

CartaCapital (2021). Tabata Amaral pode deixar PDT sem perder mandato. 26 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tabata-amaral-pode-deixar-pdt-sem-perder-mandato-decide-tse/>. Acesso em 31 de março de 2024.

CEKA, B. (2013). The Perils of Political Competition: Explaining Participation and Trust in Political Parties in Eastern Europe. **Comparative Political Studies**, 46(12), 1610-1635.

CHIARAMONTE, A; e Emanuele, V. (2022). **The Deinstitutionalization of Western European Party Systems.** Londres: Palgrave Macmillan.

CLINTON, J., JACKMAN, S., e RIVERS, D. (2004). The Statistical Analysis of Roll Call Data. **American Political Science Review**, 98(2).

CONOVER, M. D.; GONÇALVES, B.; RATKIEWICZ, J.; FLAMMINI, A.; MENCZER, F. (2011). Predicting the Political Alignment of Twitter Users. **2011 IEEE Third Int'l Conference on Privacy, Security, Risk and Trust and 2011 IEEE Third Int'l Conference on Social Computing.**

CONVERSE, P. E. (1964). The nature of belief systems in mass publics. **Critical Review**, v. 18:1-3.

COX, Gary W; MCCUBBINS, Mathew D. (1993). **Legislative Leviathan.** Berkeley: University of California Press.

CRISP, Brian; KANTHAK, Kristin; LEIJONHUFVUD, Jenny (2004). The Reputations Legislators Build: With Whom Should Representatives Collaborate?. **American Political Science Review**. 98. 703 - 716. 10.1017/S0003055404041437.

CUNHA, Natielle Pucinelli da. (2023). **Crise de representação e organizações suprapartidárias de formação e renovação política: uma análise da atuação da RAPS e do RENOVABR.** Dissertação (Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

DEBUS, Marc; STEGMAIER, Mary; e TOSUN, Jale. (2013). Economic Voting Under

Coalition Governments: Evidence from Germany. **Political Science Research and Methods**.

DE SWAAN, A. (1973) **Coalition Theories and Cabinet Formations: A Study of Formal Theories of Coalition Formation Applied to Nine European Parliaments after 1918**. Amsterdã: Elsevier.

DEWAN, T. and SPIRLING, A. (2011) Strategic Opposition and Government Cohesion in Westminster Democracies. **American Political Science Review**, 105(2), pp. 337–358.

Diário da Manhã (2018). Acredito assina carta compromisso com PPS e Rede. 15 de março de 2018. Disponível em: <https://www.dm.com.br/politica-3/2018/03/acredito-assina-carta-compro-misso-com-pps-e-rede>. Acesso em 31 de março de 2024.

DOLEZAL, Martin, ENNSER-JEDENASTIK, Laurenz; MUELLER, Wolfgang C.; WINKLER, Anna. (2014). How Parties Compete for Votes: A Test of Saliency Theory. **European Journal of Political Research**. 43. 57-76.

DOWNS, A. (1957). **An Economic Theory of Democracy**. Nova York: Harper.

ELLIS, C., e STIMSON, J. A. (2012). **Ideology in America**. Cambridge: Cambridge University Press.

Estadão (2017). 'Huck precisa se aproximar de políticos experientes para ganhar votos', diz cientista político. 23 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/huck-precisa-se-aproximar-de-politicos-experientes-para-ganhar-votos-diz-cientista-politico/>. Acesso em 1º de abril de 2024.

Estadão (2018). Bolsonaro vai para o PSL e liberais abandonam sigla. 6 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/presidente-do-psl-confirma-que-bolsonaro-sera-candidato-pelo-partido/>. Acesso em 31 de março de 2024.

Estadão (2022). Partidos vetam 'independência' de candidatos de grupos de renovação. 23 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/partidos-vetam-independencia-de-candidatos-de-grupos-de-renovacao/>. Acesso em 31 de março de 2024.

Estado de Minas (2017). RenovaBR não tem agenda política, afirma Mufarej. 6 de outubro de 2017. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/10/06/interna_politica,906622/renovabr-nao-tem-agenda-politica-afirma-mufarej.shtml. Acesso em 1º de abril de 2024.

Estado de Minas (2019). RenovaBR nega que Jorge Paulo Lemann seja um de seus financiadores. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/0->

9/18/interna_politica,1086114/renovabr-nega-que-jorge-paulo-lemann-seja-um-de-seus-financiadores.shtml. Acesso em 1º de abril de 2024.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (1999). **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. São Paulo: Ed. FGV.

Folha de S. Paulo (2017a). Grupo de jovens lança o 'Acredito', um 'MBL progressista'. 28 de março de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/03/1870130-trio-com-passagem-por-harvard-lanca-o-acredito-um-mbl-progressista.shtml>. Acesso em 31 de março de 2024.

Folha de S. Paulo (2017b). Com discurso contra polarização, grupo Acredito lança manifesto. 29 de julho de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1905558-com-discurso-contra-polarizacao-grupo-acredito-la-nca-manifesto.shtml>. Acesso em 31 de março de 2024.

Folha de S. Paulo (2019). Ciro diz que movimento de Tabata é 'partido clandestino' e que ela faz dupla militância. 13 de julho de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/ciro-diz-que-movimento-de-tabata-e-partido-clandestino-e-que-ela-faz-dupla-militancia.shtml>. Acesso em 31 de março de 2024.

Folha de S. Paulo (2023). Congressistas de esquerda e centro-direita se unem em 'gabinete compartilhado'. 29 de abril de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/congressistas-de-esquerda-e-centro-direita-se-unem-em-gabinete-compartilhado.shtml>. Acesso em 31 de março de 2024.

Forbes (2018). Curso de formação de políticos aposta em jovens lideranças. 21 de agosto de 2018. Disponível em: <https://forbes.com.br/principal/2018/08/curso-de-formacao-de-politicos-aposta-em-jovens-liderancas/>. Acesso em 4 de abril de 2024.

FORTUNATO, D.,; STEVENSON, R. T. (2012). Perceptions of Partisan Ideologies: The Effect of Coalition Participation. **American Journal of Political Science**, 57(2), 459-477.

FRANKLIN, Mark N.; RENKO, Maja (2013) “Studying Party Choice.” In: (M. Bruter and M. Lodge, eds.) **Political Science Research Methods in Action**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, pp. 93–118.

FUKS, M. .; MARQUES, P. H. (2020). Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. **Opinião Pública**, 26(3), 401–430.

GAYNOR, SRW; Miler, K; GOEL P.; HOYLE, A.M., RESNIK, P. (2022). Do You Walk the Walk, Talk the Talk, or Tweet the Tweet? Legislators’ Ideal Points Across Venues.

No prelo. Disponível em: http://www.womeninlegislativestudies.org/uploads/1/3/5/1/135128342/gaynormiler_tbip_wils2022.pdf

Gazeta do Povo (2023). Eles defendem privatizações, mas votaram contra a MP da Eletrobras. Entenda. 16 de junho de 2021 Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/eles-sao-a-favor-de-privatizacoes-mas-votaram-contra-a-mp-da-eletobras-entenda/>. Acesso em 29 de junho de 2023.

GOLDSTONE, J.A.; BATES, R.H.; EPSTEIN, D.L.; GURR, T.R.; LUSTIK, M.B.; MARSHALL, M.G.; ULFELDER, J.; e WOODWARD, M. (2010), A Global Model for Forecasting Political Instability. **American Journal of Political Science**, 54: 190-208.

GRIMM, P. (2010). Social Desirability Bias. **Wiley International Encyclopedia of Marketing**, Hoboken: Wiley.

GZH (2022) Polarização freia organizações de renovação política em 2022. 11 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2022/12/polarizacao-freia-organizacoes-de-renovacao-politica-em-2022-clbgx-4bb80021014u9ji6rlx5.html>. Acesso em 6 de maio de 2024.

HINICH, M. J.,; Munger, M. C. (1992). A Spatial Theory of Ideology. **Journal of Theoretical Politics**, 4(1), 5-30.

HINICH, M. J.,; MUNGER, M. C. (1994). **Ideology and the Theory of Political Choice**. Ann Arbor: University of Michigan Press.

HIX, S; NOURY, A. (2016) Government-Opposition or Left-Right? The Institutional Determinants of Voting in Legislatures. **Political Science Research and Methods**, 4(2), pp. 249–273.

HIX, S.; NOURY, A.; ROLAND, G. (2006). Dimensions of Politics in the European Parliament. **American Journal of Political Science**, 50: 494-520.

HOTELLING, H. Stability in Competition. (1929). **Economic Journal**, 39, p. 41-57.

IZUMI, Maurício Y. (2019). Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil. **Opinião Pública** 25 (1), Jan-Abr. 2019.

JOLLY, Seth; BAKKER, Ryan; HOOGHE, Liesbet; MARKS, Gary; POLK, Jonathan; ROVNY, Jan; STEENBERGEN, Marco; Vachudova, Milada A. (2022). Chapel Hill Expert Survey Trend File, 1999-2019. **Electoral Studies** 75 (2022) .

JONES, M. P.; HWANG, W.; MICOZZI, J. P. (2009). Government and Opposition in the Argentine Congress, 1989-2007: Understanding Inter-Party Dynamics through Roll Call Vote Analysis. **Journal of Politics in Latin America**, 1(1), 67-96.

JOST, J. T., FEDERICO, C. M., e NAPIER, J. L. (2009). Political ideology: Its

structure, functions, and elective affinities. **Annual Review of Psychology**, 60, 307–337.

Jota (2022). PEC Kamikaze: Partido Novo pede ao STF suspensão imediata da emenda constitucional. 18 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.jota.info/stf/do-supremo/partido-novo-suspensao-imediata-pec-kamikaze-18072022>. Acesso em 29 de junho de 2023.

KAISER, H. F. (1960). The application of electronic computers to factor analysis. **Educational and Psychological Measurement**, 20,141-151.

KATZ, Richard; MAIR, Peter (1994). **How parties organize: Change and adaptation in party organizations in western democracies**. Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd,.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. (2002), The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organization Change in Twentieth-Century Democracies, *in* R. Gunther, J. Monteiro e J. Linz (orgs.), **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. Oxford, Oxford University Press.

Kent A. Clark Center for Global Markets (2023). US Economic Experts Panel. Disponível em: <https://www.kentclarkcenter.org/us-economic-experts-panel/>. Acesso em 17 de março de 2024.

KLINGEMANN, Hans-Dieter; VOLKENS, Andrea; BARA, Judith; BUDGE, Ian; MCDONALD, Michael (2006). **Mapping Policy Preferences II: Estimates for Parties, Electors and Governments in Eastern Europe, European Union and OECD 1990-2003**. Oxford: Oxford University Press.

KNIGHT, K. (2006). Transformations of the Concept of Ideology in the Twentieth Century. **The American Political Science Review**, 100(4), 619–626.

LAMOUNIER, Bolivar. (1978). Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista. in Fábio Wanderley Reis (org.): **Os partidos e o regime**, São Paulo: Símbolo.

LAVIER, M.; BENOIT, K.; GARRY, J. (2003) ‘Extracting Policy Positions from Political Texts Using Words as Data’, **American Political Science Review**, 97(2), pp. 311–331.

LEHMANN, Pola; FRANZMANN, Simon; BURST, Tobias; REGEL, Sven; RIETHMÜLLER, Felicia; VOLKENS, Andrea; WEßELS, Bernhard; ZEHNTER, Lisa (2023). The Manifesto Data Collection. **Manifesto Project (MRG/CMP/MARPOR)**. Version 2023a. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB) / Göttingen: Institut für Demokratieforschung (IfDem).

LEONI, E. (2002). Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998). **DADOS – Revista de Ciências Sociais, Scielo**, v. 45, p. 361–386.

LIVRES (2017). 17 compromissos do Livres. 8 de junho de 2017. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1456450591102386&set=a-guerra-entre-dois-ou-mais-pa%C3%ADses-nada-mais-%C3%A9-do-que-a-guerra-declarada-entre-o>. Acesso em 31 de março de 2024.

LIVRES (2021). Dia da Liberdade por Inteiro: quando o Livres fez história. 6 de janeiro de 2021. **YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=thj107XN4TA>. Acesso em 3 de abril de 2024.

LIVRES (2024). A bancada da liberdade acabou. 2 de abril de 2024. **X**. Disponível em: <https://twitter.com/EuSouLivres/status/1775297965378121748>. Acesso em 6 de maio de 2024.

LYONS, Pat; LACINA, Tomáš (2009). „An Examination of Legislative Roll-Call Voting in the Czech Republic Using Spatial Models.“ **Sociologický časopis / Czech Sociological Review**, 45(6): 1155-1190

LÜHRMANN, Anna; MEDZIHORSKY, Juraj; HINDLE, Garry; LINDBERG, Staffan I. (2020). New Global Party Data on Political Parties: V-Party. **V-Dem Institute**. Briefing Paper n. 9.

MAINWARING, Scott e TORCAL, Mariano. (2006), "Party System Institutionalization and Party System Theory after the Third Wave of Democratization", in R. Katz e W. Crotty (eds.), **Handbook of Party Politics**. Londres: Sage Publications.

MAINWARING, S. e ZOCO, Edurne (2007). Political sequences and the stabilization of interparty competition: electoral volatility in old and new democracies. **Party Politics**, 13 (2).

MAIR, Peter (2001). Searching for the positions of political actors: a review of approaches and a critical evaluation of expert surveys. In: LAVER, Michael. **Estimating the Policy Position of Political Actors**. Londres: Routledge.

MAIR, Peter (2006). Party System Change, in R. Katz e W. Crotty (eds.), **Handbook of Party Politics**. Londres: Sage Publications.

MCCRAE, R. R. e JOHN, O. (1992). An introduction to the Five-Factor Model and its applications. **Journal of Personality**, 60, 175-216.

MARTINS JÚNIOR, J.P.; e DUARTE, P.S. (2023). Movimentos suprapartidários x partidos políticos: parceria ou desafio. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e**

Política, v. 20 nº 1, jan-abr.

MELO, Carlos Ranulfo (2004). **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. (2012). Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, 55(1), 71–117.

MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Manoel Leonardo CÂMARA, Rafael (2020). What Can Ideology Tell Us? An Analysis of Deputies and Parties in the Brazilian, Chilean, and Uruguayan Legislatures. In: **M. Alcántara et al. (Org.). Latin American Societies**. 1ed.: Springer International Publishing, 2020, v. , p. 221-246.

MENEGUELLO, R., e AMARAL, O. E. do (2022). Para onde foram os partidos na opinião pública? As percepções sobre os partidos políticos na redemocratização no Brasil. **Estudos Avançados**, 36(106), 75–75.

MILAN, S. (2015). When algorithms shape collective action: Social media and the dynamics of cloud protesting, **Social Media + Society**, 1(2).

MIKHAYLOV, S.; LAVER, M.; BENOIT, K. (2012). Coder Reliability and Misclassification in the Human Coding of Party Manifestos. *Political Analysis*, 20(1), 78–91.

MOHALLEM, Michael Freitas (2018). Das Redes às Urnas: o Avanço dos Novos Movimentos Suprapartidários. **Interesse Nacional**. Ano 10, Número 40.

MORAES, T. P. B.; SANTOS, R. M.; e TORRECILLAS, G. L. (2014). Corrupção, democracia e confiança política na América Latina. **Revista eletrônica de ciência política**, 5 (1).

MOURA, Gabriel Vieira de (2019). **A interação entre os Movimentos de Renovação Política e os partidos na dinâmica eleitoral de 2018**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília

Movimento Acredito (2018). Carta Compromisso entre Acredito e Partidos. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=448582512263474&set=o-acredito-movimento-de-renova%C3%A7%C3%A3o-e-inova%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-que-tem-entre-seus-objetiv>. Acesso em 31 de março de 2024.

Movimento Acredito (2019). Nossos Valores. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20190327231418/https://www.movimentoacredito.org/site/>. Acesso em 31 de março de 2024.

MST (2024). Nossa História. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em 5 de março de 2024.

NORRIS, P. (2020). Measuring populism worldwide. **Party Politics** 1-21.

NORTH, D. C. (1981). **Structure and Change in Economic History**. Cambridge: Cambridge University Press.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. (2023). **Biografia do abismo: Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora HarperCollins.

O GLOBO (2023). Pesquisa Ipec: confiança em partidos políticos e no Congresso atinge maior patamar desde 2009. 18 de junho de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/pulso/post/2023/07/pesquisa-ipecconfianca-em-partidos-politicos-e-no-congresso-atinge-maior-patamar-desde-2009.ghtml>. Acesso em 20 de abril de 2024.

PANEBIANCO, A. (1982). **Modelli di Partiti: Organizzazione e Potere nei Partiti Politici**. Bologna: Il Mulino, 1982

PICUSSA, R. (2020). O que esperar dos deputados federais eleitos por grupos de renovação política no Brasil. Curitiba: **I Seminário Discente de Ciência Política**, 2020. P. 7.

PICUSSA, R.; SOUZA, R. A. De; CODATO, A. (2023). Estabelecidos, outsiders e renovadores: mensurando a lealdade partidária dos deputados federais eleitos em 2018. **Revista Brasileira De Ciência Política**, (41), e267142.

PINKHAM, AE; PENN, DL; GREEN, MF; BUCK, B; HEALEY, K; HARVEY, PD. The social cognition psychometric evaluation study: results of the expert survey and RAND panel. **Schizophrenia Bulletin**. 2014 Jul;40(4):813-23.

POOLE, K. T., e ROSENTHAL, H. (1985). A Spatial Model for Legislative Roll Call Analysis. **American Journal of Political Science**, v. 29(2), p. 357–384.

POOLE, K. T., e ROSENTHAL, H. (1997). **Congress: A Political-Economic History of Roll Call Voting**. Nova York: Oxford University Press.

POOLE, K. **Spatial Models of Parliamentary Voting** (2005). Cambridge: Cambridge University Press.

POWER, T. J., & ZUCCO, C. (2009). Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990-2005: A Research Communication. **Latin American Research Review**.

RAY, Leonard, (1999). Measuring party orientations towards European integration: Results from an expert survey. **Eur. J. Polit. Res.** 36 (2), 283–306

RenovaBR (2017). Nossos valores. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20171011234109/http://renovabr.org/>. Acesso em 1º de abril de 2024.

RenovaBR (2019). Nota Oficial. 17 de julho de 2019. Disponível em:

<https://assets.renovabr.org/nota-oficial/>. Acesso em 1º de abril de 2024.

RenovaBR (2022). **Relatório Anual 2022**. Disponível em: https://wordpress.renovabr.org/wp-content/uploads/2023/03/RELATORIO_ANUAL_RBR_2-022.pdf. Acesso em 10 de abril de 2024.

RIBEIRO, Pedro Feliú; MENDES, Amanda Silva (2019). Ideologia e Discurso: o posicionamento do Partido dos Trabalhadores na oposição e no governo.

ROCHA, Camila. (2015), Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: S. Cruz et al. (orgs.), **Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo, Perseu Abramo, pp. 261-278.

ROCHA, Camila (2018a). O Boom das Novas Direitas Brasileiras: Financiamento ou Militância? In: GALLEGO, Esther Solano. **O Ódio como Política**. São Paulo: Boitempo Editorial.

ROCHA, Camila (2018b). **Menos Marx, mais Mises: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo.

ROSAS, G. and SHOMER, Y. (2008), Models of Nonresponse in Legislative Politics. **Legislative Studies Quarterly**, 33: 573-601

ROSENTHAL, H.,; VOETEN, E. (2004). Analyzing Roll Calls with Perfect Spatial Voting: France 1946-1958. **American Journal of Political Science**, 48(3), 620–632

SMITHIES, A. Optimum Location in Spatial Competition. (1941). **Journal of Political Economy**, v. 49. Chicago: University of Chicago Press.

SARTORI, G. (1969). Politics, Ideology, and Belief Systems. **The American Political Science Review**, 63(2), 398.

SOUZA, Rafael Martins de, GRAÇA, Luís Felipe Guedes da, e SILVA, Ralph dos Santos. (2017) Politics on the Web: Using Twitter to Estimate the Ideological Positions of Brazilian Representatives. **Brazilian Political Science Review** v. 11, no. 3.

TAYLOR, M.; HERMAN, V. M. (1971). Party Systems and Government Stability. **American Political Science Review**, 65(01), 28–37.

Tribunal Superior Eleitoral (2021). TSE reconhece justa causa para a desfiliação de deputados federais do PSB. 13 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Abril/tse-reconhece-justa-causa-para-a-desfiliacao-de-deputados-federais-do-psb>. Acesso em 31 de março de 2024.

TSEBELIS, George (1997). Processo Decisório em Sistemas Políticos: Veto Players

no Presidencialismo, Parlamentarismo, Multicameralismo e Pluripartidarismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** n.º. 34, Vol 12.

Valor Econômico (2019). Cidadania se adapta para atrair movimentos. 9 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/google/amp/politica/noticia/2019/12/09/cidadania-se-adapta-para-atrair-movimentos.ghtml>. Acesso em 11 de abril de 2024.

Veja (2020). Cidadania: o velho ‘Partidão’ ficou liberal. 3 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/cidadania-o-velho-partidao-ficou-liberal>. Acesso em 11 de abril de 2019.

WARWICK, Paul V. (1996). Coalition Government Membership in West European Parliamentary Democracies. **British Journal of Political Science**, v. 26(4), p. 471-499.

WIESEHOMMEIER, Nina; SINGER, Matthew; RUTH-LOWELL, Saskia (2021). Political Representation, Executives, and Political Parties Survey: Data from Expert Surveys in 18 Latin American Countries, 2018-2019, **prepps Latam V2**

ZUCCO JR, C. (2013). Legislative coalitions in presidential systems: the case of Uruguay. **Latin American Politics and Society**, vol. 55, n.º 1.

ZUCCO JR, C. (2023). Brazilian Legislative Surveys (Waves 1-9, 1990-2021). **Harvard Dataverse**, V1.

ZUCCO JR., C. e LAUDERDALE, B.E. (2009). Making Votes Talk: Ideology and Government Influence on Legislative Behavior. *APSA 2009*

ZUCCO JR., C. e LAUDERDALE, B.E. (2011). Distinguishing Between Influences on Brazilian Legislative Behavior. **Legislative Studies Quarterly**, 36: 363-396.

ZUCCO JR., C; POWER, Timothy J. (2021), Fragmentation Without Cleavages? Endogenous Fractionalization in the Brazilian Party System. **Comparative Politics** , v. 53, n. 3, pp. 477-500.